



Pág. 12

O Governo não resolve os problemas dos portugueses

Três casos: Reforma Agrária
• Febre aftosa • Jogos Olímpicos

HÁ CONDIÇÕES PARA ELEGER NOS AÇORES CANDIDATOS DA APU!

Esta uma das conclusões da Conferência Regional da APU realizada no domingo na Horta, com a presença de delegados de todas as ilhas açorianas. No decorrer dos trabalhos, em que participou o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, foi feita uma ampla apreciação dos problemas do arquipélago e apresentadas soluções construtivas.

Reportagem do enviado do "Avante!", Leandro Martins Pág. 3



Centenas de trabalhadores da Função Pública participaram numa sessão de esclarecimento e debate a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Na foto: um aspecto da mesa que presidiu à sessão

Álvaro Cunhal com os trabalhadores da Função Pública

Pág. 3

A Festa é já para a semana!



Centenas e centenas de tubos erguidos no espaço: um cenário insólito — mas provisório. Em breve painéis os cobrirão, também eles erguidos pelo trabalho colectivo dos que constroem a Festa como quem constrói o futuro: com esforço e carinho, com sacrifício e amor. E das estruturas metálicas, e da terra amaciada, e das horas, dias e meses de trabalho voluntário, nascerá mais uma vez a Festa que Portugal nunca viu!

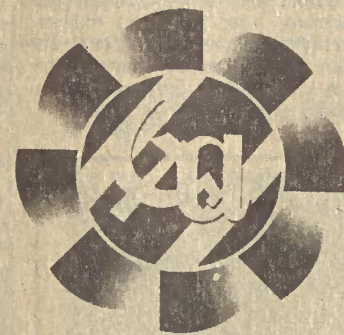
Programa cultural muito vasto e variado

Pág. 5

Centenas de atletas participaram na Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria



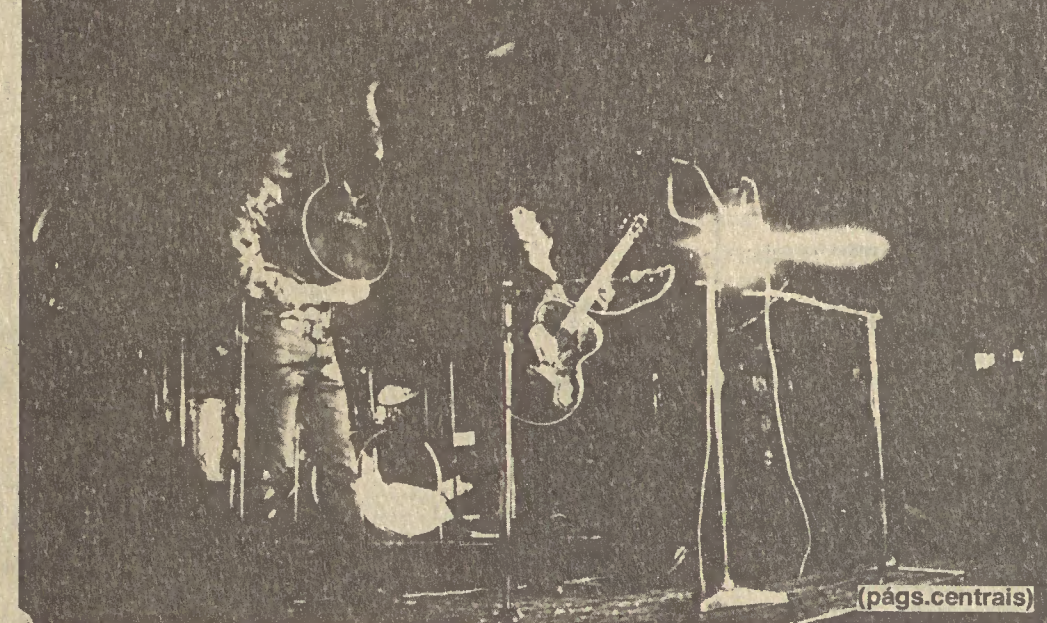
Pág. 8



Artistas de Angola pela 1.ª vez na Festa

Pois é verdade! Pela primeira vez, teremos este ano nos palcos da Festa do "Avante!" um grupo de artistas angolanos. A novidade aqui fica. Para a próxima semana revelaremos mais pormenores.

Os artistas da Festa do «Avante!»



(págs. centrais)

Solidariedade com o MPLA—Partido do Trabalho! Solidariedade com o povo angolano!

Pág. 11

Editorial

UNIDADE — GARANTIA DA VITÓRIA DEMOCRÁTICA

As derradeiras horas da maratona parlamentar, que culminou o encerramento dos trabalhos da Assembleia da República até às próximas eleições legislativas, submeteu a uma rude e tormentosa prova de coesão a precária e inconsistente maioria reaccionária da «AD».

O esticão do projecto subversivo e anti-constitucional da Aliança reaccionária contra o regime democrático e o 25 de Abril esteve prestes a partir a corda já esticada da maioria e esta prestes a tomar-se minória, a esboroar-se ali mesmo, sob o fogo cerrado da oposição democrática, em particular do grupo de deputados do PCP.

O «dia mais longo» do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e da sua escassa e inconsistente maioria parlamentar foi extraordinariamente rico em revelações e significado.

Iluminar umas e escarpelizar o outro é da maior importância para se determinar com exactidão o nexo dos acontecimentos sociais e políticos da hora presente e ao mesmo tempo, com uma justa visão da situação que vivemos, definir correctamente as tarefas imediatas e prioritárias do movimento operário, popular e democrático no momento actual.

A golpada dos trinta pedidos de autorização legislativa, a aprovar de chapa por uma maioria «AD» que se esperava dócil à iniciativa do facto consumado dos seus chefes, mostrou sem margem para dúvida, sobretudo pela matéria e objectivos visados, que as denúncias do PCP quanto ao carácter fascizante do Governo e da sua política eram comprovadamente verdadeiras.

Denunciara antes o PCP que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral tinha como objectivo central da sua política de classe restabelecer, ao arripio da Constituição, a concentração e centralização de capitais, refazer a acumulação capitalista à custa da exploração agravada dos trabalhadores, dos baixos salários, do aumento do desemprego, da redução drástica dos direitos e garantias sociais, beneficiando simultaneamente os grandes detentores do capital, os antigos senhores dos monopólios e dos latifúndios que no passado impuseram e alimentaram o fascismo em Portugal. Esta era já a política tradicional do Governo desde a sua formação.

Mas, na golpada das 30 autorizações legislativas, lá estavam a confirmá-lo o novo pacote das leis laborais; a sórdida lei das indemnizações, que rouba ao tesouro público 200 milhões de contos para os dar de mão beijada aos antigos exploradores da miséria do nosso povo; a entrega à indústria privada das empresas nacionalizadas dos cimentos e das cervejas certamente aos Champalimaud, aos Espírito Santo (cujos interesses Rockefeller veio advogar a Portugal) e a outros.

Denunciara o PCP que o Governo e a sua maioria tinham como objectivo instituir como método de governação a ilegalidade; espezinhar a Constituição; realizar uma grande farsa eleitoral.

Na golpada das «30» lá estavam a confirmá-lo a lei do regime jurídico do referendo para a revisão inconstitucional da Constituição, as leis da nacionalidade portuguesa que alargaria a estrangeiros a capacidade de eleger em Portugal; a lei do regime jurídico da eleição do Presidente da República; a nova lei eleitoral que resolveria para

a «AD» o milagre de com menos votos eleger mais deputados.

Denunciara o PCP que o Governo do PPD e do CDS tinha como objectivo agravar a exploração dos pequenos e médios agricultores em benefício dos grandes proprietários.

Na golpada das «30» lá estavam a confirmá-lo uma nova lei do arrendamento rural ainda mais favorável aos senhores ricos; uma nova lei dos baldios que esbulhava as populações rurais da serventia das terras baldias retirando-as à administração dos Conselhos de Compartes, eleitos pelo povo, para as entregar de novo à rapina dos caciques locais reaccionários do PPD e do CDS alojados nas Juntas de Freguesia.

A FIRMAR o PCP que a maioria «AD» na Assembleia da República era uma maioria de deputados precária e periclitante obtida com uma minoria de votos (45%), minada por rivalidades de chefia e de interesses, destituída de idoneidade, autoridade e legitimidade para governar o País, em particular no período eleitoral.

As defeições e o mal-estar em algumas franjas da coligação reaccionária; a recusa a embarcar na nau da inconstitucionalidade da parte de um dos agrupamentos do cacharote da «AD»; a indignação entre alguns deputados da direita pela surpresa da golpada nas derradeiras horas da maratona legislativa comprovaram a justeza das afirmações do PCP e determinaram o recuo do Governo na proposta das 30 autorizações legislativas, fê-lo reduzi-las para 14 e depois para apenas quatro sob pena da «AD» perder a sua exígua maioria parlamentar.

A golpada das 30 autorizações legislativas, o prático impedimento da discussão e votação da moção de censura do PCP, as peripécias da maratona parlamentar de sexta e sábado passados, revelaram a uma luz crua o carácter fascizante do Governo Sá Carneiro, puseram em evidência as divisões e o mal-estar nas fileiras da própria «AD» e o falhanço de elementos de primordial importância do seu projecto global subversivo contra a democracia portuguesa.

Está hoje claro que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral tinha de facto em mira, nos nove meses intercalares que as eleições de Dezembro de 1979 lhe proporcionaram, a mudança radical e golpista das instituições, o aniquilamento da democracia e do 25 de Abril, a rápida criação de condições para o advento de uma nova ditadura do grande capital.

Porém, a democracia portuguesa e o 25 de Abril tinham raízes de força insuspeitada, poderosas lutas de massas e uma acção persistente, inteligente e abnegada dos deputados comunistas e de outros partidos democráticos na Assembleia da República puseram no caminho subversivo da «AD» e do seu Governo, obstáculos insuperáveis. E o projecto golpista caiu por terra.

A maratona, de sexta e sábado últimos e o falhanço da golpada das 30 autorizações legislativas, a quase ruptura da maioria inconsistente da «AD» constituíram manifestações visíveis da perda de velocidade da operação política subversiva global conduzida pelo governo fascizante do PPD e do CDS.

As últimas vinte e quatro horas da sessão legislativa intercalar e a firme resistência dos deputados da oposição democrática, com destaque para os comunistas, ao golpe contra as

Instituições desencadeado na AR pela Aliança reaccionária permitiram evidenciar ainda a falsa força e a fraqueza real da «AD», simultaneamente com a gravidade dos perigos que constituem para a democracia e as conquistas de Abril a sua continuação no poder.

DERROTAR a reacção nas próximas eleições legislativas e presidenciais, afastá-la em definitivo do poder, é, pois, a tarefa imediata e prioritária do movimento operário, popular e democrático nos próximos três meses.

As eleições para a Assembleia da República, que antecedem e condicionam decisivamente o resultado das eleições presidenciais do fim do ano, constituem a batalha política, das mais importantes depois do 25 de Abril, das forças populares e democráticas do nosso País.

Derrotar a «AD» nas eleições é o objectivo número um dessa batalha política decisiva.

Significa isto que é imperioso opor à coligação reaccionária a luta firme, unida e organizada de toda a oposição democrática.

Significa isto que é um dever de todos os democratas e patriotas mobilizar as suas forças contra o inimigo com UM, defender as liberdades e as outras grandes conquistas democráticas do povo português.

O PCP desde sempre manifestou a sua abertura e disponibilidade para estudar e assentar juntamente com os restantes partidos e organizações democráticas uma estratégia e uma acção comuns para fazer frente às forças reaccionárias e derrotá-las sem remissão.

A APU, Aliança Povo Unido, que integra o PCP, o MDP/CDE e numerosos democratas independentes de reconhecido prestígio nacional, é um projecto amplamente unitário e democrático que já deu as suas provas e conseguiu reunir nas eleições de Dezembro de 1979 cerca de 21% dos votos dos eleitores.

Ganhar votos para o PCP e para a APU nas próximas eleições legislativas é, no entender dos comunistas, a garantia mais segura e sólida de derrotar a direita e desalojar em definitivo do Poder a Aliança reaccionária.

Criar por toda a parte Comissões Eleitorais APU, preparar desde já uma grande campanha de esclarecimento e mobilização em torno dos objectivos do PCP e da APU, organizar as listas distritais, nomear mandatários e, com a necessária antecipaçaõ, designar delegados para as operações e secções de voto, são tarefas inadiáveis dos comunistas e de todos os democratas da APU.

DESDE sempre o PCP considerou essencial para a defesa da democracia e do 25 de Abril o entendimento e a unidade entre todos os democratas e patriotas portugueses, designadamente entre comunistas e socialistas.

As alianças com a direita da parte do PS, os absurdos preconceitos anticomunistas de dirigentes do PS, têm impedido até agora o necessário entendimento entre socialistas e comunistas.

Sabe-se como esta política sem princípios de alguns dos mais destacados dirigentes do PS tem sido o factor principal da sua perda de influência entre os trabalhadores, da queda eleitoral dos socialistas em sucessivas eleições, da sua perda de posições no xadrez político nacional que está na base da actual, ainda que precária e transitória, hegemonia da direita no Governo e na Assembleia da República.

No momento em que as golpadas da direita ilustram as intenções e maneios subversivos da reacção, no momento em que os perigos de uma nova ditadura reaccionária se precisam no horizonte, não deixa de ser preocupante a revivência do namoro e dos entendimentos com a direita e dos desenhos anticomunistas de alguns dirigentes do PS, designadamente do seu secretário-geral, Mário Soares.

Que o PS tenha constituído com outros agrupamentos uma frente eleitoral — FRS — e que com ela se proponha arrebatar votos à «AD» reaccionária isso será certamente útil para a defesa da democracia.

QUE o dr. Mário Soares venha porém dizer no acto de constituição da FRS que a APU é totalitária, que a situe em idêntico plano de adversão política que a «AD», inimiga da democracia, é inadmissível num democrata que se diz antifascista e de esquerda e é além disso um bônus dado à reacção contra as forças democráticas.

Claro que a primeira vítima dos preconceitos anticomunistas de alguns dos seus dirigentes é o próprio PS que nada tem aprendido com as lições do passado.

Quando porém se liga a tirada anticomunista do secretário-geral do PS às afirmações de outro dirigente do mesmo partido, Vitor Constâncio que nega, com inesperada falta de inteligência, ao PCP alternativa de governo em unidade com o PS e a vê no partido do sr. Sá Carneiro cujo golpismo e reaccionarismo tem sido justamente atacado na Assembleia da República por outros deputados socialistas, os democratas portugueses têm toda a razão para desconfiar que o «mesmo plano» em que se põe a «AD» e a APU na estratégia eleitoral do PS e da FRS outra coisa não é senão o renascimento do velho namoro com a direita que tão graves danos ocasionou à democracia portuguesa.

O dr. Mário Soares faz considerações sobre o voto útil no PS para derrotar a «AD». Será naturalmente difícil convencer os eleitores socialistas e os de alguns agrupamentos esquerdistas que em Viana do Castelo, por exemplo, onde à APU faltou apenas 5000 votos nas eleições anteriores para eleger um deputado e ao PS mais de 23 000 votos e aos agrupamentos esquerdistas mais de 20 000, o voto útil para tirar um deputado à «AD» seja no PS. Salta aos olhos de todos que é fortalecendo o voto na APU que ele se torna útil para derrotar a reacção. O mesmo se poderia dizer em Castelo Branco, em Coimbra em Portalegre e noutros distritos.

A estratégia eleitoral enunciada por Mário Soares em nome da FRS é uma estratégia de derrota democrática frente à reacção da mesma forma que as desmedidas ambições sem nenhuma relação com a força real de alguns agrupamentos esquerdistas favorecem em linha recta os objectivos da «AD».

O tempo pressiona, as exigências de defesa da democracia e do 25 de Abril não se compadecem com a repetição de velhos pecados divisionistas, fatais para aqueles que os praticam.

Determinados, confiantes na justeza da sua política, os comunistas trabalharão para fortalecer as forças democráticas, para derrotar a reacção, para assegurar a continuidade do 25 de Abril.

Mulheres da Reforma Agrária na primeira linha da luta

A denúncia da acção do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral na Reforma Agrária, o desemprego, os efeitos da política antipovo no quotidiano eis o que marcou o Encontro das Operárias Agrícolas do Distrito de Évora, realizado no passado dia 28 de Junho. Mas, mais ainda do que esta denúncia, a característica fundamental, visível no Encontro de mais de mil mulheres, foi a afirmação do seu

empenhamento na defesa da Reforma Agrária, na defesa de Abril. Como disse Maria Antónia Cara-Linda:

«Aqui trazemos a experiência de cada uma de nós, aqui tiramos conclusões concretas, daqui levaremos a certeza de que por todo o distrito as mulheres continuarão a assumir com energia e amor o seu papel revolucionário».

Este contar de experiências permitiu, uma vez mais, pôr em confronto dois modos de vida opostos: um, anterior ao 25 de Abril, sob o regime fascista, onde a exploração, as faltas, a miséria marcavam os dias de todos os trabalhadores; o outro, o da «vida nova» nascida com a Reforma Agrária, onde as condições melhoraram da noite para o dia. É por esta vida nova ameaçada seriamente pela ofensiva

governamental, que as mulheres operárias agrícolas de Évora decidiram continuar a defesa intransigente da Reforma Agrária, reforçar a sua participação sindical, intensificar a luta contra a repressão patronal, exigir o cumprimento da contratação colectiva, lutar por uma melhor Previdência Rural, pelo acesso de todas as crianças ao ensino e por uma vida melhor para os velhos trabalhadores.

1.ª Assembleia de Freguesia em Samora Correia

Realizou-se no passado dia 22 de Junho, nas instalações do antigo restaurante «O Chocalho», a 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia do PCP de Samora Correia. Os trabalhos decorreram durante toda a manhã, tendo-se seguido um almoço-convívio onde estiveram presentes 140 camaradas. Às 15 horas deu-se início a um convívio musical aberto à população, com a actuação do grupo «Jornada» e de Joaquim Ramalho. Seguidamente

o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, usou da palavra numa intervenção sobre o actual momento político. A terminar a tarde de convívio realizou-se um baile com o conjunto «Os Ektos».

Durante os trabalhos da Assembleia fez-se o balanço da actividade do Partido na Freguesia de Samora Correia desde o 25 de Abril, tendo a Comissão de

Freguesia apresentado um relatório. Registraram-se várias intervenções, nomeadamente da célula da Companhia das Lezírias, sobre o trabalho da juventude e de autarquias. Finalmente uma intervenção da comissão Pró-Centro de Trabalho despertou o entusiasmo dos militantes e amigos do Partido, o que levou um camarada presente a oferecer 10 000\$00 para o novo Centro de trabalho, no que foi secundado por muitos outros, conseguindo-se, no

fim do dia, apurar a verba de 45 contos!

Já na parte final dos trabalhos foi apresentada à Assembleia uma proposta de resoluções, que tal como o Relatório da Comissão de Freguesia e mais tarde a eleição da nova Comissão de Freguesia, foi aprovada por unanimidade. A nova Comissão de Freguesia eleita nesta 1.ª Assembleia é composta por 25 camaradas, sete dos quais são mulheres.

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1099-Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, 848L. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1099 Lisboa-CODEX. Tel. 769726/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238. Centro Distribuidor da Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 186, Pedrúria — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 776926.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

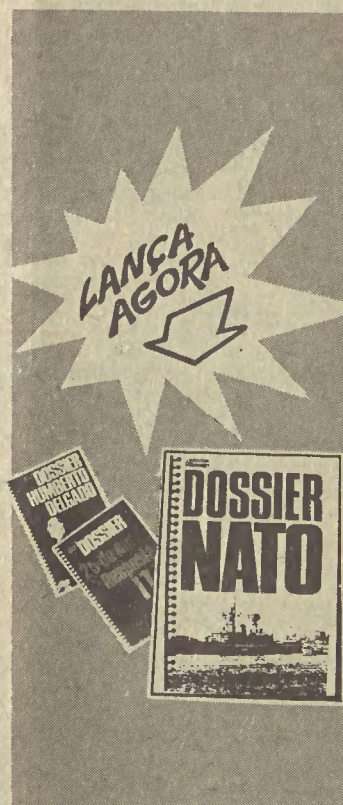
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heiska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 70 338



NA LINHA DOS DOSSIERS HUMBERTO DELGADO E 25 DE ABRIL RESPOSTA ITT, A EDITORIAL AVANTE!



BLOCO MILITAR AGRESSIVO, BASTIÃO DA GUERRA FRIA, INSTRUMENTO DE PRESSÕES E INGERÊNCIAS DO IMPERIALISMO.

A NATO É UMA AMEAÇA À PAZ E À INDEPENDÊNCIA NACIONAL AGORA UM DOSSIER NATO PARA DESVENDAR E ELUCIDAR O QUE É O QUE É A NATO, SUAS PRESSÕES E INGERÊNCIAS EM PORTUGAL.

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS PREÇO 140\$000

Festa popular em Viana animou as ruas da cidade

A bela Praça da República de Viana do Castelo encheu-se de uma multidão entusiasta na Grande Festa Popular organizada pela Comissão Distrital do PCP.

Um desfile popular que incorporou os Ranchos Folclóricos de Chafé e de Alvarães, um grupo de gaiteiros e ainda numerosos grupos de pioneiros e de mulheres, tendo à frente um carro alegórico de propaganda da APU, formou-se na Praça da Galiza, à Ponte, e foi engrossado durante o percurso por centenas de pessoas.

O desfile tornou-se uma autêntica manifestação popular em que o grito «Sá Carneiro para a rua!» saía das bocas dos manifestantes e das pessoas que bordavam os passeios e se incorporavam no desfile.

Na parte artística, e além dos ranchos referidos, actuaram ainda Fernando Tordo, Ary dos Santos, Carlos Paredes, Helena Isabel, Fernando Alvim e Manuel Mendonça, com o seu notável «Toma lá Show».

Na parte política, foi apresentado aos vianenses o próximo cabeça de lista da APU pelo distrito, camarada Vitor Louro, que, como minhoto, o PCP vai propor e fazer eleger pelo segundo círculo eleitoral do Minho.

Vitor Louro, aliás, numa curta intervenção, acentuou que «bater a direita é a grande tarefa que, uma vez conseguida, abrirá as perspectivas do nosso futuro», e que a «política de mudança» deste governo «conduziria directamente à situação anterior ao 25 de Abril se o povo português não se lhe opusesse com firmeza». Mais adiante: «Com um deputado da APU o povo de Viana terá na AR uma voz firme e um companheiro de trabalho e luta na defesa dos interesses específicos do Alto Minho».

Amando Nogueira, da Direcção da Organização Regional do Minho, abordou as tarefas que se colocam a todos os democratas vianenses. Justificando o voto na APU, afirmou: «A APU é a força

melhor situada no distrito para retirar um deputado à AD. Os resultados das últimas eleições mostram que o Partido Socialista precisaria de aumentar a sua votação quase cinco vezes mais que a APU para retirar um deputado à AD. Quanto à APU, que foi nas últimas eleições a força política que mais aumentou a sua votação no distrito de Viana, bastam mais 5 mil votos para eleger o seu primeiro deputado».

Interviu depois Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP, que abordou a situação política actual, denunciou a política antipovo e antidemocrática do governo da «AD», as suas golpadas contra a democracia e de preparação de uma grande farsa eleitoral, salientando o facto de a maioria da «AD» ter chegado quase a minoria na última sessão da AR, debucando-se em seguida sobre as tarefas imediatas do movimento popular e democrático para sacudir do governo Sá Carneiro e a «AD».

Festa na Carraqueira

A organização local da Carraqueira, aldeia de pescadores e agricultores do concelho de Alcácer, realizou um comício — festa no sábado, 29, em que participaram centenas de pessoas.

Na parte artística exibiram-se dois grupos folclóricos de Montemor-o-Novo e de Praias do

Sado. Na parte política, além da intervenção de um camarada da Comissão Concelhia de Alcácer, falou também Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, que abordou a situação política actual, atacou a política antipovo e golpista do governo Sá Carneiro e definiu as tarefas imediatas do movimento popular e democrático.

Sessões do PCP

Amanhã realizam-se sessões de esclarecimento do PCP na Baixa da Banheira, no Clube da Baixa da Serra, às 21 e 30, com Brito Apolónia, presidente da Câmara da Moita; e em Alhos Vedros, no Clube Recreio e Instrução, também às 21 e 30, com a deputada comunista Ercília Talhadas, do CC.

Conferência Regional dos Açores Um acto de grande importância

“Esta Conferência é um acto de grande importância” — afirmou Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, discursando no encerramento dos trabalhos que reuniram no Liceu da Horta no Faial, no passado domingo, 67 delegados, vindos de todas as ilhas açorianas. “Pense o PS o que pensar, pense o Governo de Mota Amaral o que pensar, a Conferência é um acto de grande importância aqui para os Açores e para todo o nosso país.”

Todos os participantes se mostravam aliás convencidos não apenas da importância da reunião que ali os trouxera apesar das grandes dificuldades de transporte que é comum verificarem-se entre as ilhas açorianas, como também, na sua própria intervenção, marcada por um estudo aprofundado das realidades e dos problemas do arquipélago, e pelo entusiasmo e confiança demonstrada nas capacidades dos comunistas para encontrar junto com outros democratas as soluções que se impõem.

Na ordem de trabalhos da Conferência, que teve início às 10 horas da manhã, um único ponto: a análise da situação política regional e a definição da acção e dos objectivos a atingir pela Organização Regional nas próximas eleições para a Assembleia Regional. O camarada José Decq Mota, membro do executivo

da DORAA, na primeira intervenção do dia, especificou os dois objectivos principais da iniciativa do PCP: “O primeiro foi o de aprofundar em toda a organização os debates relacionados com a importância que têm para a Região Autónoma

sionante demonstração da capacidade dos militantes e da Organização Regional do PCP.

As flores e o trabalho

Desde o início que os trabalhos primaram pela boa organização,

Por Leandro Martins nosso enviado especial

as próximas eleições regionais. O segundo objectivo foi o de procurar dar um passo qualitativo no nosso trabalho aprofundando o conhecimento dos problemas e a intervenção política regional que realizamos.”

Objectivos plenamente conseguidos que culminaram na impres-

resultado do esforço dos militantes — muito principalmente dos comunistas da Horta. O Ginásio do Liceu apresentava-se decorado de um modo original. Não estavam lá as grandes faixas que é costume ver em iniciativas semelhantes: os espaldares apresentavam-se decorados com mantas regionais,

e no seu colorido, destacavam-se hortênsias em ramos. E havia também expostos trajes regionais, lembrando dias de festa e dias de trabalho, ao fundo uma palavra de ordem “Por uma nova voz democrática na Assembleia Regional”, exprimia o querer dos comunistas e dos democratas dos Açores, que vão trabalhar para que eleitos da APU estejam proximamente representados no órgão a eleger.

Uma bancada para a imprensa permitiu-nos, como a outros jornalistas, não só assistir à Conferência, como receber, cada vez que uma intervenção se produzia, o texto poliglótico, bem como todos os documentos votados.

Na mesa que presidiu aos trabalhos tomaram lugar, além dos camaradas Carlos Costa e José Cavaco, suplente do CC, os membros do executivo da DORAA, Armando Pedrosa, Augusto Molalinho, José Decq Mota, Luís Noronha, Manuel Gonçalves, Mário Abrantes e ainda João Decq Mota, membro da Comissão Central da JCP e da DORAA.

Um programa de acção

Sucessivamente, tomaram a palavra 39 delegados em inter-

venções que abordaram por um lado os problemas de âmbito local, trazendo à Conferência a realidade multifacetada dos Açores; por outro lado, a política aérea, o sector das pescas, o ensino e cultura, os Açores e o Mercado Comum, os pequenos e médios agricultores, o trabalho das mulheres, os pequenos e médios comerciantes e industriais, o custo de vida e a emigração, o Governo e política do trabalho, os transportes marítimos, as tarefas da Juventude, a agropecuária, o reforço do Partido na Região, a propaganda e as eleições. O camarada Carlos Costa dirigiu no final, referindo-se às intervenções, que considerou de alto valor, que nenhum outro Partido teria podido realizar uma Conferência como esta. O Partido teve assim um programa eleitoral, um programa de acção para a resolução dos problemas dos Açores.

Carlos Costa sublinharia ainda a participação activa nos trabalhos por parte das mulheres e da juventude. Os jovens estavam aliás presentes em grande número: 62% dos delegados tinham menos de trinta anos. A representação de operários e de pescadores somava 51% e 11% eram camponeses.

A intervenção de improviso do dirigente comunista, que incidiu especialmente sobre os problemas da política regional, abordou a questão do separatismo, hoje a coberto da defesa da “autonomia” por parte dos governantes regionais, os quais entretanto anunciaram praticamente a intenção de vender Sta. Maria ao imperialismo americano.



Mais de sessenta delegados numa jornada de grande importância para o povo açoriano

“Prevenimos solenemente a NATO que não permitiremos que Sta. Maria seja vendida à NATO e aos americanos” — afirmou, por entre os aplausos dos delegados. “É tempo de os americanos se

convencerem de que quem manda em cada país é o próprio povo.”

A Conferência contou ainda com a presença do deputado comunista Jorge Lemos, que tomou lugar na mesa e participou no convívio

realizado à noite, no jardim do Centro de Trabalho da Horta, inaugurado no passado dia 10 de Junho, e cujo custo será suportado pela campanha de fundos que decorre ainda.

No convívio, onde a música e a alegria juntou comunistas de quase todas as ilhas do arquipélago, participou Carlos Paulo, cujas canções animaram a noite. Sentados às mesas junto das parreiras em latada ou perto das bananeiras tipicamente açorianas, muitas vezes as vozes se juntaram em coro. Um coro que quer dizer muito da vontade que anima os militantes das ilhas em avançar ainda mais no seu trabalho, que se tem revelado, através das dificuldades, cada vez mais proveitoso para a democracia portuguesa.

Documento do CC

O Comité Central do PCP divulgou um documento intitulado «Por uma autonomia regional dos Açores e da Madeira ao serviço do povo», o qual publicaremos na íntegra na edição do «Avante!» da próxima semana.

Proclamação: um texto profundamente ligado aos problemas locais

Um extenso documento que na sua forma de projecto recebeu dos delegados durante a Conferência quatro propostas de alteração, duas delas aceites pela Comissão de redacção; veio a ser votado por unanimidade constituindo a proclamação final.

Começando por analisar a situação política na região, no seu enquadramento nacional, a Proclamação define o que é constitucionalmente a Autonomia Regional — Conquista da Revolução de Abril e importante elemento do novo Estado democrático, estabelecendo em que consiste a diferença entre a «autonomia» apadrinhada pela reacção e a verdadeira autonomia

postas ao serviço da população dos Açores, acentuando que o modelo constitucional da autonomia só poderá ser concretizado quando houver um poder regional democrático.

A Proclamação denuncia a prática do Governo Regional do PPD, que governa contra os interesses da região e do País, e avança propostas para uma política regional democrática: desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todas as ilhas; desenvolvimento e diversificação da agricultura protegendo os pequenos e médios agricultores; aproveitamento das enormes potencialidades dos mares, desenvolvendo a actividade

piscatória; incremento da actividade industrial; resolução das graves carências existentes nos transportes marítimos procedendo à construção de Portos; incrementação de uma política aérea que tenha em conta a situação degradante de transportes para as ilhas de S. Jorge, Graciosa, Pico, Flores e Corvo; aplicação na Região do Serviço Nacional de Saúde; adopção de uma política educativa assente nas realidades existentes, dimensionada de acordo com a Região; desenvolvimento de uma política cultural que defenda os valores culturais açorianos; inseridos na cultura portuguesa; aplicação de uma política de carácter social no sector da habitação; adopção de uma política de segurança social, tendo em conta a situação de muitos idosos, reformados e pensionistas; garantia da igualdade dos direitos dos trabalhadores dos Açores em relação aos do Continente.

A Proclamação conclui pela necessidade de criar um forte movimento de oposição à política reaccionária do Governo PPD/Mota Amaral, afirmando existirem condições para que se venha a verificar a eleição de candidatos propostos pela APU que levarão à Assembleia Regional uma voz democrática, importante passo para alterar a correlação das forças em presença.

Moções e resoluções em defesa das populações

No decorrer da Conferência, foram várias as moções aprovadas. E todas por unanimidade. A primeira delas incidiu sobre um problema que passado meio ano ainda preocupa a população açoriana. Especialmente a que sofreu directamente as consequências do sismo. A moção exige do Governo Regional que acelere a passagem das famílias alojadas desde então em tendas de campanha, que apresente soluções justas para os difíceis problemas que enfrenta a maioria dos inquilinos, especialmente os inválidos, pensionistas e reformados. A moção exige ainda apoio técnico à construção em condições de segurança, medidas contra a especulação de terrenos e resposta às interações da APU feitas na Assembleia Municipal de Angra, assim como a definição de medidas de apoio às famílias sinistradas.

Outra moção refere o caso das limitações e atentados contra as liberdades democráticas — bombismo, perseguições, limitações de actividade política, discriminação política nas empresas, práticas governativas ilegais e prepotentes, caciquismo e assalto aos órgãos de comunicação social, reafirmando a política de combate permanente a todos os atropelos às liberdades, direitos e garantias dos cidadãos.

O Poder Local mereceu também a aprovação de uma moção saudando os eleitos da APU, que pelo seu esforço têm contribuído para a solução dos problemas locais e mobilização das forças progressivas, e da população, a defesa do progresso das suas terras. O documento critica a acção de grande parte dos presidentes de órgãos autárquicos do PPD que exercem os seus cargos de modo sectário, autocrático e centralista.

A almejada integração de Portugal na CEE foi o tema de outra moção na qual se considera os perigos que tal integração representaria para o país, e especialmente para a Região, colocando em perigo 36 000 explorações agrícolas de menos de 2 hectares, 2000 pequenas empresas, entregando a utilização das 200 milhas marítimas, à voracidade das economias monopolistas da Europa capitalista.

Finalmente, foi aprovada uma moção sobre a autonomia regional na qual se reafirmam as posições da ORAA sobre a questão sublinhando que a existência de órgãos próprios da Região Autónoma, com composição e funcionamento democrático implicará uma política regional virada de facto para a resolução dos problemas no quadro do desenvolvimento democrático de todo o País.

Uma resolução sobre as próximas eleições mereceu ainda a unanimidade dos votos dos delegados, que se empenham desde já em desenvolver esforços para ultimar, nas próximas semanas, no seio da APU, a constituição da lista de candidatos a apresentar no círculo eleitoral da Região, fomentar a criação de Comissões Unitárias de apoio à APU e desenvolver desde já, também, uma vasta campanha de esclarecimento sobre o desrespeito que se pretende manter nas eleições Regionais em relação ao princípio constitucional da proporcionalidade.

A resolução decide trabalhar para a realização do encontro regional da APU.

A situação política num encontro de Álvaro Cunhal com a Função Pública

Com o Teatro Vasco Santana literalmente cheio e muita gente em pé enchendo as coxias, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, analisou e debateu durante cerca de três horas, na noite de sexta-feira, a situação política do País e as perspectivas de a modificar no rumo de Abril, durante um encontro promovido pelos trabalhadores comunistas da Função Pública da região de Lisboa.

Álvaro Cunhal iniciou o encontro-debate com uma saudação aos trabalhadores da Função Pública, sector que, apesar de tão atacado e coagido, continua a revelar uma elevada consciência de classe e um alto grau de organização na defesa das conquistas de Abril.

Uma referência às greves, manifestações e outras formas de luta da Função Pública serviu para destacar a sua importância relativamente aos mesmos sectores em países da Europa capitalista e para realçar as tradições de luta que os TFP souberam criar já depois do 25 de Abril.

Seguiu-se uma exposição política de meia hora. Interrompida com aplausos em pontos referentes à Reforma Agrária, às próximas eleições, às relações com os novos países africanos de expressão portuguesa e à política de unidade do Partido, a síntese fluente e agradável do secretário-geral do PCP passou em revista factos, situações e comportamentos políticos dos últimos cinco anos.

A exposição que, naturalmente, deu o destaque necessário às próximas eleições, cujo carácter democrático não está garantido com o Governo actual, constituiu, pelo rigor da análise produzida, um apelo vigoroso à participação dos TFP e de todos os trabalhadores

defendidas e mantêm-se. Mas a situação «não pode prolongar-se indefinidamente», frisou. Agora já não se trata de «corrigir excessos», como diziam e tentavam fazer contra o 25 de Abril governos como o de Nobre da Costa e Mota Pinto. Para o governo actual, trata-se de destruir, de liquidar o próprio regime democrático. A escalada dos ataques contra a Constituição e contra as conquistas democráticas e revolucionárias que ela consagra vão a par da criação ou de tentativas para criar (com fracassos notórios que o camarada sublinhou) instrumentos jurídicos que transformem as próximas eleições numa mascarada eleitoral destinada a garantir a vitória às forças reacçãoárias.

Eleições («trabalhemos seriamente para as eleições legislativas») Reforma Agrária («as terras roubadas serão recuperadas»), nacionalizações, política de unidade, designadamente com os socialistas («é preciso que a maioria na AR não seja apenas numérica; é preciso que seja política, real, democrática») foram, entre muitas outras, algumas das questões mais salientes da exposição do camarada Álvaro Cunhal, que pormenorizou vários aspectos da luta dos trabalhadores no Alentejo (este Governo já roubou 100 mil hectares de terras, mas há ainda 400 UCP's em que os trabalhadores dirigem a agricultura) do crescimento do Partido (citou os números divulgados na Conferência Nacional de 14 de Junho) do dia a dia da luta política, da Comunicação Social, das eleições

para a Presidência da República, do papel das Forças Armadas, dos fracassos do Governo em política interna e externa e do Mercado Comum.

O período de perguntas e respostas enriqueceu e aprofundou vários temas actuais e precisos sobre política de alianças, candidaturas à Presidência, pedidos de autorização legislativa do Governo PPD/CDS, bipolarização, a visita de Carter, decisões dos tribunais não acatadas pelo Governo, política de paz e desanuviamento (condenação das tentativas imperialistas para aumentar o potencial bélico no nosso País ameaçando a segurança do nosso povo).

Confiança na verdade

«Nós temos uma grande confiança na verdade. É preferível perder votos falando verdade do que ganhá-los mentindo», sublinhou Álvaro Cunhal quando aludiu ao notável crescimento do Partido depois do IX Congresso. Dirigindo-se aos milhares de novos militantes, dizia que eles vêm ao Partido na «crista das massas» que se aproximam dia-a-dia dos comunistas, que aderem à sua política de unidade, de defesa real dos interesses dos trabalhadores, e de todas as camadas antimonopolistas, sem olhar às opções políticas de cada um, sem atender a «pequenos jogos eleitoralistas», mas procurando trazer a uma política de unidade a força capaz de derrotar, com todos os democratas, as forças reacçãoárias nas próximas eleições.

Camaradas falecidos

CARLOS SOUELA — Com 62 anos, faleceu recentemente o militante comunista Carlos Martins Souela, membro do Partido desde a sua juventude, resistente antifascista activo, que passou quatro anos no campo de concentração do Tarrafal. Pertencendo ultimamente à célula dos trabalhadores comunistas da Siderurgia, embora as condições de saúde não lhe permitissem desempenhar a sua actividade. Durante a sua doença, foi alvo de calorosas manifestações de solidariedade por parte de camaradas, amigos e companheiros.

JOÃO PIRES — Natural de Cuba (Alentejo), faleceu em Miranda do nosso camarada João Maria Pires, membro da célula dos trabalhadores comunistas da Fundação Gulbenkian (bibliotecas ambulantes). O camarada fazia agora 70 anos.

ANTÓNIO NUNES — Velho militante do Partido, canteiro de profissão, chamava-se António Nunes mas era conhecido, carinhosamente, por «o velho do mármore». Foi membro da comissão administrativa da Junta de Freguesia da Ajuda, a seguir ao 25 de Abril. Faleceu no passado dia 20, e muitos camaradas e amigos acompanharam-no à última morada.

JÚLIO CORDEIRO — Na sequência de um desastre de viação, faleceu o camarada Júlio Augusto Cordeiro, de 66 anos de idade, militante do PCP desde 1931. Foi um militante activo, estando preso em 1938 com Álvaro Cunhal e outros camaradas. Estava reformado desde Janeiro de 1980, e era muito estimado por todos os camaradas e amigos, que em grande número se incorporaram no funeral.

Lista própria da APU na Mealhada

Na sequência da acção dos eleitos da «AD» na Câmara Municipal da Mealhada — nomeadamente do ex-presidente, dr. Adriano Santiago —, que pela ilegalidade, abuso do poder e arbitrariedade impediu o funcionamento democrático da Câmara, lendo os interesses dos municípios, vão realizar-se no próximo dia 27 de Julho eleições intercalares para a Câmara Municipal.

A Aliança Povo Unido (APU) já apresentou os seus candidatos. Correspondendo às opiniões expressas por todo o Concelho e no sentido de derrotar mais claramente a incompetência da «AD», garantindo à partida o funcionamento da Câmara, a APU propôs ao Partido Socialista a elaboração de uma lista conjunta para estas eleições. Tal proposta não foi

entendida pelo PS, que acabou por nunca lhe responder definitivamente.

Deste modo a APU apresenta-se ao eleitorado com uma lista própria que integra homens e mulheres de todo o Concelho, de diferentes opiniões políticas, idades e profissões, mas que têm um objectivo comum: trabalhar com limpidez e competência ao serviço do Concelho e dos seus habitantes. A população do Concelho tem agora a possibilidade de evitar a repetição de situações passadas, fazendo eleger uma Câmara que corresponda ao legítimo anseio de ver resolvidas as enormes carências com que se debate. E a experiência já demonstrou que só com o reforço da APU se pode conseguir tal Câmara!



Almada: já há 4 mil contos!

A campanha para a recolha de fundos para o novo Centro de Trabalho de Almada, prossegue em grande actividade com todos os organismos interessados no grande projecto que é «A Casa do Partido». Foram já ultrapassados os 4000 contos e, para tal, há que salientar a actividade dos diversos núcleos como o da Função Pública, que já vai muito adiantado, e os da Construção Civil e da «Recepção», que ultrapassaram a meta que se tinham proposto. No passado dia 28 realizou-se, na cave da Academia Almadaense (ver foto), uma sessão de Cabelheiros, filados e amigos do Partido, tendo utilizado os seus serviços um número muito significativo de pessoas (96). Outra iniciativa com resultados positivos, foi a participação nos Santos Populares. No dia 6 de Julho haverá um piquenique na Trafaria, com intervenção política, canto livre e baile.

Apelo da DORL às organizações e militantes

Em Junho e Agosto largas dezenas de milhares de trabalhadores, entre os quais muitos militantes do Partido no distrito de Lisboa, saem para férias para longe dos habituais locais de trabalho e de residência.

A Direcção de Organização Regional de Lisboa reforça através do «Avante!», o apelo que está a ser lançado em todas as organizações para que os militantes e amigos participem com uma contribuição especial na base do subsídio de férias, para as despesas da intensa actividade que o PCP tem desenvolvido nos últimos meses.

Aos camaradas membros do Partido, a DORL lembra

que antes de partirem de férias, é importante pagarem as suas quotas, a fim de que a receita e actividades normais não sofram quebra significativa.

Apela-se igualmente para que as organizações avancem com os mais variadas tipos de iniciativas junto dos militantes e amigos com vista à obtenção de fundos que permitam à DORL suportar os altíssimos custos da pré-campanha eleitoral para as Legislativas e Presidenciais, que se vão realizar nos próximos meses.

Por estes mesmos objectivos a DORL lançará, oportunamente, a sua própria campanha de Fundos.

Acampamento em Francelos

De 2 a 17 de Agosto realiza-se em Francelos, Vila Nova de Gaia, mais um grande acampamento da Juventude do Norte, numa iniciativa da JCP. Os interessados podem obter informações nas sedes da organização e nos CT's

do PCP no distrito do Porto. Actividades desportivas, sessões de Canto Livre, colóquios e debates, projecções de filmes e bailes, são alguns dos pontos do variado programa para o acampamento.

Aos camaradas em férias

Os camaradas que já estão de férias ou vão gozá-las não devem esquecer que há Centros de Trabalho do Partido por todo o País que esperam a sua visita e onde podem colaborar — sem prejuízo do repouso e de acordo com as suas disponibilidades — em iniciativas já a decorrer e noutras que se preparam para os meses de Verão, principalmente as relacionadas com a campanha eleitoral.

Encontro da APU do distrito de Santarém

Cerca de 400 activistas representando 20 concelhos estiveram presentes no Encontro do distrito de Santarém da APU, realizado no domingo na Escola Secundária do Entroncamento, no qual foi aprovado um Manifesto ao povo do distrito.

Na sua grande maioria os presentes representavam organismos do movimento popular, nomeadamente sindicatos e ligas, comissões de moradores, casas do povo, comissões de trabalhadores, colectividades, UCP's e cooperativas industriais e agrícolas e ainda o jornal regional «A Forja», num total de 56 organizações unitárias, o que bem demonstra a ligação da APU às populações e aos seus problemas e aspirações. Facto este que também seria demonstrado pela grande participação — cerca de 40 intervenções — essencialmente viradas para o debate desses problemas e o modo de os superar.

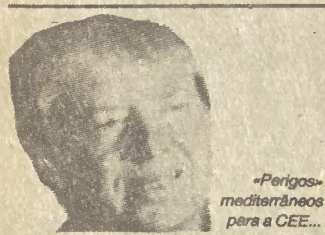
A intervenção de abertura coube a Fernando Oliveira, da DORSA do PCP, que traçou os objectivos do

Encontro, tendo também usado da palavra Anselmo Aníbal, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, António Galhordas, vice-presidente do MDP/CDE e Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP. Na mesa estavam presentes autarcas e representantes daqueles dois partidos, incluindo Raimundo Cabral, da DORSA e da Comissão Política do CC do PCP.

Foi guardado um minuto de silêncio em memória de Manuel Valente, vereador da APU na CM de Abrantes, falecido há dias, conforme o «Avante!» noticiou, em consequência de um acidente de viação. Por unanimidade e aclamação foi aprovada uma moção exigindo a demissão do governo Sá Carneiro.

No final foi aprovado um manifesto ao povo do distrito, em que se refere, nomeadamente, a não garantia de democraticidade das eleições com este Governo no poder e se apela ao voto na APU para que a vitória de Abril seja certa.

Semana

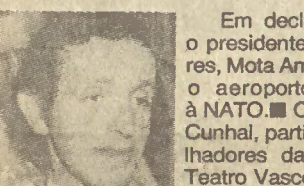
25
Quarta-feira

A propósito do V aniversário da proclamação da independência de Moçambique e do XVIII aniversário da fundação da FRELIMO, o CC do PCP envia ao CC da FRELIMO, aos militantes daquele partido e ao povo moçambicano uma mensagem de saudações calorosas e solidárias dos comunistas portugueses. ■ Em votação universal e secreta promovida pelo Sindicato, os jornalistas decidem que o seu Sindicato se desvincule formalmente da CGTP-IN e se mantenha independente em relação a todas as organizações sindicais portuguesas de tipo superior já existentes ou que venham a ser constituídas; 320 jornalistas disseram «sim» e 174 disseram «não», participando na votação 498 dos 1 255 jornalistas inscritos no Sindicato. ■ O plenário da Assembleia da República inicia a discussão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. ■ A Comissão Nacional dos Médicos à Periferia, reunida em Coimbra, acusa a Secretaria de Estado da Saúde de nem sequer cumprir os despachos que faz publicar. ■ Termina na Gulbenkian, em Lisboa, o Congresso da União Europeia das Democracias Cristãs; o presidente da DC Italiana, Arnaldo Forlani, sublinharia durante uma das sessões que «a política de colaboração da CEE com os países mediterrânicos poderá ficar em perigo com a adesão de Portugal, Grécia e especialmente de Espanha». ■ Em plenário, os trabalhadores da Covina denunciam que os ex-patrões da empresa foram nomeados pelo governo Carneiro/Amaral para o Conselho de Administração desta empresa nacionalizada, decidindo adoptar várias formas de luta como repúdio pela provocação governamental.

26
Quinta-feira

Reunidos em Assembleia-Geral do seu Sindicato, os engenheiros técnicos do Norte aprovam no Porto, por aclamação, uma moção em que responsabilizam a maioria «AD» da Assembleia da República pela reconversão dos Institutos Superiores de Engenharia, medida susceptível de promover o desaparecimento daqueles profissionais como classe. ■ Usando do voto de qualidade, o presidente «AD» da Câmara do Porto, arquiteto Coelho de Magalhães, impede, juntamente com a maioria dos seus correligionários, a discussão de um escandaloso projecto de construção nesta cidade, que envolve cerca de três milhões de contos do município e não foi sujeito a escritura pública. ■ O presidente Carter, dos EUA, visita oficialmente Portugal a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes; no termo de uma viagem de oito dias à Europa, Carter permaneceu seis horas e meia em Lisboa e avistou-se com Ramalho Eanes, Sá Carneiro e Mário Soares. ■ O Conselho de Informação para a RTP decide constituir uma Comissão de Inquérito à RTP; a proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PS, seu autor, PCP, MDP/CDE e UDP; os representantes da direita votaram contra.

1934 - Morre no Mindelo (Cabo Verde), onde lhe tinha sido fixada residência, o general Sousa Dias, combatente antifascista que encabeçou a tentativa de revolta de 3 de Fevereiro de 1927 contra o regime fascista.

27
Sexta-feira

Em declarações ao matutino «o diário» o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, «admitte a possibilidade» de o aeroporto de Santa Maria ficar afecto à NATO. ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa num encontro com os trabalhadores da Função Pública realizado no Teatro Vasco Santana, em Lisboa. ■ A maioria de direita na Assembleia da República autoriza o Governo Carneiro/Amaral a alterar a lei das «indenizações» aprovada em 1977 pelo PS e PPD/PSD e aumentar em mais 100 milhões de contos a emissão de um empréstimo para pagamento de «indenizações» a monopolistas e agrários, empréstimo esse que passa assim para 200 milhões de contos serem utilizados pelo Governo «AD» em «pagamentos».

28
Sábado

No final da primeira legislatura da Assembleia da República a «AD», derrotada a nível de opinião pública, pela acção dos partidos democráticos e confrontada com o desacordo dos «Reformadores», desiste de tentar alterar a lei eleitoral e de elaborar a lei da nacionalidade. ■ Com a participação de mil delegados de UCs/Cooperativas e do sector privado de todo o distrito, realiza-se no Teatro Garcia da Resende o I Encontro das Mulheres Operárias Agrícolas do Distrito de Évora. ■ Os pilotos da TAP-Air Portugal iniciam uma paralisação do três dias, efectuando apenas os voos para as regiões autónomas; os pilotos pretendem que o CC da TAP compre o «protocolo assumido em Dezembro passado», ou seja, querem, entre outras reivindicações, que a companhia pague os seus impostos, apesar de tal ser flagrantemente ilegal à luz da legislação tributária e da Constituição da República.

29
Domingo

Realiza-se na Horta, Açores, a Conferência Nacional do PCP, cujos sessenta delegados de todas as ilhas do arquipélago, após vivo debate, aprovam várias moções, uma resolução sobre as próximas eleições e uma Proclamação. Carlos Costa pronuncia a intervenção de encerramento. ■ Nas eleições intercalares de Jovim (Porto), a direita desce de 1306 para 1036 votos, enquanto a APU mantém os anteriores 443 (28,36 por cento). A abstenção do PS, que não apresentou lista, impede uma maioria democrática, ficando a direita com 9 mandatos (tinha 7) e a APU com 4 (tinha 2). ■ Comerciantes de Lisboa reúnem-se no seu primeiro encontro, aprovando uma série de resoluções em defesa dos seus interesses e contra a protecção governamental aos grandes comerciantes. ■ Num comício na Praça Humberto Delgado, no Porto, para lançamento da Frente Republicana e Socialista (PS+UEDS+ASD), Mário Soares diz: «O dr. Sá Carneiro não tem mais legitimidade democrática para governar este país e deve demitir-se». A assistência grita «Sá Carneiro para a rua» e «Nem APU nem AD, só a Frente é que se vê». ■ Soares Carneiro no Clube de Capadores, em Matosinhos: «Por compromisso perante mim mesmo e a AD não retirarei a minha candidatura mesmo na eventualidade de a AD não ficar em maioria no parlamento». ■ A uma jornada do fim do torneio de apuramento, o Amora é já o virtual campeão nacional de futebol da 2.ª divisão.

30
Segunda-feira

Eleitos da APU entregam à mesa da Assembleia Municipal um pedido de sindicância à Câmara Municipal do Porto (maioria AD), devido não só à sua inoperância, incapacidade e incompetência, mas também por «constantes e flagrantes atropelos e violações à lei 79/77 e à lei geral e por uma actuação com pontos extremamente nebulosos». ■ Ao partir para Paris, Sá Carneiro afirma no aeroporto esperar do presidente Giscard o «esclarecimento das declarações» a favor do adiamento da integração de Portugal e Espanha na CEE.

1
Terça-feira

Prosegue a greve de três dias dos oficiais e engenheiros da Marinha Mercante, com o objectivo de desbloquear as negociações do contrato colectivo de trabalho, que se estendem há seis meses. ■ Através de um despacho, o ministro dos Transportes e Comunicações salienta que o pagamento dos encargos relativos à substituição de voos da TAP por aviões fretados a companhias estrangeiras, para assegurar as ligações com os Açores e Madeira, será assegurado por verbas do OGE em princípio destinadas aos subsídios não reembolsáveis à transportadora aérea nacional. Entretanto, prossegue a greve dos pilotos da TAP.



Os Comunistas na Assembleia da República

Os escândalos e as derrotas: o que a «AD» fez e não deixou fazer o que a «AD» não conseguiu fazer

O carácter precário e efémero da maioria da «AD» na Assembleia da República, a par de uma actuação constantemente escandalosa e golpista, ficaram bem evidenciados na longa sessão plenária de quase 24 horas com que culminaram os trabalhos da 4.ª Sessão Legislativa da I Legislatura.

Tal facto ficou desde logo bem caracterizado na violência e na prepotência que a «AD» fez desabar sobre os deputados, obrigando-os a um «método» de trabalho verdadeiramente descabelado, apenas com o objectivo de não ceder às propostas dos partidos da oposição no sentido de um prolongamento dos trabalhos parlamentares que possibilitasse um aproveitamento útil desse prolongamento.

Porém, se no «método» do trabalho imposto foi claro o mais completo desrespeito das normas de vivência democrática por parte da «AD», o medo e o temor, a par da intenção não disfarçada de se transformar em partido único fazendo calar os partidos da oposição, à boa maneira do 24 de Abril, foram outras notas salientes do comportamento da «AD», ao impedir que a Assembleia apreciasse várias iniciativas parlamentares dos partidos da oposição, e fazendo-o de modo ilegal e arbitrário. Com efeito, ao recusar a discussão da moção de censura apresentada pelo PCP, da interpelação do MDP/CDE e dos inquéritos parlamentares do PS, a maioria «AD» pretendeu, numa atitude sem par no Portugal democrático, transformar o órgão de soberania Assembleia da República numa qualquer Assembleia «nacional» dos tempos do fascismo, quando os que se sentavam naquelas bancadas não eram mais do que meros ornamentos da política terrorista praticada pelo governo fascista.

Mas o escândalo não ficou por aqui. Os diplomas que a «AD» fez aprovar no último dia dos trabalhos parlamentares e a forma como o conseguiu são o retrato de corpo inteiro de uma política contra o Portugal de Abril. Autorizações legislativas concedidas ao governo pela maioria que o apola para legislar a seu bel-prazer sobre indemnizações, zona de jogo em Tróia e leis «antiterrorismo» foram vivamente criticadas pelos partidos da oposição, sem que da parte das bancadas da «AD» tivesse surgido qualquer argumento que tentasse justificar o indefensável: os deputados dos partidos da direita estavam sentados nas suas bancadas (quando estavam) para fazer os fretes pedidos pelo governo, concedendo-lhe as autorizações e aplaudindo as palavras ócas dos representantes governamentais que ao longo do dia e da noite desfilaram pela Assembleia.

No capítulo das indemnizações, os deputados governamentais puseram-se de acordo com o governo para que este canalize mais cem milhões de contos aos capitalistas e latifundistas que já tinham garantidos outros cem milhões de contos, nos termos da lei de entrega aprovada em 1977. A discussão e votação desta matéria originou um pequeno escândalo: o deputado Sousa Tavares resolveu elogiar o monopolista de quem foi caudilco — António Champallimaud — sendo por isso fardamente aplaudido pelas bancadas da «AD».

Carlos Brito: Sá Carneiro e a «AD» têm medo e a sua derrota perfila-se no horizonte

Quase no termo do período de trabalho que a coligação governamental designou de «sessão complementar» (para tentar justificar no título a ridícula exiguidade da sua duração e os atropelos e condicionamentos de toda a ordem por ela impostos à vida parlamentar), confirma-se em absoluto aquilo que já era a conclusão a retirar da deliberação da Comissão Permanente — Sá Carneiro e a AD recusaram discutir e enfrentar a moção de censura do PCP.

Um atentado único, na vida da Assembleia da República, e de uma gravidade extrema contra os direitos da oposição parlamentar, é desta forma consumado pela AD.

Ao relegar (e sem qualquer garantia) para o último (e único) dia da sessão a moção de censura do PCP, a maioria violou frontalmente normas regimentais sobre prioridades, prazos e períodos de duração dos debates e atentou com tudo isso contra os direitos da oposição. Mas ao consumir a recusa de discutir uma moção de censura é o cume mesmo da concepção constitucional da nossa democracia pluralista que a AD atinge, são as mínimas regras da convivência democrática que a AD espezinha.

O golpismo, o totalitarismo, a ambição ditatorial, a tendência fascizante do Governo Sá Carneiro recebem nesta sua nova atitude uma ilustração arrepiante.

Um tão grave atentado da parte da AD contra os direitos da oposição (a par dos que vem cometendo diariamente contra os interesses dos trabalhadores e as conquistas democráticas do 25 de Abril) suscitaria a mais profunda inquéitação sobre, não apenas a sorte da nossa democracia, mas sobre a sua própria existência, se não soubesse do carácter precário e efémero da maioria AD e do executivo Sá Carneiro por ela originado e do isolamento político que cerca no País e mesmo nas instituições democráticas a coligação e o governo da direita.

Temos por certo que o Governo Sá Carneiro cairá com as eleições legislativas do próximo Outono, se antes não cair. Mas a conduta do Governo toma cada vez mais um imperativo nacional a necessidade de se congregarem todas as forças da democracia para provocarem a sua demissão e a sua substituição.

É fora de dúvida que um governo que viola as normas de funcionamento democrático na Assembleia da República não está em condições de assegurar, na esfera da sua competência, a isenção da Administração Pública face aos actos eleitorais que se avizinham, e portanto a democraticidade e a genuinidade do sufrágio.

No acto de apresentação da moção de censura afirmámos que com ela não pretendíamos evidentemente operar uma mudança na composição política da Assembleia, onde o Governo disfrutava do que se julga de uma maioria embora escassa, pretendíamos sim fazer chegar à Assembleia da República a vontade crescente dos portugueses de modificar essa composição política, de mudar a maioria.

O que temo o Governo? Insistimos em pensar que não receia as votações, mas tem pavor do debate democrático; foge à denúncia dos seus crimes contra o regime

A legalização do seu próprio terrorismo

O deputado Lino Lima diria, a propósito da aprovação da lei «antiterrorista»: A lei terrorista foi aprovada por dois votos. A maioria concedeu a autorização pedida pelo governo. O governo vai portanto fazer um terrorismo legal, como aqui foi demonstrado.

Mais adiante, acrescentaria o mesmo deputado: Temos de declarar que, efectivamente, o que o governo quer é minar-se de uma lei que lhe permita atingir objectivos que agora já não são inconcensáveis, são confessados. O terrorismo foi um mero pretexto. O governo o que quer é a legalização do seu próprio terrorismo.

A finalizar, diria ainda Lino Lima: Os direitos e liberdades dos cidadãos estão desde agora mais em perigo. Cada vez é mais claro que há uma fronteira neste país — aquela que separa os que defendem a Liberdade, a Democracia,

a Constituição, o 25 de Abril, dos que querem o fim da Liberdade, o fim da Democracia, o fim da Constituição, o fim do 25 de Abril. O governo e a maioria estão deste último lado. O povo, os trabalhadores, os democratas estão do outro. E vão ganhar. O terrorismo do governo e dos partidos da maioria vai ser derrotado. Esta vitória momentânea do terrorismo do governo não passa de uma derrota — porque serviu para caracterizar melhor este governo e esta maioria e, consequentemente, para melhor alamar o povo que vai votar em Outubro.

Jogar em Tróia e aforrar na Suíça

Comentando a autorização pedida pelo governo «AD» para legislar sobre a criação de uma zona de jogo em Tróia, o deputado do PCP Sousa Marques:

É sabido que, para os srs. Silvas, o «jogo», este «jogo»,

é importante; é sabido que a administração da Torralta considera essencial para si e para a propagandeada sobrevivência da sua empresa, a concessão, para si, de uma zona de jogo. A «viabilização» da empresa passaria segundo os padrões da Torralta pelo «jogo» desta concessão e pela concessão deste jogo...

Mas se assim fosse — diria ainda Sousa Marques — com os argumentos da sua viabilização, do não terem que despedir trabalhadores, de poderem pagar as dívidas à banca, à Previdência ou ao Fundo de Turismo, qualquer instalação hoteleira deste país, qualquer modesta pensão da província sentir-se-ia igualmente no direito de requerer, pelo menos, uma «slot machine» à porta de entrada ou, num qualquer canto da cave, a instalação de uma «mesa de suco» ou de uma sala para o tango ou para os «chás canasta» de senhoras burguesas na 2.ª idade...

Sousa Marques acrescentaria ainda: Este governo não apresenta nesta AR

qualquer estudos mínimos de fundamentação da sua decisão de instalar em Tróia uma zona de jogo, ignora as autarquias e as suas competências esquecendo que a estas cabe a competência de planeamento urbanístico e de decidir sobre o tipo de equipamentos a instalar nas respectivas zonas de acção, não tem em conta as posições já anteriormente assumidas por esta AR, não respeita as normas legais e regulamentares de concursos públicos que, aliás, nem pretende gerir, esquece os interesses gerais das populações. Este governo tem apenas em mente, neste caso, os interesses dos srs. Silvas e Proenças de Carvalho da Torralta...

Mais cem milhões para os capitalistas e latifundiários

A propósito das autorizações pedidas pelo governo para

Para o fazer foram, no entanto, necessárias três votações só para a primeira das quatro alterações: as pretensões de Jardim viriam a ser derrotadas na primeira votação por 121 votos contra e 120 a favor, com duas abstenções (as de Sousa Tavares e Sanches Osório); em pânico, o diligente Amândio de Azevedo requereu nova contagem, invocando pretensos erros de contagem (o que possibilitou que, aos corredores e sofás, fosse retirado mais um deputado da «AD»), tendo-se então registado um empate a 121 votos; reaberta a discussão, ao microfone e em voz baixa, os dois deputados abstencionistas foram de viva voz aconselhados a modificar o sentido do seu voto. Tavares disse que não, porque não gostava de verbos intransitivos (o artigo em votação estabelecia o termo de colaborar para definir as relações entre o governo regional e o ministro da República), enquanto Sanches Osório dizia que não com a cabeça às solicitações dos numerosos deputados, entre os quais Pedro Roseta, que se reuniram à sua volta. Mas nesta altura, mais dois deputados da direita entraram apressadamente na sala e Azevedo requereu a imediata votação, depois de uma deputada do PSD ter tentado convencer Tavares de que, segundo as novas regras, colaborar já seria um verbo transitivo... O alívio da «AD» com o resultado desta votação seria, porém, de pouca duração: o resultado de 123 votos a favor da alteração contra 121 transformou-se nos restantes três artigos, quando Tavares modificou a sua abstenção em voto contra e Osório, num deles, teve também o arrojo de votar contra.

Desta vez contudo, para desfazer o empate, nem foi preciso recorrer a nova discussão, uma vez que Osório regressou à bem comportada abstenção, o que possibilitou a aprovação da alteração imposta por Jardim.

Estes episódios dão bem a medida do que foi a «AD» nesta Sessão Legislativa que chegou ao seu termo às 9 horas e 10 minutos da manhã do passado sábado, pouco depois de Amândio de Azevedo ter procurado, muito suavemente, informar a Assembleia da retirada pela «AD» dos pedidos de autorização legislativa para alterar a lei eleitoral e para elaborar as leis da nacionalidade e da criação de novas freguesias, peças indispensáveis para que a «AD», pela batota, pudesse escapar à derrota que a espera nas próximas eleições.

A «AD», em maioria precária e efémera, nesta 4.ª Sessão Legislativa foi este rosário de escândalos, ilegalidades, arbitrariedades e legislação antidemocrática; foi esta violência e prepotência de trabalho a trouxe-mouxe que em nada dignificam o órgão de soberania Assembleia da República. Nós não compreendemos e o povo não compreenderá — disse Almeida Santos, do PS, referindo-se aos trabalhos do período complementar; esta experiência negativa não foi em vão e será certamente um contributo para que Abril vença — salientou Carlos Brito, do PCP. Palavras de denúncia de uma prática política que não deixa saudades, palavras que configuram a certeza de que tal prática não voltará a manchar a actividade de um órgão de soberania erguido com as conquistas de Abril.

As 30 autorizações legislativas da última vaga não são mais do que os instrumentos para preparar a revisão inconstitucional da Constituição (através da lei-quadro do referendo), a mascarada eleitoral (através da alteração do regime jurídico de todas as eleições e com as leis de leição da nacionalidade), a restrição das liberdades, direitos e garantias dos portugueses (através de uma lei pretensamente antiterrorista) a restauração dos privilégios e poderes do grande capital (designadamente através da entrega aos ex-monopolistas de uma bolada de 100 milhões de contos a crescer aos outros 100 já estabelecidos na lei das indemnizações), o agravamento da exploração dos trabalhadores e dos agricultores rendeiros (através do pacote laboral e da revisão da lei do arrendamento rural) e a própria imposição às Forças Armadas de legislação partidarizada elaborada fora do quadro formal que estas sempre consideraram desejável.

E que obteve o Governo com esta tentativa de assalto? Uma resposta determinada da oposição na Assembleia, o alargamento da onda de repúdio no País, a agudização de dificuldades intestinas, o descrédito acrescido perante a opinião internacional.

Em fase disto, o Governo recuou mas deixando preparado um novo assalto, isto é, mantendo as direcções mais perigosas do seu ataque.

As autorizações legislativas sobre matéria eleitoral e a lei da nacionalidade (com elas condicionadas) pedidas no termo da sessão, sem qualquer possibilidade de fiscalização antes de produzidas os seus efeitos — representam uma vergonhosa tentativa de fraude eleitoral. Desonraram já o Governo que ousou formulá-las e cobrirão de indignidade democrática uma maioria parlamentar que ousou concedê-las.

O Governo chegou ao termo da sessão legislativa como a começou. No princípio precipitou sobre a Assembleia da República uma avalanche de 203 pedidos de sujeição a ratificação (para depois retirar desordenadamente 146).

Terminia apresentando 44 pedidos de autorização legislativa a que acaba por retirar 27.

Nas balizas destes números ficam 6 meses de planos golpistas visando a subversão da ordem institucional, de permanentes tentativas de governamentalização da actividade parlamentar, de improvisação; incongruência, irresponsabilidade que obstruíram toda a actividade da Assembleia da República e fizeram da sessão legislativa iniciada em 3 de Janeiro a mais negativa para o povo e para o País dos 4 anos da legislatura.

Na vida parlamentar, como na vida do País, a ocupação da Assembleia por uma maioria de direita revela-se um verdadeiro desastre. É também por isto que o Governo fecha a Assembleia e recusa discutir a moção de censura do PCP.

Mas se a prepotência do Governo e da coligação podem impedir a discussão e a votação da moção de censura do PCP, não impedirão que se fortaleça e amplie o movimento popular para a demissão do Governo Sá Carneiro. Não poderão impedir a votação da censura e da derrota da AD nas eleições do próximo Outono...

“O 25 de Abril vencerá!”

indemnizar ainda mais os que exploraram o povo português durante quase meio século, afirmaria a deputada Ilda Figueiredo. O tempo passa e as eleições estão perto. Há que tentar os últimos golpes enquanto é tempo. Já que não é possível pela via directa a reconstrução dos monopólios há que aproveitar a via indirecta. E o comité executivo do grande capital ali está com a autorização legislativa para a alteração da lei das indemnizações e do pedido de empréstimo de mais 100 milhões de contos.

E noutro passo da sua intervenção: Do que de facto se trata é que o governo da AD passará a dispor de 200 milhões de contos para dar, na quase totalidade, aos grandes monopolistas e agrários cujas empresas foram nacionalizadas em 1975.

Mas Ilda Figueiredo especifica ainda mais a posição do PCP relativamente a mais esta golpada da «AD»: Dos 200 milhões de contos que

o governo pretende utilizar para pagamento de indemnizações apenas uma pequena parte irá para os pequenos e médios aforradores. Não é contra o pagamento dessas indemnizações que nós estamos. Antes pelo contrário. Defendemos inclusivamente que em relação ao FIDES e FIA o seu pagamento já se devia ter realizado. E se tal não aconteceu, isso deve-se apenas ao facto de a direita sempre ter procurado atrelar os interesses indefensáveis dos ex-monopolistas às justificáveis indemnizações aos pequenos e médios aforradores. Mas o que se passa é que esses 200 milhões de contos irão na sua maior parte para os grandes exploradores do povo português e nem sequer serão utilizados em investimentos, e muito menos em investimentos produtivos, mas sim em actividades especulativas ou, como já aconteceu com cerca de 40 milhões de contos depois do 25 de Abril, serão depositados nos bancos da Suíça!

Festa do «Avante!» • Alto da Ajuda • 11, 12 e 13 de Julho

O programa cultural

O pavilhão Central da Festa do «Avante!», dispondo este ano de uma área maior, funcionará como um espaço de cultura viva e de debate, como demonstração da força criadora do nosso povo.

Através de colóquios, de recitais, de actuações de coros, ranchos folclóricos e bandas de música, de diaporamas, de exposições e de exhibições de grupos de teatro se irá deixar claro que o Portugal de Abril está presente e se renova quotidianamente na cultura que o povo cria, uma cultura dinâmica e transformadora, na qual a perspectiva de um futuro melhor para a nossa pátria é nota dominante.

O trabalho dos oleiros, dos ceramistas, das bordadeiras, dos artesões de filigranas, das rendadeiras de bilros, dos atadores de redes e dos artesões de cobre mostrará facetas para muitos desconhecidas da vida laboriosa do nosso povo e da arte popular portuguesa.

Também a defesa e salvação do nosso riquíssimo património cultural, bem como a sua divulgação, constituem objectivo da programação elaborada para uma das áreas do Pavilhão Central.

Nos colóquios falar-se-á do Portugal de Abril, das ameaças que pairam sobre a democracia e das propostas e perspectivas apontadas pelo PCP para se derrotar a direita e se encontrar uma saída democrática para a situação actual.

A cultura progressista da nossa pátria, representada pelo teatro, pela canção, pelo fado de Abril, pela poesia, pelas artes plásticas, etc., será a afirmação inequívoca de que, não obstante a política anticultural do governo da direita, as várias formas de expressão artística se continuam a desenvolver, reflectindo os anseios mais profundos e sentidos do nosso povo.

Também Camões, neste ano em que se comemora o quarto centenário da sua morte, estará uma vez mais presente em exposições, colóquios e recitais, com toda a beleza e força da sua obra, momento alto da cultura universal, orgulho do nosso povo e da nossa pátria.

Mas o Pavilhão Central da Festa será ainda e, sobretudo, a afirmação da crescente influência do PCP em todas as áreas da vida nacional e a demonstração da justeza dos caminhos que tem vindo apontar.

Por último, o Pavilhão Central da Festa do «Avante!», para além de espaço de cultura, convívio e debate, será um exemplo do que pode o esforço, a alegria, a imaginação e a esperança de dezenas de milhar de homens e mulheres, de um povo inteiro para quem Abril é cada vez mais sinónimo de futuro, de uma vida e um mundo melhores.



Exposição de arte popular e património cultural

A Exposição "Arte Popular e Património Cultural" é outra das áreas do Pavilhão Central da Festa. Ali, através dos materiais agrupados sob a designação "Arqueologia e Património Arqueológico", se procura mostrar, de uma forma didáctica e formativa, a evolução das sociedades humanas desde as suas formas primitivas até ao desenvolvimento da civilização.

Deste modo se mostra a evolução desde as sociedades de caçadores e recolectores, passando pelas sociedades de agricultores e pastores e sociedades metalúrgicas, até à conquista do território português. Será posta em destaque a importante obra civilizacional empreendida pelos romanos, os quais deixaram no nosso território notáveis vestígios da sua permanência.

Os constantes progressos realizados pelo Homem no domínio da matéria e na tentativa incessante de melhorar as suas condições de vida serão

documentados através da exposição de alguns objectos arqueológicos utilizados pelas diferentes sociedades pré-históricas.

Outro dos objectivos desta área da exposição é mostrar, de uma forma acessível o que é a Arqueologia e para que serve, evidenciando-se, simultaneamente, a necessidade de um crescente empenhamento colectivo na defesa e salvamento do património arqueológico, por se considerar que ele constitui parte integrante da cultura de um povo e elemento essencial para o conhecimento do nosso passado histórico mais remoto.

Na área destinada à Pintura Portuguesa será apresentada uma panorâmica ampla das formas que esta manifestação artística assumiu entre nós desde a Idade Média até ao século XVIII, bem como das correlações de carácter sociológico que enformaram e enformam esse percurso criativo. A nossa pintura funciona como um retrato vale das contradições

existentes na sociedade portuguesa. Considerando que se trata ainda hoje de um património mal conhecido e insuficientemente estudado, esta área da exposição pretende ser a afirmação fecunda dos seus valores e potencialidades, que não se esgotam nos quadros rígidos das escolas e dos "grandes mestres".

Também a Arte e Cultura Popular dispõem de um espaço importante na área do Pavilhão Central, na qual se darão a conhecer em pormenor as diferentes expressões da criatividade do nosso povo, com toda a sua variedade, imaginação e beleza.

A par das diferentes formas de Arte Popular, que vão da cerâmica aos trabalhos em madeira, passando pelos brinquedos populares, pelos "registos de santos", pelos trabalhos em metal, pelos tapetes e pelos trajes, esta zona inclui uma mostra do instrumento de trabalho (na agricultura, pesca e tecelagem)

como reflexos ancestrais da actividade produtiva.

Na Exposição de Arte Popular serão apresentadas mais de 300 peças, provenientes de várias regiões do País — Alentejo, Beira Litoral e Beira Interior, Douro, Trás-os-Montes e Algarve — abrangendo, fundamentalmente as seguintes áreas: instrumentos de trabalho, cerâmica, tapetes de Arraiolos, trajes populares e instrumentos musicais populares.

Na área destinada aos instrumentos de trabalho, destacam-se peças como arados de pau, tecnologia tradicional do linho, canças, instrumentos de trabalho salteiro, etc...

No tocante à olaria e cerâmica, estarão na Festa peças oriundas, entre outras regiões, de Coimbra, Redondo, Bisalhães, Estremoz, Vilar de Nantes, Caldas, Flor da Rosa, etc...

Em relação aos trajes populares, poderão ser vistos exemplares de Aveiro, Ovar, Castelo Daire, Povoa, Montalegre, Caramulo, Montemuro, etc.

durante várias horas do dia artesãos em actividade, trabalhando o barro, o pano e o metal.

Colóquios, espectáculos, recitais

A actuação do PCP, o modo como analisa a situação política actual e as propostas e perspectivas que apresenta para a importantíssima batalha eleitoral que se aproxima, serão os temas a ser desenvolvidos em três colóquios a realizar no Auditório A e que contarão com a presença de camaradas da Comissão Política. Idêntica problemática será analisada, no Auditório B, por camaradas do Comité Central e outros camaradas ligados aos diferentes sectores e frentes de luta do Partido e da vida nacional.

Também Luís de Camões, sua vida e obra, o património cultural e a arte popular estarão também presentes nos auditórios A e C, na zona central da Festa, através da poesia, do teatro, da música, do canto, do movimento, da dança e do debate.

A obra de Camões, o mundo em transição no qual viveu e escreveu e a sua dimensão de poeta do povo

e da pátria, serão temas de colóquios no Auditório A, com a presença, entre outros, dos camaradas Armando de Castro, António Borges Coelho e Oscar Lopes.

Os grupos de Teatro de Campolide, instalado em Almada, e a Seiva Trupe, do Porto, apresentarão passagens, respectivamente, dos espectáculos "Que Farel Com Este Livro?", de José Saramago e "Quanto Vale um Poeta".

Por seu turno, um grupo de artistas do Centro Cultural de Évora participará num recital organizado por Mário Barradas e dedicado à obra de Camões. Actores como Fernanda Lapa, Fernanda Alves, Mário Jacques, Mário Pereira, Canto e Castro e Rui Pedro dirão poemas de e sobre Luís de Camões.

Também num dos auditórios do Pavilhão Central José Jorge Letria e Luís Cília interpretarão canções sobre o poeta.

Os jovens Alexandre e Raquel, da Marinha Grande, que formam o "Duo Despertar", cantarão poemas de Camões.

Nesta evocação — homenagem ao autor de "Os Lusíadas" — ocupará lugar de destaque a música de Carlos Paredes, que tocará acompanhado por Fernando Alvim.

Refiram-se, entretanto, a nível dos colóquios programados para o Pavilhão Central, temas a abordar, como, por exemplo: "Zimbabwe, Irão, América Latina: Exemplos de um Mundo em Transformação", "Évora e Mértola: Experiências de Defesa do Património", "As Mulheres, as Eleições e a Defesa da Democracia", "As Fraudes da Política Social da AD", "Liberdade de Aprender, Liberdade de Escolher", "Caminhos da Guerra, Caminhos da Paz", "Ser Jovem no Portugal de Abril", "Novas Crises na Crise do Capitalismo".

e "Porque Quer a "AD" Destrui o Sector Nacionalizado?"

De salientar também a realização de um encontro com os participantes na série televisiva "Retalhos da Vida de um Médico".

Por outro lado, está programada a apresentação de um diaporama sobre Camões, a apresentação do espectáculo "Todo o Mundo é Composto de Mudança / o Amor e a Viagem" e a exibição do agrupamento de música popular "Brigada Victor Jara", de Coimbra.

De referir ainda um recital de poesia sobre a cidade de Lisboa.

Também o Fado de Abril estará presente na zona central da Festa, através da actuação de alguns dos seus principais intérpretes amadores.

Finalmente, também o desporto não foi esquecido. Assim, no palco do Auditório A decorrerão manhas desportivas com a presença de atletas nacionais e estrangeiros que participarão na Festa.

“Camões, Poeta do Povo e da Pátria”

Promovida pela Comissão do PCP para o IV Centenário de Camões, estará patente na zona central da Festa a exposição "Camões, Poeta do Povo e da Pátria", já apresentada durante 15 dias na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa.

Através desta importante mostra documental e artística se alargará o número dos que, vindos de todos os pontos de Portugal, vêm em Luís de Camões e em "Os Lusíadas" o amor à pátria e ao povo, a capacidade de se lutar por um futuro mais livre, independente e rico.

A exposição tem um percurso que nos levará, na companhia do

poeta, desde a Lisboa do seu tempo ao mundo dos nossos dias, com todas as perspectivas de transformação e de progresso que nele se abrem.

Numa primeira etapa da exposição teremos à nossa disposição imagens e informações sobre a Lisboa do século XVI, sobre o modo como evoluiu desde o século XIII, sobre as suas classes sociais, sobre a organização das suas forças produtivas e ainda sobre a população do País e sobre a opressão inquisitorial.

Percorrido o "corredor dos medos", a consequência da Inquisição e da resistência do mundo feudal, entraremos no

"cavername" de uma caravela e nela navegaremos por uma "sala" onde se encontram vivas as imagens da transformação científica e cultural do mundo que Camões viveu e cantou.

Noutra área da exposição estarão patentes exemplares de edições raras de obras do poeta e de alguns dos maiores pensadores portugueses do seu século, pautas musicais de composições escritas sobre a sua obra, uma série de retratos do poeta e, por último, uma espécie de roteiro das viagens que realizou.

Mais adiante, poderão apreciar-se fotografias de edições portuguesas e estrangeiras da sua

obra poética e exemplos dela através de excertos significativos.

Noutra fase da exposição evocam-se as comemorações do III Centenário da Morte de Camões, em 1880. Por último, a exposição apresenta referências concretas a iniciativas que, no âmbito das comemorações, têm sido levadas a efeito pelas organizações do PCP em todo o País, durante este ano.

A entrada e à saída desta importante mostra documental, histórica e artística está presente o Portugal de Abril, sociedade em mudança, onde um povo inteiro parte diariamente à descoberta do futuro.

Coros, ranchos e bandas

A música que se faz nas várias regiões do País estará presente na zona central da Festa através da actuação de coros, ranchos e bandas.

Do Minho virá o Rancho de Avarães. A Beira Litoral estará representada pelo Rancho de Sto. André, pelos Pauliteiros de Ossela e pelo Ateneu de Coimbra.

Da Beira Interior virão à Festa do "Avante!" o Rancho das Pastoras da Serra, as Tocadoras de Adufe e os Bombos de Lavacinhos.

O distrito de Santarém far-se-á representar pelo Rancho Típico

"Os Infantis de Foros de Salvaterra".

Os ranchos dos Avieiros, de Vale do Brejo, de Matarraque, Infante e adulto da D. Maria, o Conjunto Popular de Vale Paraíso e a Charranga de Sacavém terão a seu cargo a representação musical do distrito de Lisboa, na zona do Pavilhão Central.

Numerosa será também a representação do distrito de Setúbal, a cargo das bandas da Incrível Almadaense, do Barreiro, de Grândola, do Coro da Quimigal, dos Tocadores da Gaitas de Foles

e do Grupo de Arte Popular, ambos do Centro Cultural de Almada.

Do Alentejo virão até ao Casalinho da Ajuda o Grupo Coral de Cantares Regionais do Portel, o Coro dos Gostinhos de Cuba, as cantarinhas de Niza e um grupo de poetas — declamadores populares.

Por último, a representação da música e da dança populares do Algarve estará a cargo do Rancho Folclórico de Tavira.

As bandas, os ranchos e os coros das várias regiões do País trarão à Festa do "Avante!", à semelhança do que aconteceu

em anos anteriores a alegria, a vitalidade e a beleza de formas de expressão artística profundamente ligadas aos anseios, lutas e tradições das massas populares.

O fascismo tentou destruir ou instrumentalizar dezenas de bandas, grupos corais e ranchos folclóricos por todo o País. No entanto, nunca se apagou nestes agrupamentos populares a força criadora e a ligação real ao povo trabalhador, de cuja maneira de estar e de sentir são expressão legítima.



Bandas, coros e ranchos populares marcarão a sua presença na Festa



“Abril é Portugal que continua”

"Abril é Portugal que Continua" é o tema da exposição política que ocupa uma parte importante do Pavilhão Central da Festa.

Nesta exposição se evoca o 25 de Abril de 1974 e o modo como veio pôr termo a décadas de repressão e terror, marcando uma viragem decisiva na nossa vida colectiva.

Continuar Portugal com Abril é a epopeia a que os trabalhadores portugueses quotidianamente matam ombros, é o reencontro do povo português consigo próprio, é a procura incessante dos novos protagonistas da História actual — a classe operária, os trabalhadores — e de uma solução para os problemas concretos da sociedade portuguesa actual.

A luta abnegada do povo

português ao longo destes seis anos de transformação, a sua acção firme para instaurar a liberdade, construir a paz e a democracia, a batalha pela edificação de um Portugal novo, a luta pela consagração das conquistas populares numa Constituição avançada, são alguns dos aspectos que se encontram amplamente documentados nesta exposição política, parcela importante da nossa memória colectiva.

Parte integrante do material exposto será a documentação sobre a acção de vanguarda do Partido Comunista Português, sobre os seus sucessos, sobre o papel da classe operária e dos trabalhadores na luta pela defesa e consolidação de Abril. Gráficos,

fotografias e dados estatísticos serão a afirmação inequívoca de uma força e de uma capacidade transformadora que se acentuam de dia para dia.

A exposição destina-se igualmente a denunciar a ofensiva das forças reacçãoárias conduzida pela "AD" com a finalidade de destruir o 25 de Abril. Serão dados exemplos relacionados com as várias frentes em que esse ataque se desenvolveu e apontados os factos mais salientes para a sua concretização.

Por outro lado, será demonstrada a importância das lutas desenvolvidas para conter essa ofensiva e para a fazer recuar, apontando-se, ao mesmo tempo, as clamorosas derrotas sofridas

pelo PPD/CDS nestes últimos meses.

Na exposição "Abril é Portugal que Continua" será também posta em evidência a grande importância da próxima batalha eleitoral, em que se encontra em jogo a defesa da Revolução de Abril. Também nesta área da exposição se reforçará a grande certeza colectiva: Abril vencerá!

O grande protagonista da exposição será, entretanto, o povo trabalhador de Portugal. Um povo que, empenhado com todas as suas forças na continuação de Abril, trabalha, sofre, luta e resiste, por saber que Abril significa paz, liberdade, justiça, pão e futuro. Que Abril significa, em suma, um futuro melhor para a nossa pátria.

Cidade do Disco e do Livro

Anexa ao Pavilhão Central da Festa, irá funcionar este ano a Cidade do Disco e do Livro, para a qual estão programados vários lançamentos e sessões de autógrafos.

No tocante aos lançamentos, destaca-se o de uma edição especial do romance "Até Amanhã, Camaradas", de Manuel Tiago, com um prefácio do prof. Oscar Lopes.

O volume, de 500 páginas, será enriquecido com 18 ilustrações a cores e 16 a preto e branco, da autoria do pintor Rogério Ribeiro.

Também com a chancela das Edições "Avante!", será lançado durante a Festa o primeiro de uma série de quatro volumes subordinados ao título "Não ao Mercado Comum", nos quais se incluem os materiais da Conferência do PCP sobre Portugal e o Mercado Comum.

O primeiro volume inclui a intervenção produzida pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, e as Conclusões da Conferência.

Por seu turno, a Editorial Caminho lança na Festa a "Revista Camões", com capa do pintor Gil Teixeira Lopes. Nesta edição colaboram José Gomes Ferreira, Eugénio de Andrade, Oscar Lopes, Armindo Rodrigues, Alexandre Cabral, Paulo Varela Gomes, Dagoberto Markl e António Borges Coelho.

No âmbito das Comemorações do IV Centenário da morte de Luís de Camões será lançado pela Caminho o volume "Concepções Jurídico-Políticas em "Os Lusíadas"", de Fernando Luso Soares.

Tal como aconteceu nas anteriores edições da Festa do "Avante!", também o disco, como

instrumento cultural, terá um espaço importante.

Estão anunciados os lançamentos de um novo LP de José Barata Moura com canções de intervenção e de um LP infantil, no qual se reúnem vários êxitos do cantor naquela área musical.

Com os maiores êxitos de Chico Buarque será lançado na festa um duplo álbum.

O LP "Bread and Roses" é outro dos lançamentos a realizar no espaço da Cidade do Disco e do Livro. Um dos intervenientes neste disco colectivo é o cantor-autor norte-americano Tom Paxton, que actua este ano na Festa do "Avante!", conforme tem vindo a ser noticiado.

Por sua vez, a dupla Fernando Tordo-José Carlos Ary dos Santos, à semelhança do que aconteceu noutras edições da Festa, lançará um novo LP com os seus últimos

trabalhos, alguns dos quais foram estreitados no decorrer de uma recente digressão pela República Popular de Moçambique.

Paulo de Carvalho, entretanto, lança um LP com alguns dos seus troços mais conhecidos e Carlos Mendes divulgará a sua "Antologia 2", que inclui os seus maiores êxitos nos últimos anos.

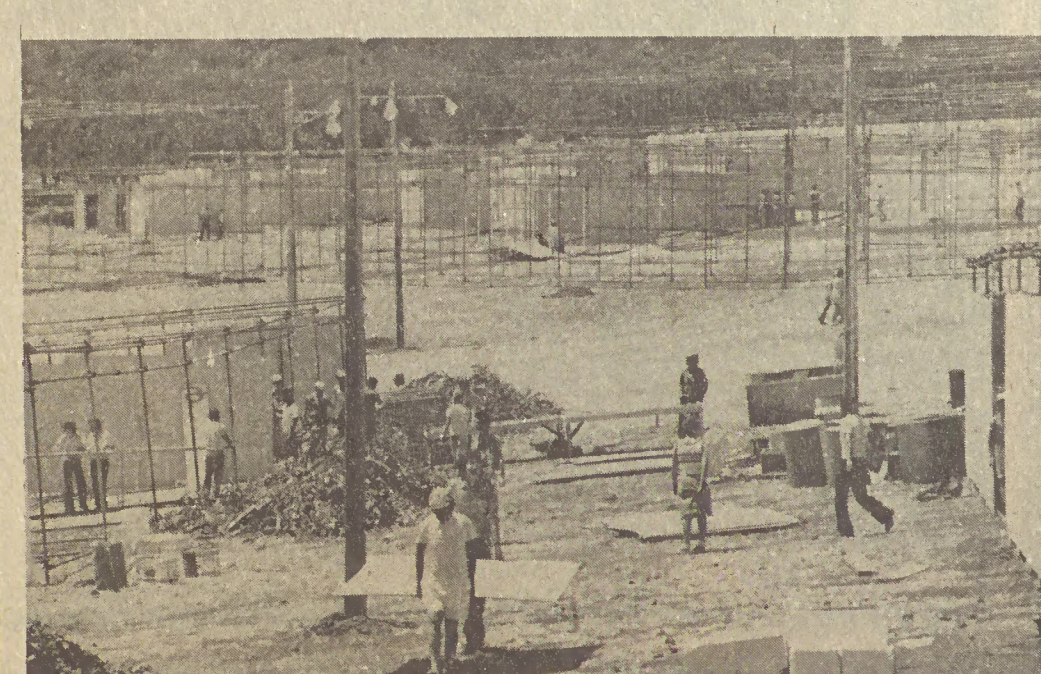
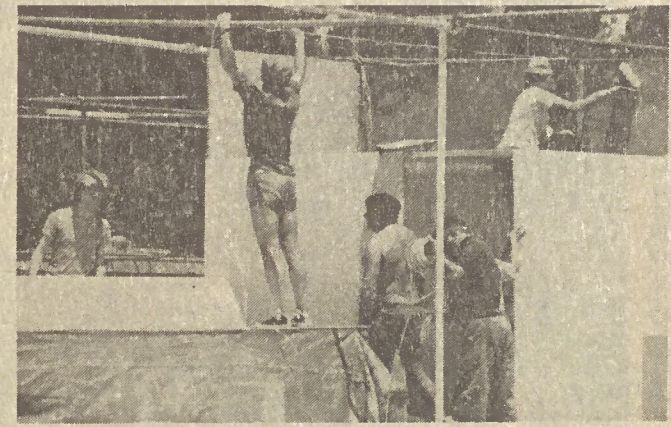
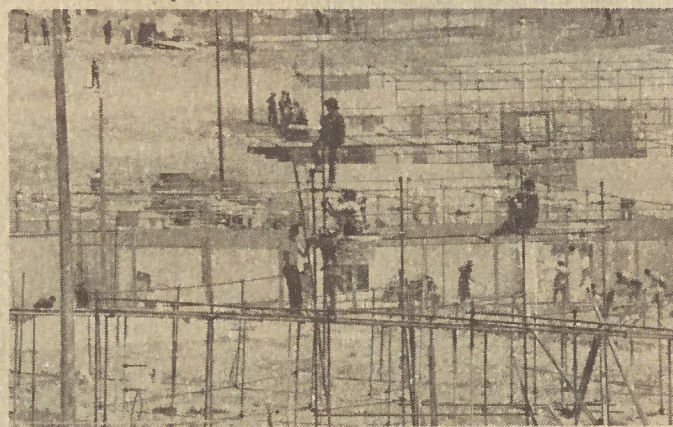
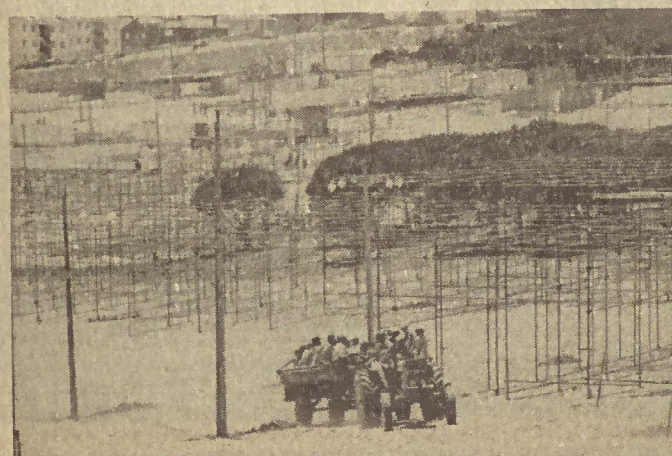
No recinto da Cidade decorrerão várias sessões de autógrafos com artistas portugueses e com alguns dos nomes internacionais que este ano passarão pela Festa, nomeadamente Tom Paxton, Simone, Edu Lobo e o "MPB 4".

Uma inovação a ter em conta: a Cidade do Disco e do Livro funcionará, na edição deste ano da Festa do "Avante!", como um grande supermercado, o que facilitará o acesso aos discos e aos livros bem como a sua aquisição.



O ritmo do trabalho na Ajuda intensifica-se cada vez mais. As infraestruturas, no essencial, estão montadas, ultimando-se agora o restante trabalho, digamos, de acabamento. Os próximos dias terão que ser de grande esforço, nomeadamente no sábado e no domingo, pois deles dependerá que tudo esteja em condições no próximo dia 11.

Na foto de cima, o camarada Álvaro Cunhal, quando de uma sua recente visita ao recinto da Festa



OS ARTISTAS DA

Edu Lobo

O compositor brasileiro Theo de Barros tem grandes responsabilidades no seu cartório musical. A maior delas é, porventura, a de ter apresentado a Eduardo de Goes Lobo, o violão. Estava Edu Lobo muito bem sentado na Academia de George Brass a aprender acordeão por música, quando entra o Theo e lhe diz: - Guitarras de ouvido é que é bom! Pronto! Acabou-se um acordeonista e nasceu Edu, compositor para letras de Vinícius, autor de cantigas para Elis Regina, Maria Betânia, Silvinha Teles, Marília Medeiros, Chico Buarque, Sérgio Mendes, Leni Hall e Milton Makeba, entre outros.

Simone

Considerada pela crítica brasileira como a revelação musical de 1976, Simone é baiana e vai estar na Festa do «Avante!», para confirmar todos os elogios que recebeu também em Portugal.

Quando se fala dela, as pessoas lembram-se da miúda de 16 anos que chegou ao Estado de São Paulo, vinda da Baía, mais propriamente de Salvador, com o fito único de se tornar numa mulher do desporto.

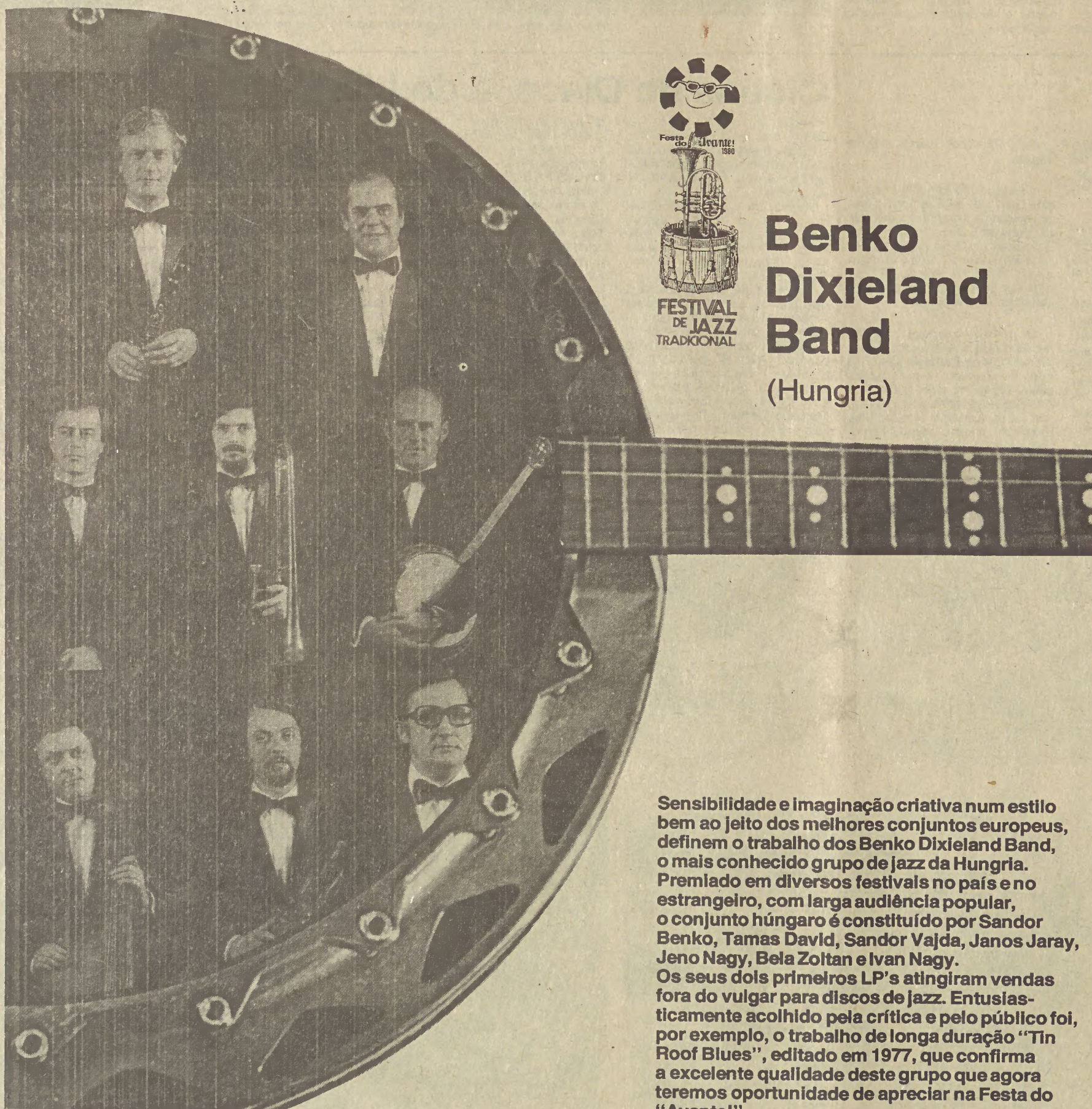
Dois ou três anos depois, Simone desistiu da sua carreira como professora de ginástica e de um promissor futuro como basquetebolista, para se dedicar de alma e coração a outra tarefa: cantar. Ficou-lhe do basquetebol o metro e setenta e seis que tem de altura e o fôlego. Hoje, na vida das cantigas, Simone deita-se à hora a que se costumava levantar e continua a correr, mas de palco para palco.

Depois de gravar o seu primeiro LP no Brasil, Simone partiu em «tournée» pela Europa e pela América, sendo aplaudida pela imprensa especializada, como «a desconhecida maravilha brasileira», cantando no Olympia de Paris, em Bruxelas, no Quebec... até voltar ao Brasil para encontrar Milton Nascimento e Chico Buarque. A fantástica dupla de autores, então recém-criada, oferece-lhe a sua primeira produção, «Primeiro de Maio», para um novo disco de Simone.

A influência marcante de Milton no estilo da cantora começa aí. Simone não a nega e o público nota isso, nomeadamente a partir do seu disco «Face a Face». Mas esta influência não é, de forma alguma prejudicial para a «morena de voz rouca» ou «baianinha», como o público brasileiro chama a Simone. Fala-se de «vida», «emoção», «intensidade» e «calor» quando se fala das suas interpretações; e estes adjectivos chegam para fazer Simone dizer: «ainda bem que encontrei o Milton».

Benko
Dixieland
Band

(Hungria)



Sensibilidade e imaginação criativa num estilo bem ao jeito dos melhores conjuntos europeus, definem o trabalho dos Benko Dixieland Band, o mais conhecido grupo de jazz da Hungria. Premiado em diversos festivais no país e no estrangeiro, com larga audiência popular, o conjunto húngaro é constituído por Sandor Benko, Tamas David, Sandor Vajda, Janos Jaray, Jeno Nagy, Bela Zoltan e Ivan Nagy. Os seus dois primeiros LP's atingiram vendas fora do vulgar para discos de jazz. Entusiasmamente acolhido pela crítica e pelo público foi, por exemplo, o trabalho de longa duração «Tin Roof Blues», editado em 1977, que confirma a excelente qualidade deste grupo que agora teremos oportunidade de apreciar na Festa do «Avante!».

José Afonso
Grupo Resistência

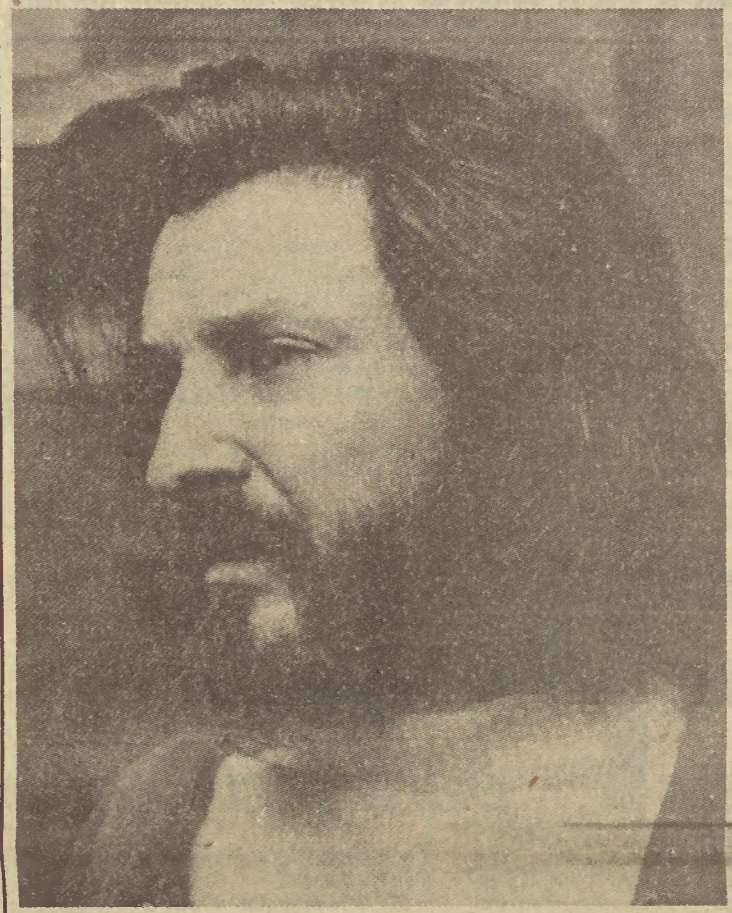
FESTA DO «AVANTE!»

Ruy Guerra

Ruy Guerra vem à Festa. O realizador de "Os Fuzis", "Os Cafagestes" e outras obras que, por meados dos anos sessenta, muito contribuíram para a fama internacional do "Cinema Novo" brasileiro, estará no Casalinho da Ajuda integrado na famosa equipa de músicos e cantores do Brasil. Função: encenar e acompanhar o espectáculo que vamos apreciar na Festa do "Avante!"

Ruy Guerra nasceu em 22 de Agosto de 1931 na cidade que é hoje a capital da República Popular de Moçambique. Estudou em Portugal e na França onde foi aluno do IDHEC (Instituto de Cinema) de 1952 a 1954. Mais tarde, ainda em Paris, foi assistente de realização de Delannoy, Rouquier e Patrice Dally. Sem carta de trabalho, não pôde continuar em França. Como o nosso País lhe "estava proibido por motivos políticos", disse numa entrevista à "Cinema 67", propuseram-lhe fazer um filme no Brasil e aceitou. Mais uma vez, o fascismo afastava de Portugal um artista que aqui não pôde afirmar o seu talento.

Ruy Guerra, que agora nos visita, é mais um exemplo vivo do que nos fez perder uma política de obscurantismo e de opressão. Para que ela não volte se faz também a quinta Festa do "Avante!" em que ele estará presente.



Larissa Kandalova

Larissa Kandalova, cantora profissional da Rádio do Uzbequistão, residente em Taschkent, é uma conhecida intérprete de canções de intervenção, que se acompanha a si própria ao piano.

Adquiriu a sua formação musical num Conservatório e a princípio nunca pensou vir a tomar-se cantora. No entanto, devido a um concurso de TV para jovens cantores, que se realiza na República do Uzbequistão, e no qual venceu «ex-aequo» com o grupo «Jalla», em 1971, Larissa foi convidada por este grupo para participar num espectáculo conjunto em Taschkent. Na sequência desta apresentação, acabou por integrar-se no «Jalla», que só viria a deixar há dois anos atrás, voltando a cantar como solista e mantendo o mesmo público, que entusiasticamente aprecia as suas canções, que nos falam, como ela própria salienta, do amor à Pátria, à natureza e à causa da solidariedade internacionalista.

A jovem Larissa, que habitualmente canta para um público jovem, além de numerosas actuações no seu país, já se deslocou ao estrangeiro para participar em espectáculos e festivais, nomeadamente na RDA.

(URSS)



e...



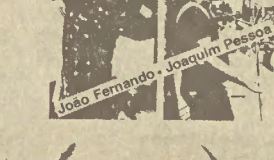
Maria Farantouri



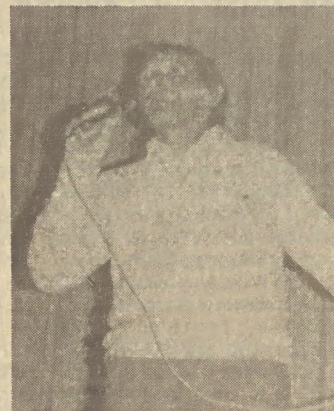
Chico Buarque



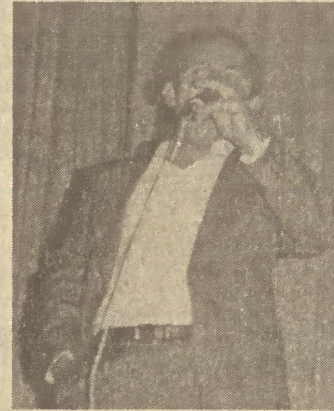
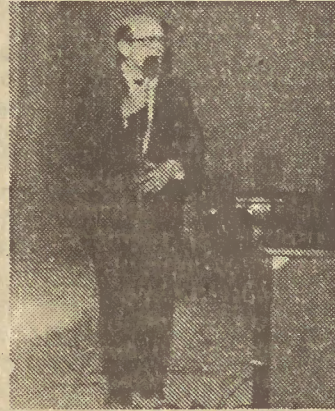
Ivan e Claudia

Ludmila Krikheli
Vazil Kaknodi

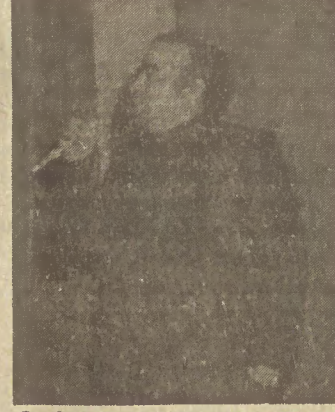
.....Fado de Abril.....



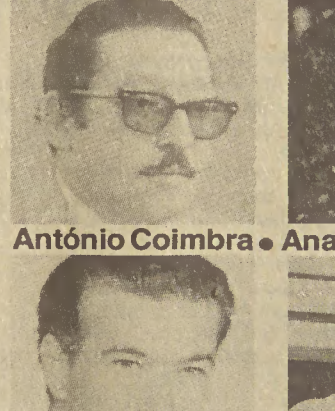
João Alter • Zé Castanheira • César Pinto



Augusto Martins • Luísa Vieira • Olímpio Lopes

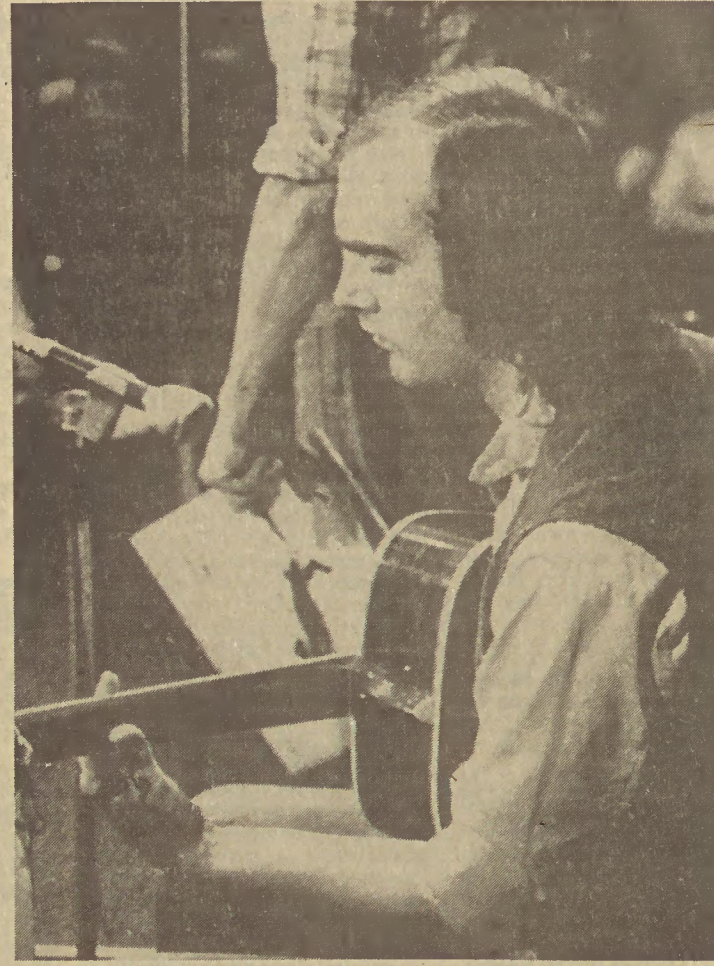


Quim Valente • Tonizete • José Amoedo

António Coimbra • Ana Pinto
Sebastião Jesus • Artur Loureiro

Luís Gonçalves • Quim Oliveira

o José Viana • Dora Leal
ci • Sérgio Godinho • Fausto



Festa do «Avante!» • Alto da Ajuda • 11, 12 e 13 de Julho



III Corrida e Marcha foi um êxito!

● Mais de 300 atletas numa bela jornada de convívio e desporto

Cerca de três centenas de atletas, com especial destaque para a juventude, estiveram no último domingo de manhã na zona de Belém, em Lisboa, para participarem na III Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria da Festa do «Avante!».

Marcada de início ao fim por um ambiente de vivo entusiasmo e convívio, a iniciativa constituiu um significativo êxito no plano da luta pelo Desporto, Direito do Povo e ao mesmo tempo como bela jornada de divulgação da Festa do «Avante!».

As provas duraram toda a manhã, tendo-se apurado as seguintes classificações:

2000 metros (103 participantes/dos 9 aos 12 anos): masculinos — 1.º José Dias (individual), 6,36; 2.º Fernando Grilo («Operário Amorense»), 6,58; 3.º Carlos José («Andorinhas»), 7,02; femininos — 1.ª Maria Silva («AC Musgueira Sul»), 7,20; 2.ª Joaquina Rosa («AC Musgueira Sul»), 7,21; 3.ª Elsa Freitas («Andorinhas»), 7,26.

3000 metros (61 participantes/dos 13 aos 16 anos): masculinos — 1.º Jorge Ferreira («Estrela Vermelha»), 9,25; 2.º Carlos Camacho («AC Musgueira Sul»), 9,28; 3.º José Reis («AC Musgueira Sul»), 9,29; femininos — 1.ª Rosa Gracioso («Andorinhas»), 10,55; 2.ª Donzília Louro («AC Musgueira Sul»),

11,24; 3.ª Fátima Francisca (individual), 11,32.

3000 metros (31 participantes/para todos): 1.º José Ribeiro («Aguilva»), 9,22; 2.º Aurélio Almeida («Desportivo da Graça»), 9,38; 3.º Elidio Campos («Unidos de Portugal»), 9,42.

5000 metros (93 participantes): 1.º Aires Pratas («Unidos de Portugal»), 12,45; 2.º António Viegas («Independente»), 12,52; 3.º Pompílio Ferreira («Independente»), 13,01.

Marcha (25 participantes): 1.º Hélder Madeira (individual), 20,29; 2.º Joaquim Campanião («Sorefame»), 20,50; 3.º Jorge Bagulho (individual), 20,59.

De salientar que participaram 32 equipas: Sociedade Flamónica Operário Amorense, Andorinhas Futebol Clube, Atlético Clube da Musgueira Sul, APU — Camarate,

Grupo Desportivo Quintanilha, Clube do Pessoal da Siderurgia Nacional, Unidos dos Olivais-Sul, CRD Armadorense, Clube Desportivo da Graça, Sociedade Recreativa Cultural União Alentejana, Grupo Desportivo do Castelo de Sesimbra, 1.º de Maio/Aguilva (Cacém), Estrela Vermelha, Clube Recreativo de S. Paulo de Almada, Grupo Desportivo da Sorefame, Desportivo da TAP, Sindicato da Hotelaria Sul, Alfândegas de Lisboa, Dragões da Trafaria, Independente do Barreiro, Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, Sociedade Operária Alentejana, ACI Cobre (Cascais), Sector dos Transportes, «Juventude com Abril», BPA, «Sputniks», Estrela Carenque, Grupo Desportivo Unidos de Portugal, Pinhalnovoense, Centro

do Pessoal da Mague e Grupo Desportivo da Granja.

Foram distribuídos galardões alusivos à iniciativa a todos os atletas e medalhas aos cinco primeiros classificados masculinos e femininos.

Nos relvados junto à Torre de Belém, local onde chegavam os

atletas após as diversas provas e onde mais tarde foram entregues as medalhas, a reportagem do «Avante!» contactou o vencedor da Marcha.

Saco às costas, um sorvete na mão (fazia calor naquela bela manhã de convívio e desporto), modesto perante os fortes aplausos que lhe foram dispensados pelas pessoas (atletas e curiosos) que ali se encontravam, Hélder Madeira, 21 anos, servente de pedreiro, residente em Beja, militante da JCP, disse-nos que era a terceira vez que participava numa prova de marcha e a primeira vez que vinha a esta iniciativa desportiva da Festa do «Avante!».

É recordista distrital (atletismo popular) em Beja, na distância dos 10 mil metros, e também costuma correr os 5 mil metros e outras provas de fundo.

Logo à tarde, depois do almoço, vou trabalhar no Alto da Ajuda, juntamente com outros 30 jovens de Beja, que vieram para ajudar a erguer a mais bela Festa do Portugal de Abril! — afirmou-nos ainda o jovem Hélder Madeira, que prometeu estar para o ano na IV Corrida e Marcha. Cá o esperamos!

Hélder Madeira: de manhã ganhou a Marcha, à tarde foi trabalhar no Alto da Ajuda!

Logo à tarde, depois do almoço, vou trabalhar no Alto da Ajuda, juntamente com outros 30 jovens de Beja, que vieram para ajudar a erguer a mais bela Festa do Portugal de Abril! — afirmou-nos ainda o jovem Hélder Madeira, que prometeu estar para o ano na IV Corrida e Marcha. Cá o esperamos!

Hélder Madeira: de manhã ganhou a Marcha, à tarde foi trabalhar no Alto da Ajuda!

Atletismo em Leiria, no sábado ciclismo em Lisboa, no domingo

No âmbito das realizações desportivas da Festa do «Avante!», a DORL do PCP realiza no próximo domingo uma prova de ciclismo para as categorias de seniores B, com saída da Praça do Comércio (às 8 horas) e chegada ao Alto da Ajuda.

É o seguinte o percurso da prova, denominada Grande Prémio «Avante! — 1980»: P. do Comércio-Lumiar-Odivelas-Caneças-Belas-Pio de Mouro-Sintra-Loures-Pero Pinheiro-Cheleiros-Igreja Nova-Malveira-Torres Vedras-Sobral de Monte Agraço-Sapatária-Miharado-Vale da S. Glória-Lousa-Carriço-2.ª Circular-Pina Manique-Monsant-«Alto da Ajuda/Festa do «Avante!».

Estão previstas, no mínimo, cinco metas volantes, às quais serão atribuídos prémios no valor de milhares de escudos. Odivelas, P. Pinheiro, Malveira, S. M. Agraço e Loures, são as localidades já dadas como certas para as metas volantes.

Cada ciclista que conclua a prova terá um prémio simbólico de participação no valor de 250\$00. Existem ainda prémios particulares oferecidos por empresas e quanto aos oficiais temos: 1.º classificado, 2000\$00; 2.º, 1500\$00; 3.º, 1000\$00; 4.º, 500\$00; 5.º, 400\$00; 6.º, 300\$00; 7.º, 200\$00; 8.º, 150\$00; 9.º, 100\$00; 10.º, 100\$00.

As equipas serão entregues taças para a 1.ª, 2.ª e 3.ª classificadas.

Entretanto, no sábado decorrerá em Leiria o «torneio aberto Festa do «Avante!-80», (atletismo), a partir das 9 e 30, por iniciativa da Comissão Coordenadora daquele distrito para a Festa.

Aqui vai o programa da prova: 9 e 30 — Reconhecimento do percurso; 10.00 — Infantis femininos e masculinos (1200 metros); 10.30 — Iniciados masculinos (2400 metros); 10.45 — Iniciados femininos (2000 metros); 11.15

— Juvenis masculinos (3200 metros); 11.45 — Juvenis, juniores e seniores femininos (3000 metros); 12.00 — Veteranos masculinos (3000 metros); 12.30 — Juniores e seniores masculinos (5000 metros).

As inscrições (gratuitas) podem efectuar-se meia-hora antes do início das provas. Haverá prémios para os primeiros lugares individuais e para os primeiros e segundos lugares por equipas, além de certificados de participação para todos os concorrentes.

O ponto de partida das provas localiza-se na Avenida Heróis de Angola, continuando o percurso pelo Marachão, parque de jogos e jardim Luís de Camões.

Podem participar atletas filiados e não-filiados, de forma individual ou em representação de clubes, núcleos desportivos, estabelecimentos de ensino, organizações populares, sindicatos, clubes recreativos, etc.

Futebol de salão

Calendário da fase final

De acordo com as datas inicialmente previstas, e apesar de só no próximo fim-de-semana serem conhecidas as equipas vencedoras de alguns dos tornéis regionais, realizou-se na passada segunda-feira, dando-se-lhe hoje a prometida divulgação, o sorteio dos jogos da fase final do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!», que decorrerá entre os dias 11 e 13 na Cidade do Desporto da Festa. Eis o calendário:

6.ª FEIRA
21 h — 1.º jogo — Alentejo-Santarém
22 h — 2.º jogo — Minho-Setúbal
23 h — 3.º jogo — Beira Litoral-Lisboa

SÁBADO
10 h — 4.º jogo — Leiria-Porto
11 h — 5.º jogo — Beira Interior-Emigração
12 h — 6.º jogo — Algarve-vencedor do 1.º jogo
13 h — 7.º jogo — Vencedor do 2.º jogo-vencedor do 3.º jogo
21 h — 8.º jogo — Vencedor do 4.º jogo-vencedor do 5.º jogo
22 h — 9.º jogo — Vencedor do 6.º jogo-vencedor do 7.º jogo

DOMINGO (final)
18 h — Vencedor do 8.º jogo-vencedor do 9.º jogo



DORL

Cultura, espectáculos, exposições e o que mais na Festa se verá

A Zona da DORL do PCP na Festa do «Avante!» encimará as zonas da Cidade Internacional e do Palco 1, estando a sua representação materializada, essencialmente num Stand Central, num Palco, num Auditório e numa Torre de 16 metros (Torre que simboliza a confiança na derrota da direita e do Governo Sá Carneiro nas próximas eleições e da força crescente do Povo Unido; a base da Torre, onde haverá uma grande zona de venda de artesanato, é uma zona para convívio e amizade).

A DORL oferecerá aos visitantes uma vasta gama de exposições, um serviço «completíssimo» de comes e bebes e variados espectáculos e iniciativas culturais. Quanto a exposições, teremos no Stand uma sobre a luta de massas em Lisboa contra a política de Sá

Carneiro, outra do Partido, imagem do crescente apoio popular ao PCP, e uma terceira sob o título genérico do **Zé Povinho ao Zé Ferrugem**, exposição de humor e caricatura política que recorda a imagem do Zé Povinho criada por Rafael Bordalo Pinheiro e apresenta a melhor caricatura progressista desde o 25 de Abril.

Ainda no tocante a exposições uma outra artesanal de olaria, vidro e madeira, testemunhará a criatividade da arte popular. De referir igualmente o Mapa político-eleitoral, que dará em imagem e luz o avanço do PCP e da APU no distrito e ainda a presença de dois monumentos, à **Paz e à Reforma Agrária**, que marcarão presença destacada no Stand. Finalmente e constituindo peças artísticas de decoração da zona da DORL, poderão apreciar-se painéis sobre o Partido e a APU, a contribuição

dos intelectuais na Revolução, a luta dos trabalhadores da cidade de Lisboa, sobre a Mulher, a Juventude e a Reforma Agrária. No tocante a «comes e bebes», restaurantes e bares espalhados no recinto, pequenos módulos de venda de petiscos na zona das árvores, oferecerão mais uma vez os tão apreciados pratos regionais.

Quanto a actividades culturais e recreativas, muitas são, e variadas. No Palco Central da DORL, no palco do Stand da DORL e no auditório das árvores actuarão ranchos, coros, trovadores e cantores populares da região, artistas nacionais e estrangeiros, convidados a participar na Festa do «Avante!», havendo ainda ranchos, bandas e marchas animando com música, alegria e cor as ruas e a praça da Zona da DORL.

Mas pormenorizando um pouco essas actividades culturais, teremos: em vários stands (S. Intelectual, Função Pública, S. Público, Sector de Transportes, Comité Local de Lisboa, auditório das árvores e Stand da DORL) colóquios e mesas-redondas sobre diversos temas da actualidade política, social e cultural. No Stand da DORL grupos corais alentejanos, grupos cénicos, colóquios, música e diaporamas; no Palco da DORL uma banda, sete ranchos folclóricos (da Arruda, do Carregado, de Varatojo, dos Aveiros, de Caneças, Matarraque e D. Maria), recitais de poesia e música, espectáculo da «Cidade de Lisboa», espectáculo infantil, grupos corais, artistas estrangeiros, fado de Abril; no Auditório das árvores programa

de animação com bandas e teatro, programa de colóquios e mesas-redondas sobre controlo operário, autarquias, transportes, multinacionais, poluição, delimitação do sector público e privado e sindicalismo; no Palco do Sector Intelectual fins de festa com animação musical e debates com intelectuais comunistas; no Auditório do Sector Público, dos Transportes e Função Pública poesia e canção, grupos cénicos, colóquio, filmes e matiné infantil; no Comité Local de Lisboa teatro vicentino, concerto, marchas, cinema de animação, poesia, diaporamas, teatro «Lisboa Cidade de Abril», jograis e colóquios; finalmente e junto ao stand do Comité Local de Lisboa, calceteros de Lisboa darão o seu contributo artístico (e inédito) à Festa do «Avante!».

EP 8 dias ainda chegam para muitas vendas!

Falta uma semana para a Festa do «Avante!» É um período simultaneamente curto e significativo. Curto porque uma semana passa depressa. Significativo porque em oito dias ainda podemos vender muitas Entradas Permanentes para a maior Festa do Portugal de Abril.

Pensamos, na verdade, que é neste espírito que os camaradas e amigos, em especial os que não venderam até agora qualquer EP, devem avançar nessa tarefa tão importante para o êxito e amplitude da nossa Festa.

Um companheiro de trabalho, um colega da escola, um vizinho, um familiar, um conhecido lá do bairro — enfim, há sempre alguém que espera uma palavra amiga sobre a Festa e, é claro, uma EP para

ir ao Alto da Ajuda em 11, 12 e 13 de Julho.

E não esqueçamos que no último dia da Festa haverá o terceiro grande sorteio das EP's. Todos os portadores da Entrada Permanente ficam automaticamente habilitados a prémios de «tirar o boné». Por exemplo: uma viagem à URSS para duas pessoas no valor de 10000\$00 (1.º prémio), um frigorífico de 180 litros que custa 15000\$00 (2.º prémio) e um televisor de 10500\$00 (3.º prémio), isto para não falar dos restantes 22 prémios.

Exemplos que vamos multiplicar!

Entretanto, continuam a chegar-nos notícias da venda mili-

lante da EP. Um pouco por todo o país, em especial nos distritos mais próximos do local da Festa, camaradas e amigos de diferentes idades e profissões, avançando com empenho militante, poder de iniciativa, imaginação e persistência, levam até onde podem a notícia da nossa Festa, vendendo números impressionantes de EP's.

É o caso do camarada Manuel Coelho Raposo, de Sacavém, que deve estar a chegar às 100 EP's! Ou do camarada Lampreia, da célula do Metropolitano, que ultrapassou a meia centena.

Para a próxima semana, na véspera da Festa, pensamos divulgar outros exemplos significativos da venda militante da EP. Até lá: força e entusiasmo!

Algarve

Petiscos para gostos apurados

O Algarve apresenta este ano, na zona que lhe é reservada algumas novidades, para além dos outros aspectos já tradicionais na Festa. Vejamos.

● A Cervejaria do Algarve, com a cozinha regional algarvia, onde não vão faltar os mariscos, entre eles as ameijoas nos seus pratos tradi-

cionais e ainda a cerveja a copo.

● O Pavilhão dos Assados, onde se pode comer a deliciosa sardinha assada entre outros petiscos tradicionais, como a estupeta de atum, prato regional de Vila Real de Santo António.

● Pavilhão do Café e Bolos Regionais — o já tradicional

pavilhão do café, onde se pode comer os belos doces regionais e beber o medronho, a bebida regional da serra algarvia.

● Pavilhão de Venda de Artesanato — a presença do mais variado artesanato algarvio e dos seus produtos naturais, o figo, a amêndoa, e ainda os doces regionais,

como o doce de figo e o muito apreciado doce de amêndoa.

● Pavilhão Político — Como vive, trabalha e luta o povo do Algarve; actividade política e o desenvolvimento das acções de massas no Algarve; os sectores económicos mais importantes na região; as eleições e os avanços da APU no distrito — eis temas que vão

constar na exposição política, quer através de exposições fotográficas, quer através de gráficos e diapositivos.

Ainda neste pavilhão, haverá uma exposição sobre a vida e obra do popular poeta algarvio António Aleixo e vão-se realizar encontros de camaradas naturais das diversas freguesias ganhas pela APU no Algarve.

Beira Litoral

Do movimento de massas ao artesanato

A Beira Litoral estará presente pela primeira vez, como tal, na Festa do «Avante!» 80, uma vez que nos anos anteriores os distritos que a integram — Aveiro, Coimbra e Viseu — faziam parte da anterior organizações das Beiras.

Na área reservada à exposição política, aparecerá a amostra do que são os principais sectores de actividade nestes três distritos, nomeadamente a agricultura, os serviços, a indústria. Estará presente um pouco do que são os problemas vividos pelos rendeiros, pelos camponeses em geral em luta por condições dignas de saúde e assistência social, dos compadres de baldios agora ameaçados pela ganância dos caciques e senhores da terra apadriñados pelo governo AD, das dificuldades provocadas pela

inexistência de preços garantidos à produção, da falta de apoio técnico e financeiro. Das fábricas virá um panorama, necessariamente reduzido, das dificuldades com que se batem ramos da indústria como o têxtil e o cerâmico, e os seus reflexos na instabilidade e falta de emprego, nos magros salários, nas difíceis condições de higiene e segurança no trabalho.

O movimento de massas, embora com as naturais limitações próprias duma região em largas zonas ainda condicionada ao poder das forças mais reaccionárias, tem desempenhado importante papel em diversos sectores de actividade. O Movimento Sindical Unitário, reforçando posições e deixando cada vez mais isolados os divisio-

nistas. O Movimento Camponês, encabeçando as lutas da Previdência Rural, dos Rendeiros, dos Baldios, das Cooperativas. O Movimento dos Reformados, alargando as raízes da exigência duma vida digna. O Movimento das Mulheres, congregando à sua volta cada vez mais companheiras dispostas a liquidarem os tabus e barreiras impostos à sua real emancipação económica, social e política.

As acções de massas levadas a cabo nos distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu nos últimos meses terão presença destacada nos nossos pavilhões: manifestações e concentrações em apoio da Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida, iniciativas que assinalaram o 4.º aniversário da Constituição da

República, jornadas grandiosas do 25 de Abril e 1.º de Maio e ainda as manifestações em apoio da exigência de demissão do Governo Sá Carneiro.

Estará também presente o papel que a APU tem desempenhado nas autarquias, com maior destaque onde é força mais votada, mas também onde trava uma dura luta em defesa das populações contra a administração maioritária da direita, assim como o que foi a actividade do Partido: o crescimento orgânico, as reuniões de quadros, o recrutamento, a abertura de novos Centros de Trabalho, a multiplicação de iniciativas.

Nos pavilhões da Beira Litoral estarão também, em exposição ou para venda, cobbres, chapalaria, loiça, calçado e objectos de cortiça do distrito de Aveiro; trabalhos em

madeira de Penacova (os conhecidos palitos, rocas, etc.) objectos em verga, cobbres e louças do distrito de Coimbra; louças, bordados, trabalhos em madeira e palha, socas e trabalhos em ferro-forgado do distrito de Viseu.

Ao mesmo tempo lá estarão objectos de trabalho relacionados com a agricultura, as pescas, a indústria vidreira, cerâmica, etc.

No domínio dos espectáculos teremos a presença do acordeonista António Mendes, o Grupo Seara, o Trio Primavera, o Grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra, a Zina Andrade, a Maria do Sameiro, o Valtir Figueiredo, o cantor popular Ti Armindo, um tocador de concertina, o Rancho Flores da Beira Alta, os Pauiteiros de Ossela e a Brigada Vítor Jara.

Pioneiros na Festa

Uma cidade que é um mundo

Este ano a Cidade dos Pioneiros na Festa do «Avante!» vai ser um mundo. Um mundo onde a realidade ultrapassa o que imaginamos e sonhamos em todo um ano. Um mundo feito, construído pelos diferentes Núcleos de Pioneiros de Norte a Sul.

Novidade maior deste mundo da infância de Abril: uma olaria e uma tipografia. Quem quiser pode aprender o ofício de oleiro, fazer funcionar a roda, assistir e participar nas diversas fases de fabricação. E quem quiser pode também compor e reproduzir textos na tipografia.

Mas há muito mais: Cabine de Som, tal como no ano passado, que assegurará entrevistas, programas de música infantil e juvenil e divulgará as diferentes actividades; construção de instrumentos musicais rudimentares e exercícios rítmicos com os instrumentos improvisados: aprender a linguagem do Som; pintura de um mural sobre um tema da Festa, pinturas individuais e colectivas numa oficina própria, construção e pintura de máscaras simples, construção de outros materiais a partir de desperdícios; Biblioteca com sala de leitura, elaboração de textos colectivos, feitura de jomais de parede em colaboração com o atelier de pintura e contagem de histórias; animação desportiva com actividades lúdicas, torneio do Mata-Infante-Regiões; parque infantil e parque de diversões para os mais crescidos. Funcionará ainda um Bar, uma Banca Central e oito Bancas Regionais.

Uma palavra especial cabe à Exposição que expressa o lema da Cidade dos Pioneiros, lema este que é afinal a primeira Lei dos Pioneiros de Portugal: «O Pioneiro ama Portugal, a Paz, a Liberdade, ama os povos e crianças do Mundo». Assim a Exposição terá, como já noticiámos, três pavilhões: um sobre Camões, (o Pioneiro ama Portugal), outro sobre o 25 de Abril, (o Pioneiro ama a Paz

e a Liberdade), e um terceiro sobre a solidariedade (O Pioneiro ama os povos e as crianças do mundo). E tudo o que vai estar nestes pavilhões é prova do trabalho criativo dos diferentes Núcleos de Pioneiros.

Mas não é ainda tudo. Há muitas mais e variadas surpresas que guardaremos para a semana.

Depois da Festa vem o 3.º Acampamento de Lisboa!

Os preparativos intensos para a festa não podem fazer esquecer o trabalho para 3.º Acampamento de Lisboa dos Pioneiros de Portugal que se vai realizar em Vila Nova de Mil Fontes, de 27 de Julho a 2 de Agosto. «Que brilhe sempre o Sol da Paz!» é o lema do Acampamento e sem o bilho deste sol onde o espaço para a alegria, para a democracia, para a liberdade, para a infância de Abril?

Também no Acampamento, as actividades vão ser aliantes. Além da realização das Mini-Olimpíadas, teremos o Concurso Zás Catrapás, construções na areia, uma noite de Carnaval

infantil, uma noite de solidariedade internacional e uma bellissima festa, A Festa do mar, sob o lema «Camões, os Portugueses e o Mar».

Mas para que tudo isto corra bem, é preciso resolver ainda alguns problemas: Primeiro, o Núcleo de Pioneiros de Lisboa tem uma grande falta de tendas para albergar toda a pequenada. Por isso pergunta «Quais os amigos dispostos a emprestar tendas?».

Segundo problema: os Núcleos dos Pioneiros têm de incentivar a Campanha de Gêneros e os amigos têm de ajudar os Pioneiros neste trabalho que não é nada fácil. As metas a atingir são difíceis mas não impossíveis, tanto mais que realizamos-se na semana a seguir, no mesmo local, o Acampamento Regional dos Pioneiros do Alentejo houve a planificação de uma campanha de gêneros nas duas regiões (Lisboa e Alentejo) de produtos diferentes.

De modo a recordar as metas que cabem a Lisboa e apelar à compreensão e boa vontade dos amigos dos Núcleos de Pioneiros, aqui deixamos notícia do que é preciso: Cabe a Lisboa no total arranjar, 3800 latas de sumo, 25 kg de marmelada e 20 de açúcar; Amadora: 500 latas de sumo e 40 kg de açúcar; Cascais: 50 kg de marmelada e 20 de açúcar; Oeiras: 800 latas de sumo; Sintra: 500 latas de sumo e 50 kg de açúcar; Loures: 250 latas de sumo; 125 pacotes de margarina; Lisboa: 1000 latas de sumo, 75 pacotes ou caixas de margarina e 50 kg de açúcar; Vila Franca de Xira: 500 latas de sumo, 25 kg de marmelada e 30 kg de açúcar; C. Norte: 250 latas de sumo, 25 kg de marmelada e 10 kg de açúcar.

Mãos ao trabalho e confiança no apoio e solidariedade dos amigos dos Pioneiros!



Vem a público a negociata ITT

A multinacional americana ITT, a mesma dos despedimentos na Standard de Cascais, deve à banca nacionalizada em Portugal mais de 1 milhão de contos. Entre Previdência, Fundo de Desemprego e salários em atraso as dívidas atingem cerca de 750 mil contos. Não é nada para uma empresa de tamanha envergadura. Mas não paga, mesmo assim. Segundo um acordo assinado com o Executivo «AD» às suas ordens em Lisboa, a ITT não pagará 33 mil contos anuais de juros que incidiriam normalmente, se se tratasse por exemplo de uma empresa nacional, sobre os 150 mil contos que a Oliva/ITT deve à banca nacionalizada. Segundo o mesmo acordo, e ainda, sem juros, a multinacional pagará quando quiser o que deve à Previdência e ao Fundo de Desemprego. Entre dívidas congeladas e créditos em condições muito especiais, sem necessidade de cumprir um mínimo de normas que se aplicam rigorosamente a qualquer firma portuguesa, uma multinacional estrangeira como a ITT obtém deste Governo benesses ilegais da ordem das centenas de milhares de contos sem dar garantias de qualquer espécie.

Para um Governo falido como negócio não está mal.

Salários da FP não passam pela AR

O Governo mandou publicar a tabela salarial da Função Pública na segunda-feira, inviabilizando deliberadamente a sua discussão na Assembleia da República que, como é sabido, encerrou o seu período de funcionamento suplementar na manhã de sábado. Como previra a Comissão Negociadora Sindical, o Governo recebeu submeter a ratificação da AR um diploma que impõe aumentos salariais da ordem dos 12 por cento e retira a mais de 300 mil trabalhadores direitos e regalias que conquistaram e na defesa dos quais desenvolveram várias formas de luta, incluindo greves e manifestações.

Acidentes na Lisnave

Em dois anos, de 1977 para 1979, o número de acidentes de trabalho na Lisnave passou de 1403 para 1635. Entre 1978 e 1979 as doenças profissionais também aumentaram. Os 105 casos de surdez registados há dois anos foram, em 1979, 267. A pneumoconiose atingiu 17 trabalhadores no ano passado e a dermatose um. No ano anterior nenhuma destas últimas doenças se manifestara na empresa. Razões têm os trabalhadores para continuarem a reivindicar, como têm feito, medidas concretas para a melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho.

Mau clima no BESCL

Os trabalhadores comunistas do BESCL (Banco Espírito Santo) acusam o conselho de gestão (CG) de não cumprir o contrato colectivo de trabalho. Com o «silêncio cúmplice da direcção do Sindicato (Bancários do Sul e Ilhas) o CG do BESCL «tem ameaçado os representantes dos trabalhadores na CT com cortes de vencimento se exercerem a sua actividade» como tal, isto é, «se exercerem um direito contratual. A célula do PCP, que cita os artigos da Constituição da República sobre o funcionamento das comissões de trabalhadores, sublinha num comunicado que perante a situação actual é «dever de todos os democratas resistir com firmeza à ofensiva ilegal do CG do BESCL, porta-voz do Governo «AD», contra os direitos dos trabalhadores, designadamente o direito ao controlo de gestão» e impedir «o agravamento do clima antidemocrático» que se vive no Banco.

Contra a degradação da UTIC

A «estratégia de degradação da empresa» prosseguida pelo conselho de gerência da UTIC provocou no curto espaço de 10 meses a saída de 12 quadros técnicos, um deles membro do próprio conselho (CG) e alguns com vários anos de casa. A célula do PCP, alertando para a tentativa de «divisão da empresa», cujo capital pertence maioritariamente ao Estado, revela que «os objectivos de produção e entrega de autocarros» não foram cumpridos relativamente ao ano em curso (**Produção** — objectivo: 129; realidade: 82. **Entregas** — objectivo: 153; realidade: 100). Protestando contra vários actos repressivos que o CG pretende encobrir com a alegada «imagem da empresa», a célula adverte contra a possibilidade de surgirem despedimentos colectivos e apela a «cerrar fileiras» contra o «regresso ao passado de prepotência e obscurantismo».

O “democrata” Salvador Caetano

Coberta pela política do Governo «AD», a Salvador Caetano do Porto enfileira ao lado do grande patronato reaccionário na campanha de «discriminação e divisão dos trabalhadores». A célula do PCP na empresa pergunta ao «democrata» S. Caetano e «aos seus lacaios» por que «discriminam os trabalhadores que fizeram greve, não os autorizando a fazer horas extras» quando eles se limitaram a usar de um direito legal, «por que razão se paga subsídio de doença apenas a uma parte dos trabalhadores e não a todos, por que não se cumpre o contrato colectivo de trabalho nomeadamente no que respeita a promoções automáticas, por que se pratica uma política salarial discriminatória e injusta, em que o critério utilizado não é a capacidade ou a competência, mas sim muitas das vezes as simpatias pessoais». A resposta a essas e outras actuações do patronato, que a célula refere no seu comunicado, passa fundamentalmente pela unidade dos trabalhadores nas empresas e no País dizendo não «a este Governo e a esta política» — salientam os trabalhadores comunistas da Salvador Caetano.

Na Fontela contra o desemprego

Assinado por 100 operárias empalhadeiras da Empresa Vidreira da Fontela (Figueira da Foz) um comunicado dirigido aos restantes trabalhadores da empresa, à classe operária e à população apela à solidariedade para com a luta daquelas trabalhadoras ameaçadas de despedimento colectivo, pois «a luta que hoje todas as empalhadeiras da Empresa Vidreira da Fontela travam é a luta que amanhã pode ser a vossa, é a luta contra o desemprego e a miséria, que nós não queremos nem para nós, nem para os nossos filhos». Apoiado num Governo reaccionário — afirmam as 100 empalhadeiras — «o patronato teima em que o desemprego é a melhor solução». Mas as operárias recusam o despedimento e reafirmam que a única maneira de evitar casos como o delas é derrubar um Governo que os autoriza, estimulando o patronato a resolver todas as dificuldades, que por vezes nem existem, à custa dos direitos elementares dos trabalhadores.

Enquanto não vai para a rua

O Governo quer distribuir mais prémios e recompensas pela sua clientela

● Não lhe dar tempo é função do País

Na mesma altura em que se prepara para premiar monopolistas e latifundiários com mais 100 milhões de contos, subindo para 200 milhões as «indenizações» aprovadas pelo PS e pelo PPD em 1977, a fim de recompensar aqueles senhores por terem servido o (e se terem servido do) fascismo, este Governo de saudosistas, já praticamente com a Assembleia da República encerrada, decide preparar a entrega ao capital privado (da mesma natureza do que servira e se servira do fascismo) as duas empresas públicas do sector cervejeiro e as participações do Estado em várias empresas cimenteiras cuja gestão pertence a uma empresa nacionalizada do ramo, a CIMPOR.

Entre as empresas deste ramo sobre que recai a cobiça do grande capital financeiro e do seu Governo está a Secil e outras unidades produtoras de betão armado. As cervejeiras visadas são a Centralcer e a Unicer. Na mira do grande capital ficam também o Complexo Agro-industrial do Cachão que

o Conselho de Ministros deste Governo resolveu transformar em sociedade anónima.

Quanto à CIMPOR, o Executivo às ordens das multinacionais e do imperialismo não explica em que mãos quer entregar a gestão dos dinheiros públicos que lá estão investidos. Mas, como afirma o PCP, numa nota da SIP, o projecto do Governo «AD» «é sem dúvida proceder à sua alienação em favor do grande capital, de preferência no segredo dos gabinetes», violando claramente a Constituição.

Um Governo antimonopolista?

Uma nota com o seu interesse é o facto de o Conselho de Ministros se ter lembrado, expressamente, de «por termo — como diz — ao monopólio existente hoje no domínio cimenteiro». Assim, para o Governo os sectores nacionalizados da economia são «monopólios» e... pronto!

Embora nem a Constituição, nem lei nenhuma assim os considere o Executivo

Cameiro/Amaral revê já por sua conta a Lei fundamental do País. Manipulando a seu modo os fantasmas que inventa (e vai inventar ainda mais; durante a campanha eleitoral) o Governo descobre monopólios que nunca existiram depois da nacionalização dos sectores básicos da economia em Portugal.

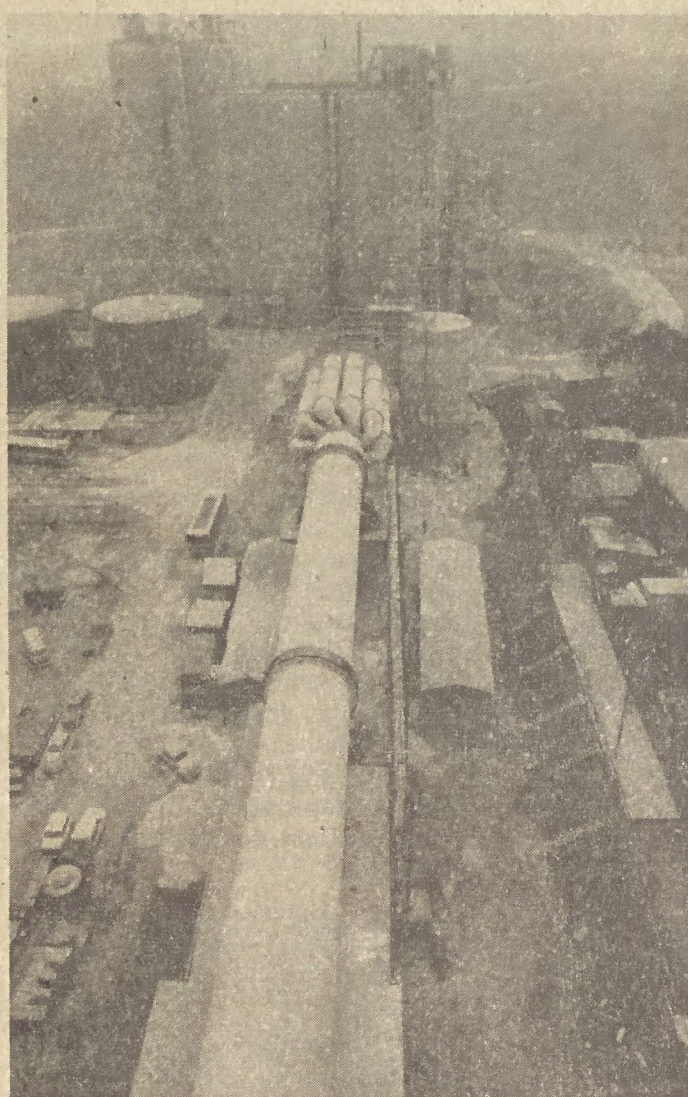
Este Executivo que pretende ser a única lei do País, tenta submeter os interesses nacionais aos monopólios (esses sim, verdadeiros) do Mercado Comum, que pretende subverter o regime democrático e liquidá-lo, subverte também as designações económicas, passa por cima das expressões legais, com o objectivo de confundir e reinar servindo as suas clientelas eleitorais que esperam beneficiar novamente do apoio dos órgãos de soberania para a reinstauração do capitalismo monopolista de Estado no nosso País.

E enquanto não for para a rua é por esse caminho que avança o Governo Cameiro/Amaral com as

famílias e os herdeiros da velha finança à espera do naco que lhes couber.

Um escândalo nacional

A concretização das medidas ilegais aprovadas no Conselho de Ministros da última quinta-feira, designadamente para as duas cervejeiras, adverte o PCP na referida nota, «não poderia deixar de consagrar a instalação de ferozes inimigos do sector público no centro de decisão dessas empresas públicas, a utilização abusiva de valioso património e bens do Estado para negociações privadas, uma acção devastadora contra a viabilidade e eficiência dessas empresas comandada a partir dos seus próprios órgãos de gestão». Verdadeiro escândalo nacional é como o Partido considera essa manobra, condenando quer a definição por via administrativa das invocadas «condições» dos «contratos de exploração» por entidades privadas, quer a entrega ao grande capital da mesma exploração «por acto discricionário do Governo».



A Secil ameaçada

decisões que considera «completamente ilegais».

O novo passo dado pelo Governo na escalada contra as nacionalizações, explorando as possibilidades abertas pela delimitação dos sectores público e privado (a «lei da entrega» aprovada em 1977 com os votos conjuntos do PS, do PPD e do CDS e com

a recusa do PCP) revela «uma vez mais os interesses que serve e as ordens que cumpre», mais acentuando «a pronta necessidade de libertar Portugal de um Governo que em todos os planos de vida nacional se afirma como um feroz inimigo do 25 de Abril e das suas conquistas», conclui a nota da SIP do PCP.

Governo e confrades afocinham na TAP

● A CP voltou a parar

Conflitos e lutas de natureza diferente provam a sem-razão deste Governo, a sua incapacidade para resolver o que quer que seja no interesse do País.

Na mesma altura em que, desrespeitando a Convenção 151 da OIT acabada de ratificar pela Assembleia da República, o Governo que ainda aí dispunha de uma precária maioria, concretizava a sua recusa do direito de negociação colectiva à Função Pública, conselhos de gerência, directores ou administradores da sua confiança continuavam a dar mostras na TAP, na CP, na Marinha Mercante, na metalomecânica, na construção naval (Setenave), da sua incapacidade já tradicional para resolver pela via da negociação e do diálogo qualquer conflito surgido em empresas ou sectores.

A contratação colectiva mantém-se como razão principal dos conflitos que esta semana paralisaram a CP durante dois dias, a TAP que hoje continua parada, as Minas da Panasqueira por 24 horas, no dia 3, e a Marinha Mercante que termina hoje às zero horas uma greve de dois dias.

Os conflitos e as lutas diferem muito entre a CP e a TAP entre as Minas da Panasqueira e a Marinha Mercante. Na TAP não há uma luta, mas várias, que vão desde reivindicações legítimas a desentendimentos entre facções políticas representadas no Governo, designadamente entre PPD e CDS e partidários seus instalados no sindicato paralelo dos pilotos e na CT da empresa.

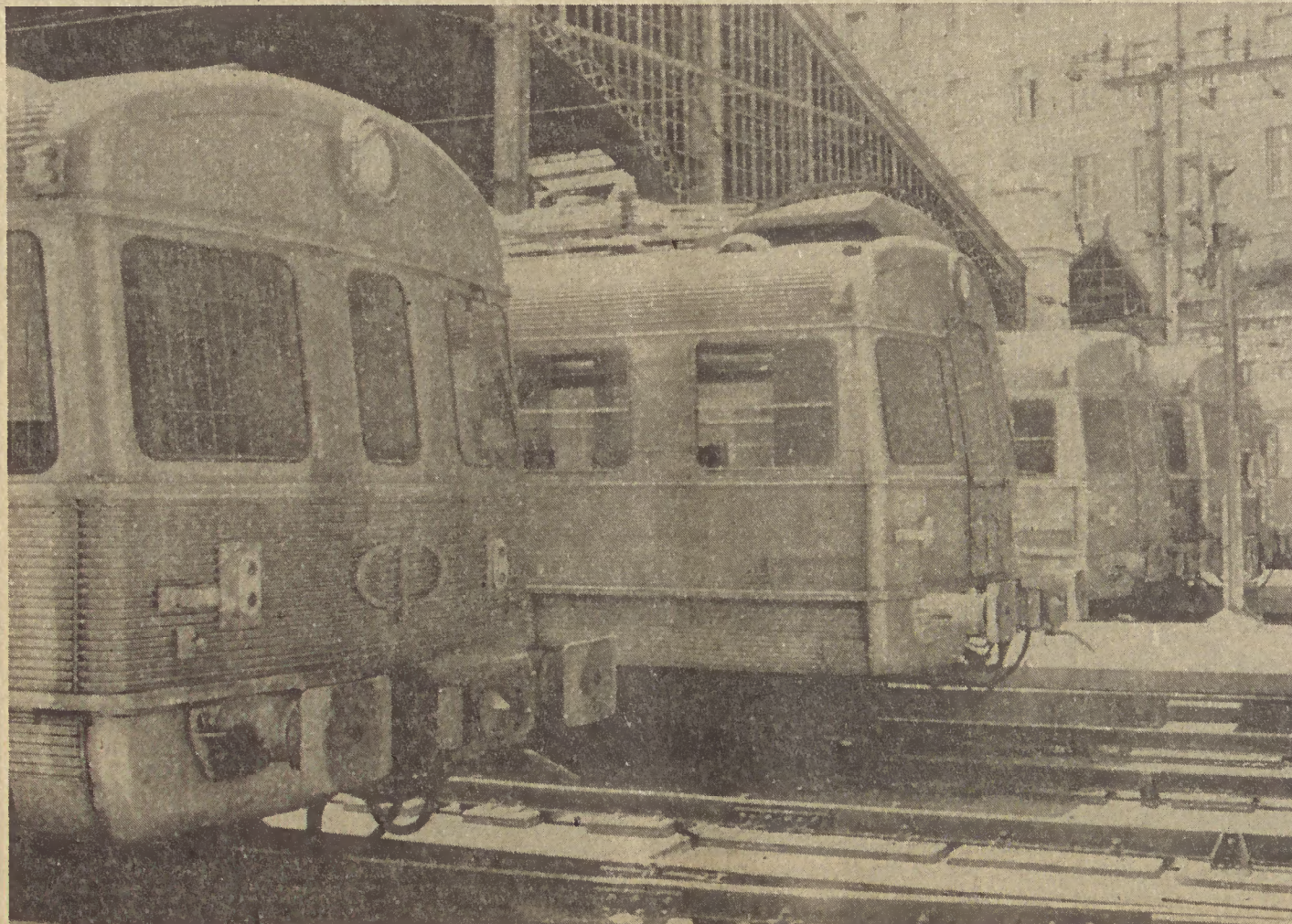
É curioso verificar que este Governo não consegue sequer tomar menos grave um conflito como o da transportadora aérea nacional onde conta com fortes apoios a todos os níveis, mas que pelos vistos deixaram de funcionar. A única solução que parece ter encontrado até agora é o encerramento da empresa — atitude demissionária prevista, pelo menos, por um ministro, Pinto Balsemão, em Coimbra, e que é mais um achega, e esta vinda de dentro, para a concretização dessa atitude realmente coerente, não em relação à TAP, mas em relação ao próprio Governo que, deve ir para a rua, como

exigem os trabalhadores, pois nem de perto nem de longe, consegue resolver ou minorar os efeitos de qualquer problema nacional.

A autoridade, que por exemplo o ministro do Trabalho afirma que o Executivo possui para se opor a reivindicações legítimas dos trabalhadores, não funciona nem nestes casos, por força da luta dos trabalhadores, nem nos outros, quando as reivindicações não são legítimas, mas onde há compromissos que um membro deste Governo assumiu mal, como em relação aos pilotos, e agora se recusa a cumprir.

O Governo pela boca de Sá Carneiro desmentiu o seu ministro adjunto, Balsemão, e prometeu para hoje a análise da questão TAP, sem que se ponha a hipótese do encerramento temporário da empresa. No entanto, a paralisação que se prolonga há uma semana é uma boa medida para avaliar até onde vai a desautorização de um Governo posto em causa permanentemente pela sua incapacidade de dar solução a conflitos que oneram os cofres do Estado em muitos milhares de contos por dia, enquanto os seus agentes em empresas como a CP recusam a negociação, empurram dezenas de milhares de trabalhadores para a greve e querem, ainda por cima, virar a população trabalhadora, contra quem não possui outra arma que não seja a greve, pois já esgotou todas as outras, para obter a satisfação de reivindicações legítimas, realistas e essenciais.

Este Governo é um fomentador de greves. A sua política de confrontação permanente com os trabalhadores nunca apontou para outra coisa. Por isso as lutas de massas continuam a ter por objectivo central a demissão de um Executivo que faz o mal e a caramunha e cujas promessas nem conseguem satisfazer a sua clientela instalada em órgãos de decisão da TAP.



O conflito arrasta-se. A luta recrudescer. Que pretende o Governo fazer da CP?



Os trabalhadores da Covina manifestam-se frente ao Ministério da Indústria e Energia

Covina e Standard/ITT Dois atentados o mesmo fim

Os 1200 trabalhadores da Covina, adoptando várias formas de luta que incluíam já paralisações com adesão superior a 80 por cento, recusam o regresso dos ex-patrões pela mão do Governo, a quem acusam de não respeitar a Lei 46/79 «no que diz respeito ao parecer prévio que a comissão de trabalhadores (CT) tem direito a dar quer na constituição do conselho de administração, quer quanto aos projectos de desenvolvimento da empresa».

A Covina é uma empresa com larga participação do Estado. Mais uma que à semelhança do que sucede com as cervejeiras e a CIMPOR (ver esta página) o Governo quer entregar ao grande capital privado, ou criar condições para que tal seja possível a curto prazo.

Governo, conselho de administração e Instituto de Participações do Estado (IPE) atacam em várias frentes. Enquanto nomeiam os ex-patrões para a administração da empresa, o Ministério da Indústria e Energia decide autorizar a construção de uma linha de produção de chapa de vidro plano com o único objectivo de destruir a Covina que, como é sabido, trabalha precisamente nesse ramo. Por outro lado, a assembleia de accionistas prepara-se para «aumentar o capital social da empresa sem lá meter dinheiro» para que os dividendos que está a retirar sejam ainda maiores. Segundo um membro da CT, no ano passado foram distribuídos 48 mil contos de dividendos, numa altura em que a empresa precisa de investimentos.

Standard/ITT — a outra face da moeda do Governo

Entretanto, na Standard/ITT (a outra face da mesma moeda deste Governo que ataca, por um lado o capital do Estado nas empresas, enquanto, por outro, dá ao capital estrangeiro das multinacionais todas as facilidades, mesmo as que nunca concedeu a empresas nacionais) a Comissão de Trabalhadores acusava a administração de fazer «chantagem» com os salários de Junho que decidiu não pagar na altura devida, tentando justificar o atraso com alegadas «quebras de produção».

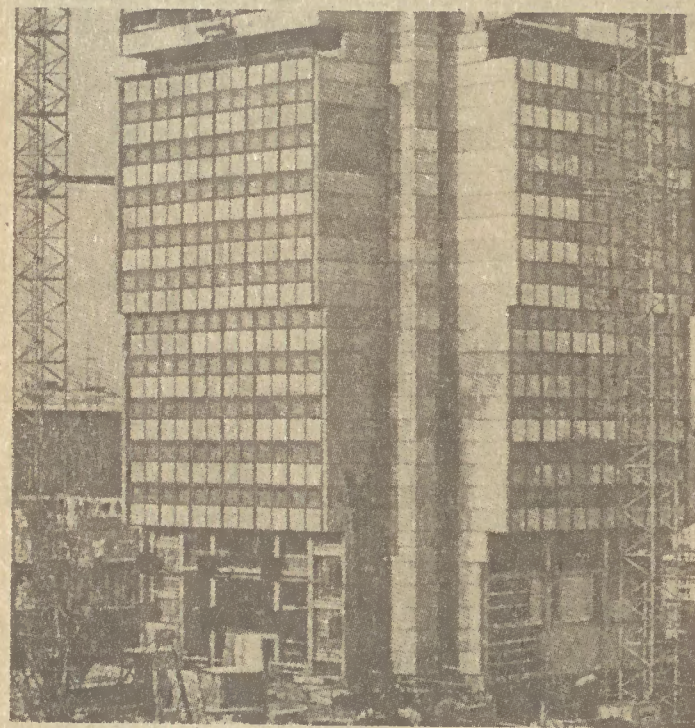
Na sequência da luta travada na empresa pela não concretização dos despedimentos, os trabalhadores decidiam, entretanto, nova paralisação para hoje, das 14 às 16 horas. Enquanto o Supremo Tribunal Administrativo não se pronuncia sobre o recurso entretanto apresentado contra os despedimentos para os quais, segundo os organismos representativos dos trabalhadores, «não existem motivos técnicos, económicos ou financeiros», a solidariedade tem vindo a manifestar-se dentro e fora da empresa com paralisações de duas horas diárias na semana passada, com a distribuição de comunicados à população e a recolha de donativos destinados a pagar os salários às 200 operárias despedidas. No Banco Espírito Santo de Cascais, foi aberta a conta n.º 246/12998/000.6 destinada a facilitar a participação na campanha de solidariedade para com as trabalhadoras atingidas pelo despedimento.



URSS: tudo a postos para a Olimpíada-80 (3)

Mesmo à beira do Báltico, a curta distância da Finlândia, encontramos a capital da República Socialista Soviética da Estónia, a bela cidade de Tallin, que albergará as competições olímpicas de vela. Aqui, como em Moscovo, Leninegrado, Minsk e Kiev, tudo foi preparado com a antecedência (mais que) necessária e num mesmo espírito de entusiasmo e de defesa activa dos interesses de toda a comunidade.

Como nos diria no seu gabinete de trabalho Oleg Sapojnine, antigo ciclista de nomeada, depois juiz na modalidade e hoje responsável pelo Departamento de Tallin do Comité Organizador da Olimpíada, as novas construções e obras de adaptação na cidade teriam sido efectuadas mesmo que não houvesse Jogos na URSS ou que Tallin não fosse escolhida para competições olímpicas. Em certos casos, tais construções adiantaram-se aos prazos previamente estabelecidos.



Os trabalhos de construção do hotel "Olimpia", de 28 andares, na Primavera de 1979. Neste momento, está já pronto a receber boa parte dos hóspedes de Tallin.

O acompanhamento ao vivo da regata

Tendo em conta as suas características, a vela não é um desporto que reúna uma imagem espectacular, até porque não é fácil o seu acompanhamento.

No entanto, Tallin tem condições para proporcionar aos seus visitantes uma aproximação maior das competições, não só através de locais panorâmicos que, num enquadramento de rara beleza, nos mostram a baía, como dos numerosos barcos destinados aos turistas. Refira-se, a propósito, que no novo cais construído em Pirita (zona do centro olímpico) há capacidade para 750 barcos, não falando já de outros cais mais pequenos.

Pensa-se que diariamente as competições sejam acompanhadas por cerca de três mil pessoas.

As perspectivas da meteorologia

Segundo os estudos meteorológicos, tudo leva a crer que a regata olímpica em Tallin terá a preciosa ajuda do "born" tempo. Ou seja: haverá vento!

De acordo com as investigações realizadas pelos especialistas estonianos, geralmente são só dois ou três os dias sem vento nos meses de Junho/Julho.

Chegou-se a esta conclusão na base de estatísticas em relação aos últimos trinta anos.

Quanto a temperatura, espera-se que os desportistas, acompanhantes e turistas passem uns belos dias em Tallin numa média de 17 a 18 graus.

Tallin, capital da Estónia aguarda as competições de vela

Para exemplificar, referiu a torre de TV, o Hotel «Olimpia» (28 andares), os trabalhos de reconstrução e melhoramento no porto marítimo e em vários pontos da zona antiga da cidade (casas, ruas, praças, edifícios públicos, muralhas, catedrais, igrejas, arcos, etc.) — tarefa em que participaram, por proposta do Governo da República, emitida em 1977, todos os organismos e entidades com serviços a funcionar na cidade velha —, não esquecendo a limpeza, arranjo e melhoramento das praias, balneários, centros de comércio e cafés, bem como a construção de uma nova estrada e uma nova ponte, além de outras vias de acesso urbanas e interurbanas.

No geral, os trabalhos preparatórios da Olimpíada iniciaram-se em 6 de Maio de 1976 e terminaram em 22 de Maio de 1980.

Um milhão de horas de trabalho voluntário

Naquele período de tempo muitos foram os estonianos que, pelos mais diversos meios e sectores, deram a sua colaboração activa e entusiástica à preparação da Olimpíada em Tallin.

Até ao passado mês de Maio, a organização tinha registado mais de 160 mil participantes naquela actividade voluntária, num total de quase um milhão de horas de trabalho, aplicadas não só na edificação das instalações olímpicas, como noutras estruturas da cidade.

O comité organizador, como estímulo ao trabalho voluntário, atribuiu individualmente prémios simbólicos. Assim, para 25 horas de actividade um emblema em bronze; para 75 horas um emblema em prata; e para 225 horas um emblema em ouro.

Como em Moscovo e nas outras cidades olímpicas, a juventude de Tallin, expressão viva do futuro que ali se constrói, participou com grande entusiasmo na actividade preparatória da Olimpíada-80.

Após os Jogos, todas as instalações — em particular o centro de vela — serão postas à disposição dos desportistas e da juventude para várias modalidades.

O centro de vela

O «coração» da Olimpíada-80 está a cerca de mil quilómetros da capital estoniana, está em Moscovo — é verdade. Mas em Tallin tudo está preparado para dar à regata uma atmosfera de festa olímpica.

Dirigindo as nossas atenções para o centro de vela, a pouco mais de cinco quilómetros da cidade, ali encontramos tudo o que

é possível erguer numa aldeia olímpica.

No local reservado às cerimónias principais, com a pira para a chama olímpica, há uma bancada com 5 mil lugares destinada ao público e 157 aos convidados de honra, erguendo-se ainda um grande «placard» electrónico de fabrico húngaro, que após

será a de «fin». Haverá três distâncias e em cada duas classes de barcos a competir.

Todas as condições de trabalho para os jornalistas

Os profissionais da Informação têm à sua espera em Tallin um eficiente serviço

Por JOSÉ PAULO OLIVEIRA nosso enviado especial

a Olimpíada será colocado num estádio.

O hotel, de três andares, e com capacidade para 632 hóspedes, tem ginásio, piscina, saunas, centro de saúde e salas de convívio. Os apartamentos (quarto, cozinha e casa de banho) estão

de apoio, que aliás já deu as suas provas o ano passado, na altura em que ali se realizaram duas importantes competições: a Espartaquada e a 31.ª Regata Internacional do Báltico. Esta última, por exemplo, foi acompanhada por 170 jornalistas de 12 países,

Uma curiosidade à margem da Olimpíada

Para além de muitos outros atractivos de profundo significado histórico, como por exemplo o pequeno palácio mandado construir no parque Kadriorg pelo czar Pedro, o Grande, o castelo de Toompea erguido há mais de 500 anos, um hotel ainda em actividade construído no século XIV e uma igreja gótica do século XIII, a milenária cidade de Tallin (450 mil habitantes) tem aberta ao público a farmácia que nos atrevemos a designar como a mais antiga do Mundo: foi inaugurada em... 1422 e continua até agora em funcionamento, mantendo as características iniciais.

Saliente-se, ainda, que na parte velha da cidade, tipicamente medieval (as ruas estreitas, muralhas e torres lembram-nos por vezes a vila portuguesa de Obidos, junto às Caldas da Rainha), encontramos um autêntico museu vivo em que o património de séculos de vida e história é defendido na prática pelo carinho e o espírito cívico da população e das autoridades responsáveis.

equipados com todo o material indispensável e podem receber dois ou três desportistas, número que nunca será ultrapassado. Aliás, segundo nos revelou um elemento da direcção da aldeia, está quase garantido que em cada apartamento só ficarão alojadas duas pessoas.

O complexo olímpico, que custou cerca de 30 milhões de rublos, foi construído de acordo com um projecto elaborado por dois arquitectos estonianos, após concurso, e inclui ainda instalações para o culto religioso (da Ásia Central, por exemplo, virão sacerdotes muçulmanos), «ateliers» para manutenção dos barcos, centro de imprensa, serviços de apoio, restaurante com 400 lugares e uma grande oficina de construção de barcos, avaliada em cerca de 6 milhões de rublos (com equipamento incluído), tudo isto num moderno e atraente conjunto arquitectónico de oito edifícios.

Respeitando as regras olímpicas, a organização fornecerá aos velejadores os barcos para uma das classes:

incluindo as agências noticiosas France Press, Reuter e Tass.

Para a Olimpíada esperam-se 300 profissionais da Comunicação Social, que ficarão alojados num moderno hotel de cidade («Viru»), o qual

dará os documentos de creditação e onde funcionará um gabinete de apoio com informações directas da aldeia olímpica.

O transporte do hotel para o centro de vela está assegurado por autocarros especialmente destinados aos jornalistas, a quem será igualmente facultada a cedência de pequenos barcos para o acompanhamento das provas, de acordo com regras específicas de segurança. No centro de imprensa, local a que chegam em primeiro lugar as informações enviadas pelos barcos dos árbitros (e só depois para a organização central), os jornalistas (bem como a população estoniana) poderão seguir a regata através de dois canais de TV: um para se verem as provas, e outro com os resultados.

Dez minutos após a realização de cada prova serão divulgados os protocolos com os resultados oficiais. Os representantes da Informação, além de armários reservados, onde todos os dias será colocada documentação, têm acesso a um diversificado conjunto de equipamentos e aparelhos electrónicos, incluindo os sectores do cinema e da fotografia.

O centro de imprensa, que está equipado com dois computadores centrais, foi visitado no ano transacto por cerca de meio milhão de jornalistas oriundos de 30 países e este ano, até Maio, já tinha recebido a visita de aproximadamente 200.

Após os Jogos, o centro, devidamente preparado, será posto à disposição de todos os habitantes de Tallin que queiram praticar desporto, funcionando, pois, como importante núcleo dinamizador e organizador da actividade desportiva.

Entretanto, um outro gabinete de trabalho para apoio à imprensa que provisoriamente funciona na

cidade, numa casa construída nos fins do século XIX por um rico mercador escandinavo (talvez dinamarquês), será entregue após a Olimpíada-80, à Rádio de Tallin, que ali instalará um escritório.

No decorrer dos Jogos, todos os jornalistas creditados em Moscovo poderão ir a Tallin, devendo avisar com alguma antecedência para que à sua chegada tenham já tudo preparado com o objectivo de facilitar o seu trabalho. Toda a informação olímpica será transmitida a Moscovo e vice-versa.

Pensa-se que dos 300 jornalistas que viajarão até à capital estoniana cerca de metade façam exclusivamente a reportagem da regata.

O Departamento de Tallin do Comité Organizador da Olimpíada-80 elaborou um diversificado programa cultural, aberto aos atletas, acompanhantes, turistas, jornalistas e população em geral.

Como nos sublinhou Oleg Sapojnine, um dos grandes objectivos que norteia tal programa é «demonstrar o que é soviético a nível cultural, mas com as cores da Estónia».

Além do folclore e da música popular, estão previstos espectáculos de teatro, cinema, ballet e música clássica, além de um variado conjunto de exposições de âmbito histórico e artístico.

No próximo dia 21 passará o 40.º aniversário da fundação da República Socialista Soviética da Estónia. Este ano, as comemorações foram antecipadas para o próximo fim-de-semana, portanto já com a presença de grande parte das delegações estrangeiras (recorde-se que a aldeia olímpica de Tallin, tal como a de Moscovo, foi já inaugurada no passado dia 28 de Junho).

Ponto alto das jornadas comemorativas será sem dúvida a Festa de Canto da República, que se realiza de

cinco em cinco anos, num enquadramento de viva participação artística e popular. Como é da tradição, actuará na Festa o grande coro da cidade, com os seus 30 mil componentes!

O ano passado a Festa de Canto, que habitualmente se realiza num amplo parque de Tallin, reuniu mais de 250 mil espectadores oriundos de vários pontos da República e não só.

Para a regata olímpica, os turistas contarão com os serviços de três organizações soviéticas do sector: a «Intourist» (só para estrangeiros), a «Sputnik» (em especial para a juventude do país e do estrangeiro) e um organismo das estruturas sindicais. Os dois últimos trabalharão com turistas nacionais e de outros países.

Estão já preparados vários programas turísticos, incluindo os atractivos regionais de âmbito paisagístico e cultural. Os visitantes que puderem ficar mais tempo terão à escolha diversos itinerários de que fazem parte belas cidades da República da Estónia, além de Tallin, como Tartu, Viljandi e Parnu.

Além de outras excursões, os turistas poderão participar em pequenos cruzeiros marítimos. Para o efeito, estão desde já preparados barcos especiais, que diariamente, poderão levar cerca de 3500 pessoas.

E já que falamos de números, é de salientar que a Estónia olímpica aguarda perto de 10 mil turistas!

Além de outras excursões, os turistas poderão participar em pequenos cruzeiros marítimos. Para o efeito, estão desde já preparados barcos especiais, que diariamente, poderão levar cerca de 3500 pessoas.

E já que falamos de números, é de salientar que a Estónia olímpica aguarda perto de 10 mil turistas!

Além de outras excursões, os turistas poderão participar em pequenos cruzeiros marítimos. Para o efeito, estão desde já preparados barcos especiais, que diariamente, poderão levar cerca de 3500 pessoas.

E já que falamos de números, é de salientar que a Estónia olímpica aguarda perto de 10 mil turistas!

Conferências e debates

A aldeia olímpica em Tallin reservou instalações, com todo o equipamento indispensável, para a realização de conferências e debates de carácter técnico sobre a vela, modalidade conhecida em praticamente todo o Mundo e que para os desportistas tem sempre «segredos» e aspectos interessantes para o debate e troca de opiniões.

Estas conferências serão acompanhadas por uma eficiente equipa de intérpretes, que traduzirão em cinco idiomas: francês, inglês, russo, alemão e espanhol, habitualmente adoptadas pela Federação Internacional da modalidade.

De Kingston (Canadá) a Tallin: algumas diferenças...

É inegável que os desportistas terão na URSS todo um conjunto de estruturas, serviços e condições muito superiores em quantidade e qualidade comparando com as duas anteriores edições da Olimpíada (para não ir mais longe): Munique — República Federal Alemã (1972); e Montreal — Canadá (1976).

Tallin, uma das cinco cidades olímpicas, não foge à «regra». Dois exemplos apenas: em Kingston (localidade canadiana onde se desenrolaram as provas de vela) foi apenas construído um clube para os velejadores e acompanhantes; em Tallin ergueu-se um complexo constituído por oito edifícios, assegurando todos os serviços indispensáveis. No Canadá, os velejadores ficaram alojados na Universidade, bem longe do centro de vela; em Tallin, o hotel da aldeia olímpica, assim como todas as outras instalações (do centro ao ponto de partida das competições...



A mascote das competições olímpicas de vela.

cinco em cinco anos, num enquadramento de viva participação artística e popular. Como é da tradição, actuará na Festa o grande coro da cidade, com os seus 30 mil componentes!

O ano passado a Festa de Canto, que habitualmente se realiza num amplo parque de Tallin, reuniu mais de 250 mil espectadores oriundos de vários pontos da República e não só.

Para a regata olímpica, os turistas contarão com os serviços de três organizações soviéticas do sector: a «Intourist» (só para estrangeiros), a «Sputnik» (em especial para a juventude do país e do estrangeiro) e um organismo das estruturas sindicais. Os dois últimos trabalharão com turistas nacionais e de outros países.

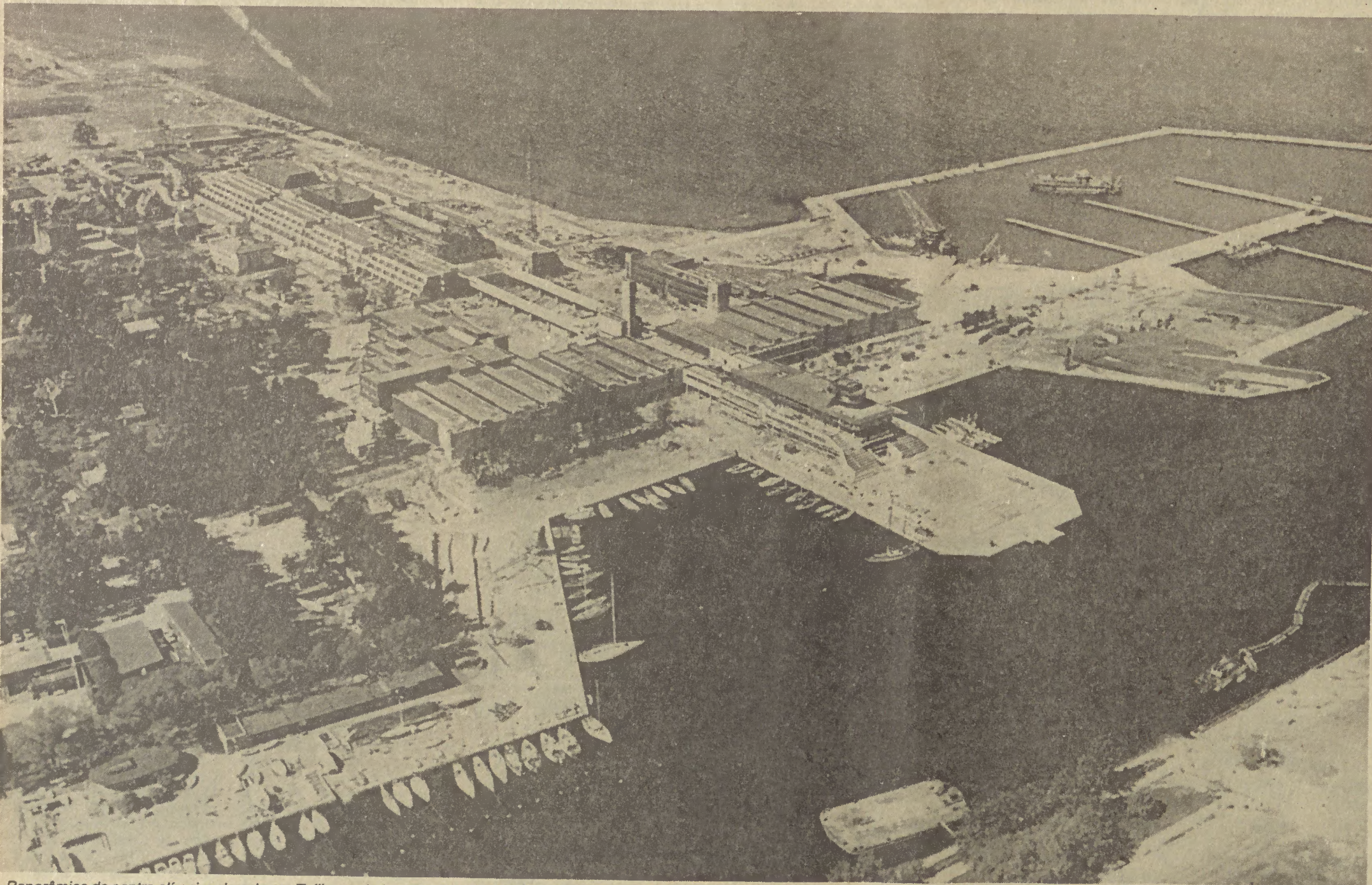
Estão já preparados vários programas turísticos, incluindo os atractivos regionais de âmbito paisagístico e cultural. Os visitantes que puderem ficar mais tempo terão à escolha diversos itinerários de que fazem parte belas cidades da República da Estónia, além de Tallin, como Tartu, Viljandi e Parnu.

Além de outras excursões, os turistas poderão participar em pequenos cruzeiros marítimos. Para o efeito, estão desde já preparados barcos especiais, que diariamente, poderão levar cerca de 3500 pessoas.

E já que falamos de números, é de salientar que a Estónia olímpica aguarda perto de 10 mil turistas!

Além de outras excursões, os turistas poderão participar em pequenos cruzeiros marítimos. Para o efeito, estão desde já preparados barcos especiais, que diariamente, poderão levar cerca de 3500 pessoas.

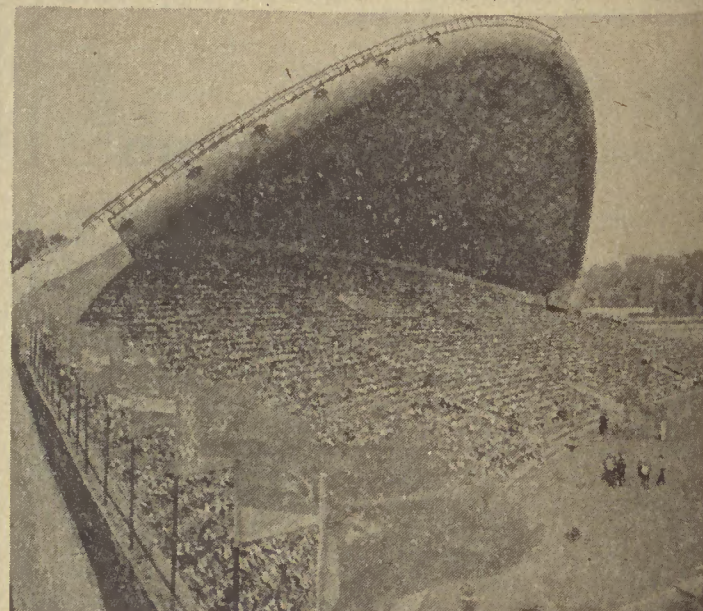
E já que falamos de números, é de salientar que a Estónia olímpica aguarda perto de 10 mil turistas!



Panorâmica do centro olímpico de vela em Tallin, capital da República Socialista Soviética da Estónia. Além do hotel, com piscina, saunas, salas de convívio e outras instalações, este complexo de oito edifícios inclui ainda um centro religioso, serviços de apoio à imprensa, de saúde, de controlo das provas e de comércio, oficina de construção e reparação de barcos para as várias classes, etc. Só para assegurar o trabalho no sector principal do complexo olímpico haverá cerca de mil funcionários. De salientar que a baía de Tallin (mar Báltico) reúne excelentes condições para a prática da vela: os locais onde decorrerão as provas — entre duas pequenas ilhas — têm uma defesa natural contra as correntes, e o vento sopra geralmente da melhor forma, dando boa velocidade às embarcações



Aparilhagem no centro de imprensa da aldeia olímpica de Tallin, preparado para receber, com todas as condições de trabalho, mais de três centenas de jornalistas de todo o Mundo.



Aspecto do coro de 30 mil pessoas, por ocasião da última Festa de Canto em Tallin, à qual poderão também agora assistir as delegações estrangeiras e os turistas.

Semana

25
Quarta-feira

O ministro vietnamita dos NE, Nguyen Co Thach, nega categoricamente que tropas do seu país tivessem entrado em território tailandês. ■ Falando em nome da Conferência Islâmica no Conselho de Segurança da ONU, o ministro dos NE do Paquistão acusa Israel de pretender destruir o carácter histórico, espiritual e demográfico de Jerusalém ao querer transferir para esta cidade a sua capital. ■ A agência TASS classifica o acordo «transitório» proposto pelo presidente Carter para o Afeganistão como deliberadamente vago e de conteúdo absolutamente obscuro. ■ O bispo José Carranza Chavez, da diocese de Santa Rosa de Copan, localidade hondurenhana situada na fronteira com El Salvador, acusa as forças militares de El Salvador de massacrarem 600 pessoas no mês passado quando tentavam fugir do país; por outro lado dois refugiados salvadoreños na Nicarágua acusam também o governo de El Salvador de ter ordenado a execução de três mil pessoas na localidade de Cara Sucia (em El Salvador).

26
Quinta-feira

Em comunicado, o Ministério da Defesa da República Popular de Angola denuncia uma invasão aberta contra o território soberano da RPA iniciada no passado dia 17 por forças racistas e fascistas da África do Sul; as acções, descritas em pormenor no comunicado, provocaram já mais de 300 mortos entre velhos, mulheres e crianças, sete mortos entre o Exército da RPA, 250 feridos, 30 viaturas destruídas, muitas casas arrasadas e grande quantidade de cabeças de gado mortas. ■ O ministro dos NE do Vietname acusa os EUA e a China de estarem envolvidos no conflito na fronteira entre o Kampuchea e a Tailândia, considerando que esta área fronteiriça não era de «interesse vital» para os EUA, mas que Washington estava a apoiar a política da China na região como parte da estratégia global contra a URSS. ■ O presidente francês Giscard d'Estaing afirma que a retirada dos contingentes soviéticos do Afeganistão constituíam, um passo na direcção certa e deixava claro que a URSS está disposta a encarar uma solução política para a crise afgã. ■ É anunciado em Addis-Abeba que Mengistu Haile Mariam é o secretário-geral do Conselho Administrativo Militar Provisório da Comissão para a Organização do Povo Trabalhador Eritreio. ■ Luis Inácio «Lula», um dos mais importantes dirigentes sindicais brasileiros, é eleito presidente do novo Partido dos Trabalhadores (PT).

27
Sexta-feira

Reagindo à queixa das autoridades angolanas acerca de uma invasão em larga escala ao sul de Angola, o Conselho de Segurança da ONU aprova (com as abstenções dos EUA, Grã-Bretanha e França) uma resolução de condenação da África do Sul pela referida intervenção militar, solicitando ao regime racista que retire imediatamente as suas tropas de território angolano. ■ Separatistas bascos fazem explodir uma bomba perto de um hotel, na estância turística de Estepona, na Costa do Sol; é a 6.ª bomba da recente vaga de terror desenhada pela ETA em estâncias turísticas espanholas. ■ A televisão angolana mostra os destroços de três caças-bombardeiros sul-africanos «Mirage» abatidos em 7 de Junho em território angolano. ■ Um avião DC-9 italiano, com 81 pessoas a bordo, despenha-se num voo de Bolonha para Palermo, suspeitando-se que o desastre foi provocado por uma bomba colocada no aparelho por uma organização terrorista.

28
Sábado

A Santa Sé e o Zimbábwé decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de Nunciatura e Embaixada. ■ Pelo menos 14 pessoas morreram em apenas 24 horas devido ao ressurgimento da violência política na Guatemala, originado principalmente na acção do grupo fascista «Exército Secreto Anticomunista». ■ O governo do Kuwait anuncia que vai aumentar o preço das suas rammas petrolíferas em dois dólares por barril (cerca de 100 escudos) a partir de Julho. ■ O antigo Xá do Irão, de 60 anos, é internado de urgência num hospital do Cairo.

29
Domingo

Em comunicado conjunto divulgado em Luanda, o MPLA-Partido do Trabalho e o governo da RPA acusam o regime racista sul-africano de ameaçar a paz mundial e exigem a retirada imediata das suas tropas do território angolano e o cumprimento da resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU. ■ Em entrevista a «El País», Filipe González, secretário-geral do PSOE, afirma que o seu partido tentará impedir qualquer decisão do governo que conduza à entrada da Espanha na NATO. ■ Após um encontro entre Robert Mugabe e Samora Machel, foi anunciado que o Zimbábwé e Moçambique decidiram estabelecer uma cooperação imediata no domínio dos transportes e da energia.

30
Segunda-feira

O chanceler Helmut Schmidt, da RFA, chega a Moscovo para dois dias de conversações com os dirigentes soviéticos, sendo recebido no aeroporto por Leonidas Brejnev. ■ O Papa João Paulo II inicia em Brasília uma visita de doze dias — a mais longa permanência de um Papa fora do Vaticano — ao Brasil. ■ Os resultados já conhecidos das eleições presidenciais realizadas na véspera na Bolívia apontam para uma possível vitória do candidato da esquerda Siles Suazo. ■ Fontes oficiais indicam que a Espanha perdeu um milhão de turistas nos cinco primeiros meses deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, devido à vaga bombista.

1
Terça-feira

No final da visita a Moscovo do chanceler alemão Helmut Schmidt, é divulgada uma declaração conjunta em que se salienta que a URSS e a RFA «continuam a considerar como indispensável e realizável o desanuviamento». Schmidt reafirmou também tal posição numa conferência de imprensa, realizada após conversações mantidas, num «grau de clareza adequado a situação», com L. Brejnev, em particular sobre a questão da instalação dos mísseis norte-americanos na Europa Ocidental. ■ Começou em Freetown, capital da Serra Leoa, prolongando-se até dia 4, a 17.ª reunião da OUA — Organização de Unidade Africana. ■ O candidato presidencial Siles Suazo e a Frente de Unidade Democrática Popular (FUDP) da Bolívia reivindicam o seu legítimo direito de formar executivo governamental, na sequência da vitória obtida nas eleições de domingo passado. ■ Desde a abolição da monarquia (1959), é pela primeira vez inaugurada, em Bagdade, a Assembleia Nacional do Iraque. ■ O ministro angolano da Defesa desmonta ponto por ponto as falsas declarações do governo racista da África do Sul, segundo as quais as tropas de Pretória já tinham abandonado por completo o território da RPA.

Defender Angola é defender a paz e o progresso em África

Tropas sul-africanas, com material bélico dos EUA, da RFA, de França, estão em território angolano. Mataram já centenas de civis, destruíram equipamento económico. E reforçaram posições. A resolução do Conselho de Segurança da ONU, condenando a invasão, foi aprovada com a abstenção dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de França, e é desrespeitada pelo governo de Pretória. A África Austral surge assim como um foco de tensão permanente, uma ameaça à paz. Tal como o Médio Oriente e a zona do Golfo, como outros pontos na Ásia e na América Latina, como a própria Europa, onde a NATO se rearma com novos mísseis norte-americanos, num absurdo alarde de força na fronteira do socialismo. O imperialismo joga assim por todas as formas, mesmo com as armas e a agressão, no intuito vão de defender interesses condenados pela história. Jogo que põe em perigo a paz mundial. Mas que está inevitavelmente votado ao fracasso. Angola, com as suas próprias forças e a solidariedade internacional, defenderá as suas fronteiras, a sua independência, a sua opção revolucionária. Como a paz será defendida no mundo.

Os objectivos da agressão

«Angola utilizará todos os meios para defender a integridade do seu território e ajudará o povo da Namíbia até que este se torne independente» — com esta declaração, o presidente da República Popular de Angola, camarada José Eduardo dos Santos, aponta de facto para os objectivos centrais da invasão sul-africana de território angolano, e que são claros: criar o maior número possível de dificuldades à evolução do processo revolucionário angolano e, se possível, inverter a situação, impedir, ou pelo menos atrasar, a independência de uma Namíbia progressista, tendo à frente o legítimo representante do seu povo — a SWAPO.

Assim, e significativamente, esta acção armada da África do Sul

contra Angola coincidiu com a divulgação de uma carta do secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, ao ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, sobre o estabelecimento de uma zona desmilitarizada entre a República Popular de Angola e a Namíbia, de acordo com uma proposta angolana e com resoluções aprovadas na ONU.

A existência de tal zona desmilitarizada abria caminho para uma real independência da Namíbia, e não a criação de um outro «bantustão», maneado por Pretória, e simultaneamente para o fim das agressões a Angola, retirando-lhe as fracas «justificações» e estabelecendo uma zona de paz na fronteira.

Acontece que este caminho não interessa, em nada, a Pretória.

Como assinala um comunicado do Ministério da Defesa da República Popular de Angola, «por detrás desta política belicista e aventureirista dos governantes de Pretória é bem visível a sua intenção de sabotar os planos de aplicação da resolução 435 das Nações Unidas, que prevê a criação da zona desmilitarizada, como primeiro passo para a realização de eleições livres, sob o controlo das Nações Unidas, e a seguinte independência do território namibiano».

A perda da Namíbia, como colónia de Pretória, significará, não só o alargamento da área progressista, e da zona liberta do neocolonialismo no continente africano, como a perda da possibilidade de manter uma

verdadeira guerra de desgaste contra Angola. Duplo objectivo que «justifica» para Pretória, como para Washington, todas as manobras, todos os actos de agressão, mesmo a guerra. Mas que inevitavelmente será derrotado.

As razões da abstenção

«Se o Conselho não for mais além do que aprovar outra resolução, se o Conselho não puser efectivamente em vigor as suas resoluções, então a África Austral será a fagulha da conflagração mundial» — declarou na ONU o embaixador angolano Elísio Figueiredo.

O Conselho não foi além disso. A resolução aprovada, condenando a África do Sul pela intervenção militar, foi adoptada por 12 votos, com abstenções dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Motivo: não concordaram com os termos em que é feita a condenação de Pretória, que envolve nomeadamente a concessão de «todo o auxílio necessário» a Angola, com vistas ao fortalecimento da sua capacidade defensiva.

Logicamente estes países não estão interessados em tal auxílio nem em qualquer medida — nomeadamente de carácter económico — que possa vir



A defesa continua a ser uma preocupação central para Angola, impedindo a necessária concentração total de esforços na batalha da produção

a afectar a sério o regime de Pretória.

Diversos factos ajudam a compreender esta posição. Uma comissão mista do Congresso norte-americano, reunida dia 25 de Junho — ou seja, no mesmo momento em que tropas sul-africanas ocupavam já uma zona do Sul de Angola — elaborou um texto em que autoriza formalmente o presidente Carter a ajudar organizações terroristas que actuam em Angola, como é o caso da UNITA. Esta resolução já tinha sido dias antes adoptada pelo Senado. Verdade que se trata de um formalismo, pois tais grupos devem a sua existência e a sua sobrevivência, exactamente ao imperialismo.

Mas trata-se de um pró-forma particularmente significativo nas circunstâncias actuais, e que surge como um contributo para as agudizar ainda mais.

Outro facto: foi há dias desmantelada uma rede contra-revolucionária formada em 1978 pela África do Sul, que efectuou

diversas operações terroristas em Angola, tendo actualmente planos para fazer uma série de actos de sabotagem durante o Congresso extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, a realizar em Dezembro, e durante as eleições para a Assembleia Nacional. Os explosivos e outro material de sabotagem apreendido, era de origem sul-africana e francesa.

Estes alguns factos que ilustram uma mais ampla e insofismável realidade. Os interesses do capital norte-americano, oeste-alemão, inglês, francês, não só nas imensas riquezas da África Austral, mas — a isso também ligado — na manutenção do regime de Pretória e num recuo histórico nesta zona. Interesses que «justificam» abstenções, ajuda aberta e clandestina a governos e grupos terroristas, o cerco dos países progressistas, o criminoso assassinato de centenas e centenas de angolanos, moçambicanos, sul-africanos e namibianos.

A invasão

No dia 17 de Junho, a República Popular de Angola, que tem vindo a ser vítima de sucessivos ataques por parte da África do Sul, foi invadida por tropas de Pretória. Como informou então o Ministério da Defesa da RPA, «ao mesmo tempo que a aviação racista bombardeava um campo de refugiados namibianos a 18 quilómetros de Lubando, tendo a nossa defesa anti-aérea abatido três aviões Mirage, tropas terrestres dos racistas da Namíbia, invadiram o nosso território, penetraram entre os marcos 25 e 32, desenvolvendo a partir desta data toda uma série de acções criminosas contra as populações indefesas do sul do nosso país, mais propriamente na província de Cunene».

Actualmente, e em desrespeito frontal das resoluções entretanto tomadas pela ONU, «as tropas do Exército regular da África do Sul mantêm-se em território angolano, onde matam, indiscriminadamente, velhos, mulheres e crianças, ao mesmo tempo que provocam uma série de destruições, visando, especialmente, as estruturas de interesse económico», conforme denuncia um comunicado subscrito pelo MPLA-Partido do Trabalho e pelo governo angolano. Mais, a África do Sul não só mantém a sua presença militar em território angolano, como a reforça. Actualmente as forças invasoras

sul-africanas são constituídas por oito batalhões, apoiados por blindados, helicópteros e bombardeiros, tendo sido estabelecido um posto de comando das tropas agressoras no interior de Angola, a cerca de 50 quilómetros da fronteira com a Namíbia.

Por outro lado a África do Sul está a efectuar uma maciça concentração de tropas no território da Namíbia, estando estacionados, em Grootfontein, próximo da fronteira angolana, mais de 15 batalhões sul-africanos (cada batalhão tem cerca de 750 homens).

Os dados estão aí e são inequívocos e internacionalmente reconhecidos — mesmo pelos que na ONU se abstiveram, denunciando assim o seu empenho de facto na defesa dos propósitos e da realidade política do país agressor. Dados que se resumem numa palavra — a guerra. Novamente a guerra contra Angola. Guerra que na verdade nunca conheceu tréguas totais, desde a invasão de 76-77, esse tem vindo a concretizar em agressões constantes, na organização e estímulo de grupos terroristas e de sabotagem como o de Savimbi — mas que hoje assume nova e perigosa dimensão.

Como conclui um comunicado do Ministério da Defesa angolano — «muitos serão aqueles que serão

enviados para invadir o nosso solo pátrio, mas muitos serão aqueles que jamais regressarão aos seus lares, vítimas da política aventureirista de Pretória». Vítimas que se multiplicam em Angola — cerca de quatro centenas de mortos hoje, a somar às muitas outras centenas, aos milhares que em terra angolana têm morrido para defender o direito de um povo à sua pátria independente, à sua opção socialista.

Uma curiosa proposta

Enquanto tropas sul-africanas ocupam uma zona do sul da República Popular de Angola, no mesmo momento em que o Conselho de Segurança da ONU se vê impedido de levar à prática medidas mais eficazes do que a simples condenação da agressão, face à posição assumida pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, Washington dirige a Luanda uma curiosa proposta. Em síntese, os Estados Unidos anunciaram que estarão na disposição, não só de — finalmente — reconhecerem o governo angolano, como mesmo de lhe fornecerem auxílio económico. Com uma condição: a retirada das tropas cubanas que contribuem com a sua solidariedade internacionalista para a defesa de Angola,

hoje, como os factos demonstram, ainda mais ameaçada pela África do Sul.

A esta provocatória proposta, responde o povo angolano, através do seu ministro das Relações Externas, Paulo Jorge: «A todos os que pretendem impor como condição para o auxílio a retirada dos cubanos, nós dizemos, guardem a vossa ajuda, nós nunca aceitaremos ajuda sob essas condições».

A manobra é transparente: pretendia-se, não só desarmar parcialmente um povo que enfrenta agressões sistemáticas, como «comprar», é o termo, a sua independência, a liberdade das suas opções, a troca de um «auxílio» que o prenderia aos ditames de Washington.

Povo de El Salvador luta unido contra a Junta, contra a repressão

Há uma semana a universidade autónoma de El Salvador, que nos últimos anos não tinha experimentado a marca da repressão no interior das suas instalações, foi invadida por unidades do Exército e da polícia, apoladas por tanques e helicópteros. Uma invasão à boa maneira fascista. Tanques contra jovens e trabalhadores. As forças repressivas não só dispararam sobre gente desarmada, como obrigaram todos a deitar-se em terra, liquidando mesmo alguns com tiros na nuca.

A que se devia tal invasão? No momento em que as forças repressivas se lançavam ao assalto das instalações universitárias, a Coordenadora Revolucionária de Massas, que dirige o movimento unido de todas as forças democráticas salvadoreñas, dava aí uma conferência de imprensa.

Este exemplo — um dos muitos possíveis — ilustra bem a actual realidade política em El Salvador. Testemunha da brutalidade repressiva e simultaneamente da determinação do povo salvadoreño em prosseguir a sua luta até à vitória final.

«Apesar do terror reacção imposto pelos corpos policiais, pelo exército, pela criminosa Guarda Nacional e a junta militar democrata-cristã, é um facto admirável que todos os dias mais mulheres e homens dispostos a lutar, engrossam as fileiras patrióticas» — afirmava recentemente o Partido Comunista de El Salvador. E a luta prossegue e amplia-se de paralelo com

o terror promovido pelas forças da direita e o imperialismo. De Janeiro a Maio houve mais de mil e quinhentos mortos. Há poucos dias foi denunciado o massacre de centenas de homens, mulheres e crianças que tentavam fugir para as Honduras. São centenas de mortos todas as semanas. Entretanto, e de acordo com a insuspeita agência norte-americana UPI, o apelo a uma greve geral de 48 horas, lançado através de cinco estações de rádio da capital, momentaneamente ocupadas por comandos da Coordenadora Revolucionária de Massas, foi cumprido, em todo o país, a 80%. Assim a maioria da indústria, do comércio e dos serviços paralisou contra a repressão. Esta a expressão de massas dos «grupos de extrema-esquerda» — forma como é apresentada a oposição democrática pela Junta de El Salvador e pelos órgãos de informação do capital.

A resposta de massas à política governamental, coordenada com



Demagogia e repressão caracterizam a política da Junta de El Salvador

Washington — cuja real envergadura é impossível negar, quanto mais não seja porque o número de mortos fala por si — tem a sua correspondência, e assenta na unidade de todas as forças de esquerda com real expressão no país. Como afirma o Partido Comunista de El Salvador, «todas as organizações democráticas e revolucionárias de El Salvador, estão conscientes da necessidade de avançar unidas e de alcançar os objectivos estratégicos da presente etapa, compartilhando os rigores da luta clandestina ou legal contra um inimigo de classe comprovadamente criminoso e cruel, sustentado por dezenas de milhões de dólares do imperialismo norte-americano». Esta

consciência permitiu a formação, em Abril último, da Frente Democrática Revolucionária, vivamente saudada pela Coordenadora Revolucionária de Massas, e que, como destaca o PCS, tem «proporcionado a incorporação massiva do povo numa organização ampla em que as massas podem concretizar a sua inteligência e a sua iniciativa criadora, desenvolvendo formas e métodos de luta de acordo com as suas possibilidades, o grau de organização e as necessidades do processo político-social».

A unidade do povo de El Salvador é a segura garantia da sua vitória final sobre a Junta, apoiada e manobrada por Washington.

Dirigentes comunistas presos e perseguidos no Bangladesh

Cerca de 50 membros do Partido Comunista do Bangladesh incluindo M. Farhad, secretário-geral do Partido, MA Khan, secretário do Comité Central e diversos dirigentes dos comités distritais do Partido foram presos. O «Bangladesh Times» diz que as autoridades acusam os comunistas presos de «actividades subversivas contra o Estado». Como pretexto, as autoridades utilizam comícios, manifestações e outras acções de massas, organizadas pelo PCB em defesa da revolução afgã, e também o apoio dos comunistas à recente greve dos funcionários públicos, que envolveu meio milhão de pessoas.

Nas últimas décadas a actividade dos comunistas do Bangladesh tem-se desenvolvido em condições muito difíceis, expostos ao brutal terror dos colonialistas britânicos e da ditadura militar paquistanesa. Juntamente com outras forças patrióticas, os comunistas participaram directamente na luta armada pela liberdade e independência do país em 1971.

O III Congresso do Partido, realizado em Fevereiro último, adoptou um novo programa para o Partido, intitulado «Bangladesh Road to Socialism», em que o principal objectivo apontado é a protecção da independência e soberania nacionais, através do corte com a dependência do imperialismo, a conseguir com a construção de uma economia auto-suficiente.

Outra importante tarefa do Partido é a defesa dos interesses dos trabalhadores. O Congresso adoptou o seguinte slogan: «córdia, roupas, terra e trabalho para o povo», exigindo um governo que assegurasse o nível mínimo de subsistência para os trabalhadores e suas famílias, fixando salários, desse terras aos camponeses sem elas ou com pouca, reduzisse e estabilizasse os preços dos produtos alimentares e outros bens



essenciais, elaborasse um plano que assegurasse o emprego, intensificasse o combate à corrupção e má gestão, e implantasse um programa de direitos democráticos básicos.

Porque são os comunistas do Bangladesh perseguidos? Aparentemente, como aconteceu num passado recente, deve-se a intrigas das forças direitistas e reacçãoárias. Algo similar aconteceu em Outubro de 1977 quando o PCB foi proibido sem qualquer justificação e os seus dirigentes presos.

O tempo provou o profundo absurdo da acusação feita aos comunistas de que preparavam um golpe e, um ano mais tarde, o PCB era oficialmente autorizado a retomar as suas actividades legais.

Não se pode deixar de notar que enquanto os comunistas são perseguidos, as forças reacçãoárias, particularmente aquelas que lutaram contra a independência do Bangladesh e conduziram uma política de terror contra os patriotas bengalis, durante a luta de libertação em 1971, dão novo impulso à sua actividade. A Liga Muçulmana, o Jamaat-i-Islami, e outros grupos religiosos-comunais reforçam consideravelmente as suas posições à custa da vaga anticomunista, que varre o Bangladesh.

Entretanto, nove partidos políticos do Bangladesh já manifestaram o seu protesto contra a prisão dos dirigentes comunistas e exigiram a sua libertação.

Febre aftosa:

OGE do Governo Sá Carneiro reduz em 76% a defesa sanitária

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não está nem nunca esteve interessado em defender a produção nacional e defender os interesses de milhares e milhares de pequenos e médios produtores e das cooperativas.

Que razões justificam que o Governo não tenha tomado quaisquer medidas preventivas logo que foram detectados os primeiros casos de febre aftosa? Por que razão a distribuição das poucas vacinas não se faz de acordo com as necessidades das áreas mais afectadas?

Estas algumas das questões postas pelo Grupo Parlamentar do PCP, num requerimento apresentado na Assembleia da República na passada semana. Estas as questões que os agricultores, as suas organizações, as UCPS/Coop. colocam e às quais o Governo não dá resposta. Ou por outra, as respostas que o Governo tenta dar em nota oficiosa não convencem ninguém: houve claramente incúria, descuido, incompetência, numa palavra, desprezo pelos interesses dos produtores, desprezo pela produção pecuária, desprezo pelos efeitos da falta de defesa da produção na economia nacional. No fundo do problema, uma questão: a da opção política que este Governo toma de acordo com as classes que lhe servem de apoio.

Importa salientar que nada foi feito a nível oficial para

faltam nas empresas estatais e nas grandes empresas privadas. De resto, por todo o país, o pobre do pequeno e médio produtor, se quer vacinar o seu gado, tem de as adquirir no mercado negro, a preços bem superiores ao custo real. Independentemente de não satisfazer a procura, o grande volume de vacinas no nosso País é vendido a preços de especulação. Adquiridas em grande parte em Badajoz, no Laboratório Ovejero, a 30\$00 (dose de bovinos), 15\$00 (ovinos) e 12\$50 (suínos), são aqui no País comercializadas à candonga por preços que atingem dez vezes o preço original, chegando mesmo uma vacina de 30\$00 a custar 500\$00! Que medidas foram tomadas para evitar esta «apropriação abusiva das vacinas para realização de proveitos individuais indevidos?» Eis outra das questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Governo que, tal como as outras, ficou sem resposta. Tal como, por exemplo, o pedido de informações feito pelo PCP relativamente às medidas

encaradas pelo Governo para impedir o contrabando de gado doente de Espanha para o nosso País, através do qual terá sido em grande parte provocada a moléstia. Tal como, por exemplo, a pergunta do PCP ao Governo sobre as suas intenções de importar as vacinas e os medicamentos necessários ao combate à febre.

Enquanto a CNA alerta: «o nosso efectivo pecuário está em perigo»; enquanto o gado vai morrendo, (numa cooperativa de Gaia mais de 700 suínos morreram atacados pela febre causando um prejuízo da ordem dos três mil contos); enquanto se verifica a interdição de feiras e mercados de gado; enquanto a calamidade ia avançando, ainda o MAP proclamava: (e proclamou ainda a 30 de Junho) «mantém-se a característica de benignidade na evolução da epizootia, verificando-se uma fraca mortalidade», e baseado nas suas próprias falsidades e incúria continuava sem desenvolver qualquer campanha de prevenção.

Agora que os prejuízos já

sobem a milhares de contos, os produtores e as suas organizações, a CNA, exigem não só uma campanha de vacinação gratuita como ainda colocam a questão: Que tipo de auxílio vai ser concedido aos produtores e cooperativas afectadas, no sentido de minorar os danos sofridos, já que o célebre seguro agrícola, instituído pelo Governo, não cobre calamidades da produção pecuária? Porque é que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários não intervém, deixando os produtores nas mãos de intermediários que chegam a pagar somente 50\$00/quilo suíno ou ainda mais barato, suíno que transita para matadouros clandestinos, e depois é comercializado aos preços normais e ao consumidor, num autêntico atentado à saúde pública?

A febre aftosa e a CEE

No OGE para 1979, as verbas destinadas à defesa sanitária dos animais era de

145 000 contos. No actual OGE, tal rubrica nem sequer aparece: surge antes a rubrica de «protecção da produção animal», a qual em princípio engloba mais do que a defesa sanitária. Pois mesmo abrangendo outros aspectos que vão além da defesa sanitária, a verba diminui no OGE para 1980 para 46 450 contos, ou seja uma redução de mais de 75%!

Ora nesta diminuição brutal de verbas encontramos as grandes razões porque o surto de febre aftosa não foi prevenido nem é combatido pelo Estado em termos de eficácia. Trata-se de febre aftosa. Poderia tratar-se de brucelose ou de outra epizootia. Independentemente do grau de maior ou menor gravidade, a questão seria a mesma: o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não está interessado, nunca esteve, em defender a produção nacional, em

resolver os problemas de milhares e milhares de pequenos e médios produtores e de cooperativas agrícolas. No segundo caso, o das Cooperativas e UCPS, a febre aftosa ou outra qualquer, serve-lhe às mil maravilhas porque quebra as resistências de ordem económica das cooperativas, debilita-as perante a ofensiva. No primeiro caso, o dos pequenos e médios produtores, interessa-lhe até à ruína progressiva e rápida desta camada como via para acelerar a entrada para a CEE — um dos objectivos da política agrícola comum é a redução significativa das explorações de pequena e média dimensão. Este objectivo muito claramente apontado no Plano Mansholt é retomado num trabalho do Centro de Estudos de Economia Agrária, da Fundação Gulbenkian, realizado por um ideólogo da

integração, o senhor Cortez Lobão, que afirma:

«Perto de 3/4 das explorações agrícolas portuguesas encontram-se nos finais dos anos 70 ainda voltadas sobre si mesmas, produzindo para o auto consumo e, como tal, não são atingidas por políticas de preços e mercados mas só por medidas socio-estruturais. São explorações cujos agricultores na situação actual não têm outra alternativa senão aguardar a sua oportunidade de sair da actividade agrícola, quer por mudança de profissão (via que neste momento lhes está mais ou menos vedada), quer ainda por reforma, quer ainda e muito simplesmente por falecimento».

Maior clareza não seria possível. E contra «tal destino» apenas pode resultar a unidade dos pequenos e médios agricultores, dos trabalhadores agrícolas e a sua aliança mútua.

As manobras do Governo contra a participação portuguesa nas Olimpíadas

1. As manobras públicas e de bastidores que o Governo Sá Carneiro vem desenvolvendo contra a participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos são de tal forma ofensivas dos mais elementares princípios éticos e legais, e encontram-se crivadas de tantas prepotências e discriminações, que não podem deixar de suscitar uma firme indignação e protesto da opinião pública nacional.

2. Derrutado no seu plano de impor ao Comité Olímpico Português a sua vontade despótica e o seu servil empenho no boicote aos Jogos Olímpicos, o Governo Sá Carneiro enveredou rapidamente pelo recurso à chantagem e às pressões políticas e económicas como forma de condicionar as posições dos atletas e pela instituição oficial de uma política discriminatória que tem a sua mais escandalosa e revoltante expressão na chamada «comissão» dita de «preparação» dos atletas que não pretendam participar nos Jogos Olímpicos.

3. Com efeito, constitui uma grosseira e insolente violação do princípio constitucional da igualdade entre os cidadãos, a existência e funcionamento de uma comissão

oficial, nomeada pela Secretária de Estado dos Desportos, com a finalidade publicamente afirmada de apoiar com recursos públicos a participação em competições internacionais apenas dos atletas que se declarem pela não participação nos Jogos Olímpicos.

4. Os critérios discriminatórios que são a base oficial do funcionamento dessa «comissão» representam ao mesmo tempo uma efectiva violência contra a liberdade de opinião dos atletas que, no respeito pelos princípios olímpicos, desejam justamente participar nos Jogos.

Na verdade, o facto da referida «comissão» comprovadamente negar a determinados atletas a sua participação em futuras competições internacionais unicamente porque tomaram uma posição favorável à participação nos Jogos, constitui, além do mais, uma abusiva utilização de meios do Estado para o prosseguimento de métodos de vingança e retaliação que comprovam largamente que, também no desporto, o Governo Sá Carneiro não hesita em aplicar a sua doutrina geral de favoritismo político-partidário, de intolerância, discriminações e perseguições.

5. Mesmo quando promete a certos atletas condições excepcionais para a sua participação em competições internacionais nos próximos anos, caso alinhem com o boicote aos Jogos Olímpicos, o Governo Sá Carneiro pretende manifestamente defraudar esses atletas.

Em primeiro lugar, porque o governo Sá Carneiro sabe perfeitamente que muitos dos atletas perderiam assim a grande oportunidade da sua carreira desportiva de mostrarem na maior festa desportiva mundial os resultados do seu meritório esforço de muitos anos.

Em segundo lugar, porque o governo Sá Carneiro sabe perfeitamente que não está em condições de garantir seja o que for para os próximos anos, pela simples e óbvia razão de que este ano há eleições e porque a «AD» com toda a probabilidade se perderá, sendo igualmente certo que um governo democrático não só não ficaria vinculado aos critérios discriminatórios que actualmente estão a ser impostos como teria a estrita obrigação de os eliminar.

6. As manobras do governo Sá Carneiro contra a participação dos atletas portugueses nos Jogos

Olímpicos prejudicam a justa realização pessoal que essa participação para eles representaria, contrariam a sua contribuição para uma digna representação do desporto nacional e testemunham ao mesmo tempo exemplarmente o reacção e a mentalidade totalitária de um governo que despreza todos os princípios essenciais à vida de uma sociedade democrática.

Torna-se por isso particularmente urgente que um enérgico protesto de opinião pública nacional e designadamente dos desportistas portugueses impeça que o desenvolvimento desportivo do País e os direitos dos atletas sejam prejudicados e ofendidos pelas arbitrariedades e ingerências governamentais e façam fracassar as manobras do governo Sá Carneiro contra a legítima, necessária e positiva participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos de Moscovo.

Lisboa, 30 de Junho de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Da febre aftosa à CEE, das manobras políticas e de bastidores contra a participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos aos números preocupantes da escalada contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, este Governo parasitário, que não vive no País mas sobre ele como em terra conquistada, prepara-se para as eleições com a demagogia própria de quem não pode oferecer a imagem do que produz e procura escondê-la com a fachada das promessas que não cumpriu mas com as quais não deixa de acenar convencido de que a sua clientela domina o País.



Ascenso de luta na Reforma Agrária para enfrentar ofensiva do Governo

Assistimos hoje a um ascenso significativo da luta na zona da Reforma Agrária. Este ascenso que é, em si mesmo, o reflexo do crescendo da luta do movimento popular contra o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, manifesta a firme resistência dos trabalhadores contra o projecto de destruição da Reforma Agrária desenvolvido pela maioria reaccionária no poder e fora dele, o projecto de reconstituição dos latifúndios, do poder económico e político dos grandes agrários, ou seja de uma das mais fortes bases de apoio da reacção e do fascismo.

Até à actualidade a ofensiva contra a Reforma Agrária, salda-se já em números alarmantes: 380 000 hectares de terras usurpadas às UCPS/Coop. dos quais 150 000 ha com o Governo "AD"; 80 UCPS/Coop. totalmente destruídas; mais de 100 000 cabeças de gado e 5 000 máquinas e alfaias roubadas; mais de 28 000 trabalhadores no desemprego; espancamento de mais de 1 300 trabalhadores e assassinato até agora impune de dois; corte do CAE a praticamente todas as cooperativas e outras formas de ofensiva económica como é o caso da Lei da Cortiça. Aliás, em termos económicos, o valor roubado aos trabalhadores da Reforma Agrária sobe a mais de 3 850 000 contos ou seja 41% do valor gerado pelas Cooperativas em 1979.

Desta ofensiva resulta já a reconstituição de poderosos latifúndios: no distrito de Évora, os 13 principais latifúndios reconstituídos (famílias Mexia de Almeida, Grave, Dias Coutinho, Murtela, Patinha Gomes da Silva, Praça Cunha, Carrego Simões, Gancho, etc.) abrangem uma área de 21 982 ha, o que é superior à área dos conselhos de Borba e Vila Viçosa. Por outras palavras, segundo a denúncia do Secretariado Distrital de Évora das UCPS, estes 13 latifúndios têm já quase tanta terra como o concelho de Vendas Novas têm mais terra do que as 7 UCPS/Coop de Vendas Novas, onde trabalham 762 cooperantes e mais do que os 80 agricultores do concelho. Quanto ao distrito de Beja, onde os governos da ofensiva já lograram reconstituir 30 latifúndios, 18 famílias, (famílias Vilhena, Sousa Uva, Malpreia, Passanha Barbosa, Fareco, Drago, Cano Garcia, etc.), em Maio deste ano, tinham já na sua posse 35 000 ha ou seja uma área igual aos concelhos de Cuba e Barrancos. Do mesmo modo, no distrito de Portalegre avançou o domínio territorial de famílias como Costa Pinto, Moura Neves, Lino Neto, Ramos Magalhães, Borges Coutinho, etc.

A maior parte destes casos de posse da terra concedida por reservas, constitui uma tremenda ilegalidade mesmo face à inconstitucional Lei Barreto que serviu de instrumento à ofensiva contra a Reforma Agrária. Aliás, é curioso salientar a denúncia do Secretariado de Évora das UCPS/Coop.

«É de tal modo intensa a velocidade a que o MAP procura entregar as reservas que já nem demarca nos mapas a área nem entrega os despachos a concederem reservas. Notificando as cooperativas na

véspera à noite, muitas vezes por telegrama, ou nem sequer notificando — muitas vezes já a reserva está entregue quando os trabalhadores recebem a notificação — o Governo procura retirar à Reforma Agrária o máximo de terras no mais curto espaço de tempo.» Não se trata pois sequer de simular o cumprimento de uma lei por muito contrária que ela seja aos interesses dos trabalhadores. Trata-se para o Governo de agir segundo a sua própria lei de arbitrio, de inconstitucionalidade flagrante, de violência, de retaliação.

Se isto é assim, com os trabalhadores organizados, jamais desfalecendo na luta contra a reacção, mobilizados à resistência à defesa da Reforma Agrária, como seria se o movimento popular acusasse quebras na sua firmeza revolucionária? A verdade é que o balanço da ofensiva contra a Reforma Agrária se por um lado define os enormes prejuízos e roubos por que este Governo é responsável, revela igualmente, e de forma indubitável, a enorme capacidade de resistência.

O desafio e a confrontação

Ombro a ombro com funcionários do MAP ou com conhecimento destes, bandos armados de marginais chefiados por agrários, desenvolvem incursões de violência, vandalismo, de roubo e sabotagem económica.

Sucedeu assim na UCP "5 de Outubro" do Cano, onde foi entregue uma reserva à família Gancho; um bando destes mercenários pilhou uma centena de sacos de adubo, gado e máquinas; na UCP "Evaristo Gago", onde, chefiados por um filho do agrário António José Filipe, incendiaram um barracão e duas malhadas para porcos na Herdade Freixeira, destruíram, no início do mês, a cantina e o refeitório e tentaram esvaziar uma barragem (o que a ser conseguido daria um prejuízo superior a mais de 5 000 contos). Sucedeu assim na UCP "Monte da Unidade", Aguas Belas, onde assaltaram as instalações, chefiados pelos agrários José Benavente e Câmara Manuel e na UCP Sesmaria e Vale da Balsa, Canha, Montijo, onde sob a chefia do filho de Elmano Alves,

assaltaram as instalações e algumas casas de trabalhadores com arrombamento de portas e disparos.

É de salientar que estes e outros casos semelhantes se verificam onde os trabalhadores mais intensamente vêm vindo a fazer a recolha dos frutos pendentes. Mas não só. A maioria destes actos de intimidação, de vingança, de retaliação sobre os trabalhadores verificam-se igualmente em UCPS/Coop. relativamente às quais os Tribunais decidiram suspensão de executividade de reservas ou houve pareceres de Auditoria Jurídica favoráveis aos trabalhadores e ainda onde os trabalhadores frequentemente presos pela GNR e levados a tribunal, são mandados em liberdade. E esta "coincidência" entre as acções dos bandos de mercenários e a situação das cooperativas, revela com clareza o carácter de confrontação com órgãos do soberania, com os seus pareceres e decisões conforme a justiça e a legalidade.

Porque se assim não fosse, outro e bem mais terrível seria o balanço, outros os resultados da pressa do Governo, outros as terríveis consequências na agricultura e na economia nacional.

É urgente a declaração da inconstitucionalidade de Lei da Cortiça!

Aspecto do ascenso da luta que referimos na zona da Reforma Agrária é por um lado o prosseguimento da colheita dos frutos pendentes pelas UCPS/Coop. dando assim cumprimento à própria Lei Barreto que o Governo desprezou — "A empresa agrícola explorante, afectada por demarcação de reserva em parte importante da área que tiver em exploração, tem direito a uma indemnização correspondente ao valor das benfeitorias úteis e necessárias que haja realizado na área da reserva, bem como aos frutos pendentes resultantes da exploração extinta" (Art.º

36.º, n.º 2 alínea b). E é ainda por outro lado, o combate actual contra a nova Lei da Cortiça — o DL 98/80 — que consegue ser ainda pior do que a lei anterior, o DL 260/77.

Em termos gerais, o DL 98/80 significa que as Cooperativas e as Herdades nacionalizadas ficam sujeitas ao controlo da cortiça que produzem enquanto os agrários podem comercializar à vontade a cortiça que extraem. De acordo com este DL, os compradores que realizam negócios da cortiça com as UCPS/Coop. não lhes pagam directamente mas antes são obrigados a depositar o dinheiro na Caixa Geral de Depósitos à ordem do Instituto de Produtos Florestais. Segundo um despacho posterior do MAP, apenas 35% do valor da comercialização da cortiça seria entregue às UCPS/Coop.: 17,5% que começaria a ser pago a partir de 15 de Maio do próximo ano e os 17,5% restantes, quando o MAP bem o entendesse... Mas, ressalva a lei, que se houverem reservas pedidas, propostas ou demarcadas nas herdades com montados de sobre, — e quase todas estão nestas condições — todo o valor da cortiça será entregue aos agrários que não fizeram despesas nem tiveram qualquer trabalho para tratar do montado e extrair a cortiça...

Voltando, no entanto, aos 35% concedidos aos trabalhadores, é de perguntar para onde vão os restantes 65%? A própria lei o responde: para despesas de Estruturação Agrária, ou seja, para utilizar as palavras de elementos dos Sindicatos Agrícolas e dos Secretariados em Conferência de Imprensa na semana passada, são afinal "para o Governo pagar com o dinheiro dos trabalhadores, as despesas com a GNR, os 500 mil escudos que cada agrário recebe juntamente com cada reserva, os subsídios de "guerra" de 5 000\$00 mensais pagos aos funcionários do MAP especialistas em entregar reservas, etc... Esta nova lei vem ainda estabelecer pesadas multas (algumas podem atingir os 10 mil contos...) para quem não cumpria a lei!

Denunciando o carácter claramente político desta lei, os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e os Secretariados das UCPS/Coop. reclamaram a declaração da sua inconstitucionalidade pelos órgãos competentes.

Com este DL, como aliás em todos os outros aspectos da sua acção, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral tenta cercar, estrangular e arruinar financeira e economicamente as UCPS/Coop. ao mesmo tempo que com o dinheiro dos trabalhadores enche os bolsos dos agrários, denunciaram os Sindicatos Agrícolas e os Secretariados. Mas não só. Do mesmo golpe, utilizando o mesmo instrumento, o Governo ameaça seriamente a sobrevivência da quase totalidade das 400 empresas existentes de transformação de cortiça, das quais 80% são de fraca dimensão, sem condições para possuírem um stock estabilizado. Do mesmo golpe, utilizando o mesmo instrumento, o Governo, arruina mais e mais a economia nacional, que só o reforço da luta dos trabalhadores pela derrota da maioria reaccionária impedirá de ir a pique.